

**Ficha Técnica:**

A carta Educativa do Concelho de Constância foi elaborada por Estela M. Rocha da Silva e contou com a seguinte colaboração:

Câmara Municipal de Constância:

Vereadora Júlia Amorim

Dr.<sup>a</sup> Elsa Agostinho

Sr. José Quintela (elaboração de mapas)

Conselho Municipal de Educação de Constância

**Índice:**

<b>Índice</b> .....	<b>2</b>
<b>Índice de Gráficos</b> .....	<b>6</b>
<b>Índice de Quadros</b> .....	<b>8</b>
<b>Índice de Mapas</b> .....	<b>10</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>11</b>
- Objectivos .....	12
- Metodologia/Plano de Trabalho .....	12
<b>1 – Concelho de Constância</b> .....	<b>15</b>
1.1 – Densidade Populacional.....	16
1.2 – Vias de Comunicação .....	17
1.3 – Caracterização Económica .....	20
<b>2 - Caracterização Demográfica do Concelho de Constância</b> .....	<b>24</b>
2.1 - Análise dos aspectos globais da população do Concelho de Constância: .....	24
2.2 - Análise da Mortalidade .....	40
2.3 - Análise da Natalidade e Fecundidade Geral: .....	42
2.4 - Migrações .....	45
<b>3- Análise Prospectiva</b> .....	<b>47</b>
3.1 - Apresentação dos Resultados: .....	50
3.2 - Volumes e Ritmos de Crescimento da População do Concelho de Constância .....	51
entre 2005 e 2015.....	51
3.3 - Grupos Funcionais e Índices Resumo.....	54
<b>Notas Conclusivas</b> .....	<b>59</b>
<b>4 - Oferta da Educação e do Ensino</b> .....	<b>62</b>
4.1 – A Educação Pré-Escolar.....	67

4.2 – Ensino Básico 1º Ciclo.....	73
4.3 – Ensino Básico 2º e 3º Ciclos .....	79
4.4 – Ensino Secundário .....	82
4.6 - Taxas de Ocupação .....	85
4.7 - Taxas de Escolarização e de Cobertura .....	87
4.8 – Projecções da População em Idade Escolar .....	89
4. 9 - Tendências Verificadas: .....	91
<b>Notas Conclusivas .....</b>	<b>95</b>
Pré-escolar .....	95
1º Ciclo do Ensino Básico .....	95
2º, 3º Ciclo e Ensino Secundário .....	96
<b>5. Princípios Orientadores .....</b>	<b>98</b>
<b>6. Metodologia de Identificação dos Territórios Educativos .....</b>	<b>99</b>
6.1 Territórios Educativos .....	100
<b>7. Critérios de Localização das Escolas e Jardins de Infância .....</b>	<b>100</b>
A escola e a envolvente urbana .....	100
Os terrenos.....	101
Incompatibilidades.....	101
Norma de Programação para Jardim de Infância .....	101
Irradiação.....	101
População Base e População a Escolarizar .....	101
Critérios de Programação .....	101
Critérios de Dimensionamento .....	102
<b>Norma de Programação para Escola básica do 1º Ciclo (EB1): .....</b>	<b>102</b>
Irradiação.....	102
População Base e População a Escolarizar .....	102
Critérios de Programação .....	103

---

Critérios de Dimensionamento .....	103
<b>Normas de Programação para EB do 1º Ciclo e Jardim de Infância (EB, JI).....</b>	<b>104</b>
Irradiação.....	104
População Base e População a Escolarizar.....	104
Critérios de Programação .....	104
Critérios de Dimensionamento .....	104
<b>Normas de Programação para Escola básica dos 2º Ciclo e 3º Ciclos.....</b>	<b>105</b>
Irradiação.....	105
População Base e População a Escolarizar.....	105
Critérios de Programação .....	105
Critérios de Dimensionamento .....	106
<b>8. Território Educativo de Constância .....</b>	<b>107</b>
8.1 - Freguesia de Constância .....	108
8.2 - Freguesia de Santa Margarida da Coutada .....	109
8.3 - Freguesia de Montalvo.....	110
<b>9 . Definição dos Espaços Necessários ao Desenvolvimento das Actividades.....</b>	<b>111</b>
Instalações Físicas.....	111
Serviços de Apoio .....	112
<b>10. Capacidade Instalada no Território Educativo de Constância.....</b>	<b>114</b>
<b>11. Propostas de Reordenamento.....</b>	<b>116</b>
11.1 - Resumo das Intervenções Propostas para o Território Educativo de Constância....	121
<b>12. Ensino Básico 2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário .....</b>	<b>126</b>
<b>13. Transporte Escolar.....</b>	<b>127</b>
<b>14. Programa de Execução .....</b>	<b>128</b>
<b>15. Monitorização e Avaliação .....</b>	<b>130</b>

---

<b>Bibliografia</b> .....	<b>132</b>
<b>Anexo I - Legislação</b> .....	<b>134</b>
Legislação Genérica .....	134
Competências das autarquias na Educação e no Ordenamento .....	135
Legislação sobre o ensino Pré-Escolar .....	135
Legislação sobre o Ensino Básico e Secundário .....	135
Legislação sobre o Ensino Profissional .....	136
Legislação sobre o Ensino Particular e Cooperativo .....	136
<b>Anexo II) Critérios de planeamento – Tabela explicativa</b> .....	<b>137</b>
Anexo II) Critérios de planeamento – Jardim de infância - JI.....	138
Anexo II) Critérios de planeamento – Escola Básica do 1º ciclo (EB1) .....	142
Anexo II) Critérios de planeamento – Escola Básica do 1º ciclo com Jardim de Infância. (EB1/JI) .....	144
Anexo II) Critérios de planeamento – Escola Básica dos 2º e 3º ciclos (EB2,3) .....	147
Anexo II) Critérios de planeamento – Escola Básica Integrada com Jardim de Infância (EB1,2,3/JI).....	150
Anexo II) Critérios de planeamento – Escola Secundária (ES) .....	153

**Índice de Gráficos:**

Gráfico 1 - Densidade populacional por Freguesias - 2001 .....	16
Gráfico 2 – Evolução do n.º de fogos novos concluídos.....	19
Gráfico 3 – População Empregada por Sector de Actividade - 2001 .....	20
Gráfico 4 – N.º de Sociedades por Sector de Actividade em 2001 .....	21
Gráfico 5 – População Empregada por Grupos de Profissões 2001.....	23
Gráfico 6- Evolução da população residente de 1950 - 2001 .....	25
Gráfico 7 – Evolução das taxas de Natalidade e Mortalidade* .....	26
Gráfico 8 - Evolução da população residente por freguesias, Concelho de Constância – 1981 - 2001 .....	29
Gráfico 9 – Pirâmide de Idades 1981.....	31
Gráfico 10 - Pirâmide de Idades 1991 .....	32
Gráfico 11 - Pirâmide de Idades 2001 .....	32
Gráfico 12 – Evolução dos grupos funcionais – Concelho de Constância 1981-2001.....	34
Gráfico 13 – Evolução do Índice de Juventude e do Índice de Envelhecimento - Concelho de Constância 1981-2001.....	35
Gráfico 14 – Evolução dos Índices de Dependência - Concelho de Constância 1981-2001 .....	36
Gráfico 15 – Evolução dos Índices de Juventude de Pop. Activa e de Renovação de Pop. Activa - Concelho de Constância 1981-2001 .....	37
Gráfico 16 – Evolução do Índice de Longevidade - Concelho de Constância 1981-2001.....	38
Gráfico 17 – Evolução dos Índices de Maternidade, Tendência e Potencialidade - Concelho de Constância 1981-2001.....	39
Gráfico 18 - Evolução da população residente nos 3 cenários projectados.....	50
Gráfico 19 – Evolução da População Residente – Cenário de Atracção Moderado.....	51
Gráfico 20 – Pirâmide de Idades 2005 – Concelho de Constância .....	52
Gráfico 21 - Pirâmide de Idades 2010 – Concelho de Constância .....	53
Gráfico 22 - Pirâmide de Idades 2015 – Concelho de Constância .....	53
Gráfico 23 – Evolução dos Grupos funcionais – 2005-2015 .....	54
Gráfico 24 – Evolução dos Índices de Juventude e Envelhecimento – 2005 a 2015.....	55
Gráfico 25 - Evolução dos Índices de Dependência – 2005-2015.....	56
Gráfico 26 - Evolução dos Índices de Juventude de Pop. Activa e Renovação da Pop. Activa – 2005 a 2015 .....	57
Gráfico 27 - Evolução dos Índices de Longevidade – 2005 - 2015 .....	58
Gráfico 28 – Repartição dos alunos pelos vários níveis de ensino 2003/2004.....	64
Gráfico 29 - Evolução do n.º de alunos matriculados no concelho de Constância.....	65

---

Gráfico 30 - Evolução do n.º de crianças inscritas no ensino pré-escolar no concelho de Constância .....	67
Gráfico 31 - Evolução do n.º de crianças inscritas no ensino pré-escolar no concelho de Constância, por J. Infância .....	68
Gráfico 32 - Evolução do n.º de alunos do 1º Ciclo - Concelho de Constância .....	73
Gráfico 33 - Evolução do n.º de alunos do 1º Ciclo por escola - Concelho de Constância.....	74
Gráfico 34 - Evolução do n.º de alunos do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico - Concelho de Constância.....	79
Gráfico 35 - Evolução do n.º de alunos do ensino secundário por anos de escolaridade - Concelho de Constância .....	82
Gráfico 36 - Evolução do n.º de alunos no ensino recorrente.....	84
Gráfico 37 e Quadro 32 - Estimativa do n.º de alunos no concelho de Constância até 2015 (cenário Atracção Moderado com taxas de retenção) .....	91
Gráfico 38 - Estimativa do número de alunos, por nível de ensino até 2015, no concelho de Constância .....	92
Gráfico 39 - Estimativa do número de alunos, por nível de ensino até 2015, no concelho de Constância .....	93

**Índice de Quadros:**

Quadro 1 - Freguesias, Superfície e Densidade populacional do concelho de Constância - 2001 .....	16
Quadro 2 - Distâncias da Sede do Concelho aos pólos nacionais e regionais.....	18
Quadro 3 - Evolução do n.º de sociedades e do volume de Emprego na Indústria Transformadora .....	22
Quadro 4 - Indústria Transformadora - Evolução das actividades preponderantes no concelho de Constância.....	22
Quadro 5 - Evolução da População Residente no Concelho de Constância, 1900 - 2001 .....	24
Quadro 6 - Variação da População Residente no Concelho de Constância, 1900 - 2001 .....	25
Quadro 7 - Evolução das taxas de crescimento anual médio, crescimento natural e crescimento migratório.....	26
Quadro 8 - Evolução da População Residente no Concelho de Constância, Médio Tejo, RLVT e Portugal.....	27
Quadro 9 - Variação da População Residente no Concelho de Constância, Médio Tejo, RLVT e Portugal - Variação absoluta e percentual - 1981/ 1991 /2001 .....	28
Quadro 10 - Variação da População por freguesias, 1981-2001 .....	30
Quadro 11 - Indicadores de Mortalidade 1980, 1990, 2000 .....	41
Quadro 12 - Taxas de Fecundidade por idades das mães (por mil mulheres em idade fértil) - concelho de Constância 1991, 2001. ....	43
Quadro 13 - Indicadores da Natalidade e Fecundidade (por mil mulheres em idade fértil) ....	44
Quadro 14 - Equação de Concordância para o concelho de Constância, 1991, 2001.....	45
Quadro 15 - Evolução das Taxas de Crescimento Anual Médio .....	51
Quadro 16 - Repartição dos alunos pelos vários níveis e redes de ensino .....	63
Quadro 17 - Evolução do n.º de alunos matriculados no concelho de Constância por nível de ensino. ....	64
Quadro 18 - Evolução do n.º de crianças inscritas no ensino pré-escolar no concelho de Constância .....	67
Quadro 19 - J. Infância segundo área de influência e escola de destino.....	69
Quadro 20 - Prolongamento de Horário nos J. Infância .....	69
Quadro 21 - Caracterização dos estabelecimentos de ensino pré-escolar.....	70
Quadro 22 - Evolução do n.º de alunos do 1º Ciclo - Concelho de Constância. ....	73
Quadro 23 - Caracterização dos estabelecimentos de Ensino Básico 1º ciclo .....	75
Quadro 24 - Escolas Básicas de 1º ciclo, segundo área de influência e escola de destino.....	76

Quadro 25 – Escolas Básicas 1º Ciclo – segundo o local de prolongamento de horário e refeições.....	77
Quadro 26 – Caracterização das instalações do estabelecimento de ensino E.B. 2,3/S Luís de Camões .....	80
Quadro 27 - Evolução do n.º de alunos do ensino secundário por anos de escolaridade – Concelho de Constância .....	82
Quadro 28 – Evolução das Taxas de Escolarização de 2000 a 2015 .....	87
Quadro 29 - Evolução das Taxas de Cobertura de 2000 a 2015 .....	88
Quadro 30 – Evolução da população residente do concelho de Constância de 2000 a 2015 por nível de ensino (Cenário de Atracção Moderado) .....	89
Quadro 31 – Taxas de retenção para o concelho de Constância, ano lectivo de 2000/01.....	90
Gráfico 37 e Quadro 32 - Estimativa do n.º de alunos no concelho de Constância até 2015 (cenário Atracção Moderado com taxas de retenção) .....	91
Quadro 33 – Variação da População Escolar, valores absolutos e relativos (cenário Atracção Moderado com taxas de retenção) .....	92
Quadro 34 - Critérios de Dimensionamento de JI .....	102
Quadro 35 - Critérios de Dimensionamento de EB1 .....	103
Quadro 36 – Critérios de Dimensionamento de EB1/JI.....	105
Quadro 37 – Critérios de Dimensionamento de EB2,3.....	106
Quadro 38 – Resumo da Capacidade Instalada no Território Educativo de Constância .....	114
Quadro 39 - Freguesia: Constância - Situação Actual - Ano Lectivo de 2003/04.....	116
Quadro 40 – Freguesia de Constância - Proposta de Reordenamento - Situação prevista em 2015 .....	117
Quadro 41 - Freguesia: St. <sup>a</sup> Margarida da Coutada - Situação Actual - Ano Lectivo de 2003/04 .....	118
Quadro 42 - Freguesia de Constância - Proposta de Reordenamento - Situação prevista em 2015 .....	119
Quadro 43 - Freguesia: Montalvo - Situação Actual - Ano Lectivo de 2003/04 .....	120
Quadro 44 - Freguesia de Montalvo - Proposta de Reordenamento - Situação prevista em 2015 .....	120
Quadro 45 – Resumo das Intervenções Propostas na freguesia de Constância:.....	121
Quadro 46 - Resumo das Intervenções Propostas na freguesia de St <sup>a</sup> Margarida da Coutada: .....	122
Quadro 47 - Resumo das Intervenções Propostas na freguesia de Montalvo:.....	123

**Índice de Mapas:**

Mapa 1 – Localização do Estabelecimentos de Educação e Ensino no Concelho de Constância	66
Mapa 2 – Localização dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar .....	72
Mapa 3 – Localização dos estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico .....	78
Mapa 4 – Localização da Escola EB 2,3 /S Luís de Camões.....	81
Mapa 5 - Localização de Estabelecimentos de Educação e Ensino no Concelho de Constância .....	107
Mapa 6 – Mapa com Escolas e J. Infância a extinguir, Escolas a manter e Escolas a criar na freguesia de Constância:.....	116
Mapa 7 - Mapa com escolas e J. Infância a encerrar e escolas a criar na freguesia de St. <sup>a</sup> Margarida da Coutada .....	118
Mapa 8 - Mapa com Escolas e J. Infância a extinguir e Escolas a criar na freguesia de Montalvo: .....	119
Mapa 9 – Resumo das Propostas de Reordemamento da Rede Educativa de Constância .....	124
Mapa 10 – Futura Rede Educativa de Constância .....	125

## Introdução

“O ordenamento da rede de ofertas educativas constitui um objectivo permanente da política educativa e da adequação desta ao território, no sentido de corresponder à procura educativa, de assegurar a articulação e complementaridade dos conteúdos daquelas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, de assegurar o agrupamento de escolas e de compensar as assimetrias regionais e locais e de concretizar as opções estratégicas do desenvolvimento do País.”<sup>1</sup>

A nível municipal e intermunicipal a Carta Educativa é “o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município.”<sup>2</sup>

A Carta Educativa, a elaborar pelas autarquias<sup>3</sup>, deve nortear-se pelos seguintes princípios:

- Na Lei de Bases do Sistema Educativo que define as grandes linhas orientadoras do planeamento da rede escolar;
- Nos Critérios de Planeamento da Rede Escolar
- Na legislação específica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território com incidência na Carta Educativa.

Os princípios gerais que norteiam todo este projecto encontram-se nos Critérios de Reordenamento da Rede Educativa (2000,10) que “contém os normativos de planeamento elaborados no quadro dos princípios gerais e organizativos da política educativa definida na Lei de Bases do Sistema Educativo e em outra legislação complementar”.

O princípio orientador deste documento assim como os princípios orientadores da política educativa que lhe estão subjacentes, propõe a reconfiguração da rede escolar assente numa

---

<sup>1</sup> Proposta de Lei de Bases do Sistema Educativo, n.º 1 do artigo n.º 49º

<sup>2</sup> Ministério da Educação, “ Instrumentos para o Reordenamento da Rede Educativa”, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, 2000, pp10

<sup>3</sup> Lei nº 159/99, de 14 de Setembro.

nova lógica onde se dá privilégio à integração e sequencialidade originando um novo conceito – O Território Educativo.<sup>4</sup>

### **- Objectivos**

O objectivo principal do presente projecto (reordenamento da rede escolar) poder-se-á subdividir em dois grandes vectores: **a reconfiguração e a programação.**

A reconfiguração consiste na adequação da rede escolar de forma a que os objectivos da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)<sup>5</sup> sejam cumpridos. Com efeito, na LBSE ressalta a necessidade de se proceder à reconfiguração da rede escolar visando a integração da Educação Pré-Escolar e dos três ciclos de Ensino Básico (ensino obrigatório), encontrando-se na nova proposta de LBSE o alargamento da escolaridade obrigatória ao Ensino Secundário e uma nova redefinição das tipologias das escolas.

A programação é a compatibilização da oferta/procura de equipamentos de Educação (Educação Pré-Escolar) e Ensino (Ensino Básico e Secundário) existentes e planeados, com a realidade projectada, num horizonte temporal previamente definido (no presente estudo o horizonte temporal escolhido foi de 15 anos – 2001/2015).

### **- Metodologia/Plano de Trabalho**

Na elaboração do projecto seguiu-se a metodologia que a seguir se apresenta:

#### **Caracterização Sócio-Económica**

- Actividades Económicas – Descrição sucinta das principais actividades económicas do concelho e perspectivas de desenvolvimento.
- Dinâmica e Comportamentos Demográficos – Análise da evolução da população residente, evidenciando-se a estrutura etária e a distribuição espacial.

---

<sup>4</sup> Território Educativo define-se como um “princípio estruturante das novas redes escolares que permite organizar o espaço concelhio em áreas nas quais se assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento integrado, contendo, assim, uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico.”

<sup>5</sup> Lei nº 46/86 de 14 de Outubro.

- Projeções demográficas – Apresentam-se as projeções demográficas elaboradas para o período de 2001/2015.

### **Caracterização e Evolução do Sistema Educativo**

Oferta em Equipamentos de Educação e Ensino - Caracterização do parque escolar existente evidenciando-se o tipo de escola, a sua capacidade e qualidade de acolhimento das crianças/alunos.

Procura de Educação e Ensino - Análise da frequência escolar dos últimos anos e a sua distribuição espacial, tendo em conta os níveis de escolarização.

Projeção da população em idade escolar - Elaboração de um cenário prospectivo até 2015 com base no cenário tendência escolhido anteriormente, por quinquénios e níveis de escolaridade do 1º ciclo ao Ensino Secundário.

### **Propostas de Reordenamento da Rede Escolar (2ª parte deste projecto)**

Apresentação das propostas que reflectam as soluções encontradas para o reordenamento da rede escolar.

## **– Conceitos e Nomenclaturas**

Apresenta-se, de seguida, um conjunto de conceitos e nomenclaturas que surgirão frequentemente, ao longo deste projecto:

**Estabelecimento de Educação Pré-Escolar (Jardim de Infância - JI)** - É uma instituição que presta serviços vocacionados para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à família. (Lei nº 5/97, de 10 de Fevereiro – Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar);

**Escola Básica do 1º Ciclo (EB1)** – Local onde é ministrado o 1º ciclo do Ensino Básico;

**Escola Básica do 2º e 3º ciclos (EB2,3)** – local onde é ministrado o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico;

**Escola Básica Integrada (EBI)** – local onde é ministrado o 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico;

**Escola Secundária (ES)** – local onde é ministrado o Ensino Secundário.

**Rede Escolar** – “Entende-se como a distribuição no território dos estabelecimentos de Educação Pré – Escolar e Ensino e suas respectivas interligações” (DGTDU, 2000);

**Tipologia de Escolas** – “Considera-se o conjunto de diferentes tipos de escolas” (DGTDU, 2000).

## **1 – Concelho de Constância:**

O Concelho de Constância encontra-se na NUT III<sup>6</sup> do Médio Tejo que integra a Região de Lisboa e Vale do Tejo (R.L.V.T.). Apresenta uma área de 8 003,8 ha (80 km<sup>2</sup>), representando de acordo com dados do PDM<sup>7</sup> de Constância, 3,47% da área ocupada pelo Médio Tejo, 0,68% da área da R.L.V.T. e 0,087% da área do Continente Português.

O Concelho confina a Norte, a Nascente e a Sul com o Concelho de Abrantes; a Poente com os concelhos de Chamusca e Vila Nova da Barquinha. É composto por 3 freguesias: Constância, Montalvo e Santo Margarida da Coutada.

Hierarquia dos aglomerados urbanos:

“A definição da hierarquia dos aglomerados do Concelho de Constância teve como base a população e o sector terciário (comércio e serviços), tendo em conta os conceitos básicos da “Teoria dos lugares centrais” de W. Cristaller. Decorrente da análise conjugada destes indicadores, constata-se a existência de desequilíbrios na rede urbana do Concelho de Constância, que resultam principalmente da diferenciação de acessibilidade, uma vez que o maior desenvolvimento dos aglomerados se estabelece ao longo da principal via de comunicação – E.N. n.º 3, que liga Torres Novas a Abrantes (por Vila Nova da Barquinha) – Margem Norte do Tejo.”<sup>8</sup>

De acordo com os dados do PDM, o concelho apresenta a seguinte hierarquia urbana:

**Nível I** – O aglomerado de maior nível hierárquico é a sede do Concelho.

**Nível II** – Os três aglomerados do nível hierárquico intermédio da rede urbana – Montalvo, Malpique e Aldeia de Santa Margarida.

- Norte – Montalvo;
- Sul – Malpique e Aldeia de Santa Margarida;

---

<sup>6</sup>Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) níveis, I, II, III (Dec. Lei nº 46/89, de 15 de Fevereiro).

<sup>7</sup> Plano Director Municipal de Constância

<sup>8</sup> Plano Director Municipal de Constância, pp 13.

**Nível III** – O aglomerado de menor nível hierárquico da rede é representado pela Portela, e pelo aglomerado populacional de Aldeia de Santa Margarida.

### 1.1 – Densidade Populacional

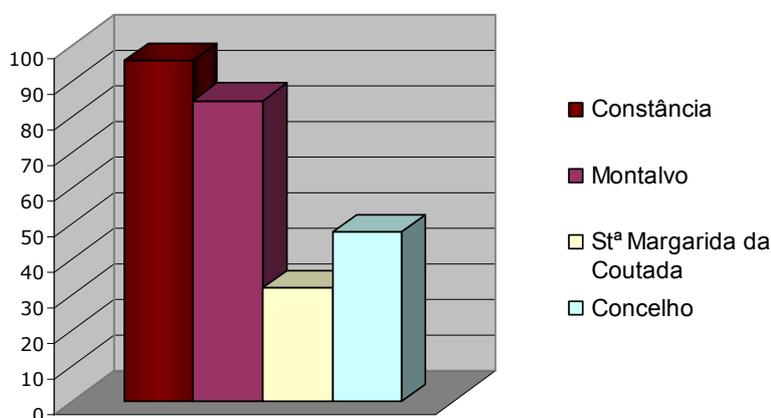
**Quadro 1 - Freguesias, Superfície e Densidade populacional do concelho de Constância - 2001**

Freguesias	Superfície (Km2)	População em 2001	Densidade Populacional
Constância	9,2	880	95,65
Montalvo	12,8	1081	84,45
Stª Margarida	58,1	1854	31,91
<b>Total do Concelho</b>	<b>80,1</b>	<b>3815</b>	<b>47,63</b>

Fonte: INE – XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 2001, Lisboa.

Analisando o concelho de Constância à luz das suas freguesias e quanto à sua densidade populacional, verificamos que as freguesias mais densamente povoadas, para além da freguesia de Constância, são a freguesia de Montalvo, apresentando a freguesia de Santa Margarida da Coutada, menos de metade da densidade populacional de Montalvo.

**Gráfico 1 - Densidade populacional por Freguesias - 2001**



Fonte: INE – XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 2001, Lisboa.

## 1.2 – Vias de Comunicação

### 1.2.1 - Acessibilidades Externas:

A acessibilidade ao concelho é assegurada fundamentalmente pelas vias integrantes da rede Nacional, considerando-se assim 4 ligações principais ao exterior:

- **Ligação à A23 no sentido Poente**, é a ligação mais importante porque permite o acesso à Auto-estrada do Norte (A1), esta ligação permitirá também, o acesso ao I.C.3 (Santarém, Tomar, Chamusca) e a Torres Novas, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha;
- **Ligação à A23 no sentido Nascente**, constitui o acesso a Abrantes e à Sub-região do Pinhal Interior Sul (através da N2); através do I.P. 2, ao Interior Centro (Castelo Branco, Portalegre), Norte e Espanha (Vilar Formoso, Caia e Termas de Monfortinho);
- **N 118** – ligações no sentido Poente ao concelho de Chamusca e através do I.C.3 Santarém e Setúbal. No sentido Nascente esta via assegura, além de ser uma alternativa ao concelho de Abrantes, a principal ligação à Sub-região do Alto Alentejo.
- A **rede viária da Zona Sul do Concelho** encontra-se ligada ao exterior por intermédio da ponte de Constância-Sul, permitindo ligações à E.N.3 e à A23.

**Quadro 2 - Distâncias da Sede do Concelho aos pólos nacionais e regionais**

	<b>Designação</b>	<b>Distância</b>
<b>Polos Nacionais</b>	Lisboa	120
	Porto	210
	Coimbra	96
	Algarve	320
<b>Polos Regionais</b>	Santarém	48
	Leiria	75
	Castelo Branco	116
	Portalegre	94
	Évora	157
	Setúbal	148
<b>Polos Locais</b>	Torres Novas	20
	Tomar	17
	Abrantes	14
	Barquinha	10
	Entroncamento	14
	Chamusca	23
	Tramagal	13
<b>Fronteiras</b>	Vilar Formoso	260
	Caia	165

Fonte: PDM do Concelho de Constância

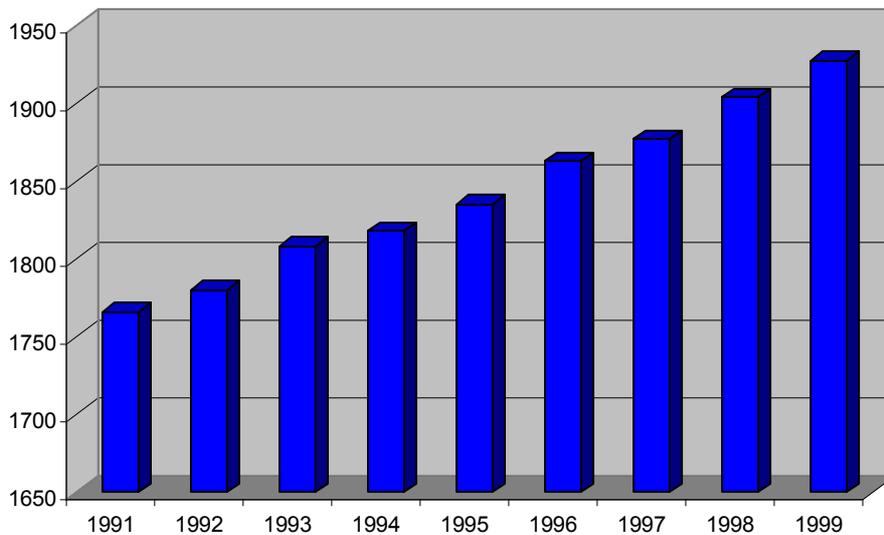
### 1.2.2 - Acessibilidades Internas:

A rede viária do concelho é composta por 3 níveis hierárquicos quanto à sua categoria administrativa:

- Estradas Nacionais – constituídas pela E.N. 3, 118 e 358-2, que asseguram as ligações mais importantes ao exterior do município assim como as deslocações principais ao nível intra-concelhio;
- Estradas Municipais – na margem Norte E.M. 582 e 593; na margem Sul E.M. 592-1;
- Caminhos Municipais, Agrícolas e Rurais e vias não classificadas.

### 1.2.3 – Evolução dos fogos concluídos:

Gráfico 2 – Evolução do n.º de fogos novos concluídos



Fonte: Estimativas do Parque Habitacional - INE

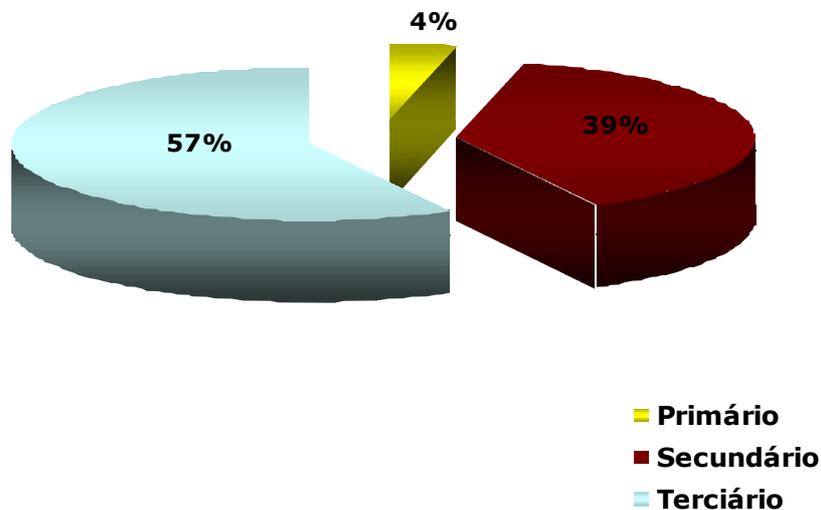
## 1.3 – Caracterização Económica

### 1.3.1 – Taxa de Actividade:

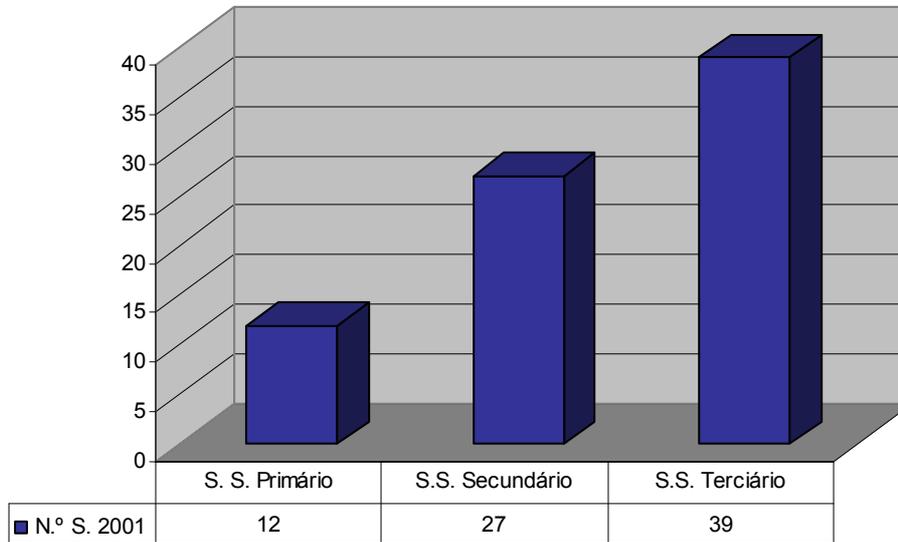
Comparando as taxas de actividade de 1991 e 2001 verificamos uma subida da referida taxa em 7%, sendo o sexo feminino maioritariamente o responsável por este aumento tendo-se verificado uma subida de 12,8%. Apesar deste aumento, a maior percentagem da população com actividade económica é do sexo masculino (cerca de 52,9% face a 37,5% do sexo feminino).

Assim, de acordo com o recenseamento da população em 2001, do total dos 3815 habitantes do concelho de Constância, 1619 exercem uma actividade económica: cerca de 3,5% no sector primário, 38,6% no sector secundário e a maioria da população no sector terciário (57,8%).

**Gráfico 3 – População Empregada por Sector de Actividade - 2001**



Fonte: INE – XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 2001, Lisboa.

**Gráfico 4 – N.º de Sociedades por Sector de Actividade em 2001**

Fonte: INE – XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 2001, Lisboa.

De acordo com o gráfico representado em cima, o maior número de sociedades no concelho regista-se no sector terciário. A importância deste sector tem vindo a crescer de forma intensa nas economias modernas. Também no Concelho de Constância o sector dos serviços é predominante, a maioria da população activa exerce a sua actividade no sector terciário 57,8% (937) existindo também um elevado número de empresas neste sector.

### **Sector Primário:**

Utilização do solo e da superfície agrícola em 1999

Através da comparação dos dados do recenseamento agrícola de 1989/1999, verifica-se uma diminuição da Superfície Agrícola Utilizável (SAU) em 153 ha e uma redução de 34 explorações.

**Sector Secundário:****Quadro 3 - Evolução do n.º de sociedades e do volume de Emprego na Indústria Transformadora**

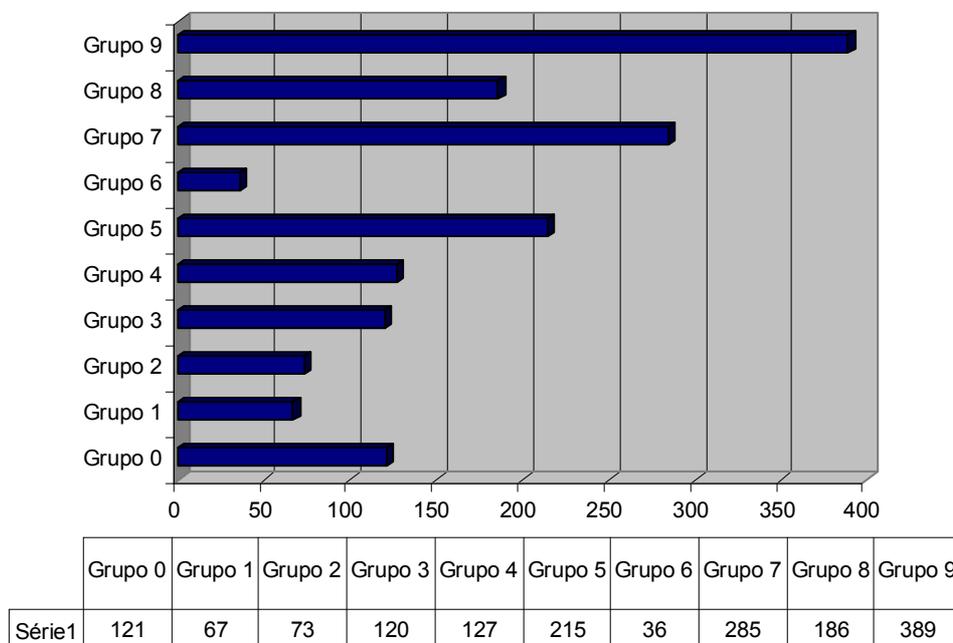
CONCELHO	Número de sociedades				volume de emprego	
	1995	2000	± (nº)	± (%)	1995	2000
Constância	12	20	8	66,7	236	543

Fonte: INE – XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 2001, Lisboa.

**Quadro 4 - Indústria Transformadora - Evolução das actividades preponderantes no concelho de Constância**

CONCELHO	1995	2000
CONSTÂNCIA	- Alimentar	- Metalúrgicas de Base e outros Prod. Metálic.
	- Metalúrgicas de Base e outros Prod. Metálic	- Alimentar
		- Pasta, Papel e Cartão

Fonte: INE – XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 2001, Lisboa.

**Sector Terciário:****Gráfico 5 – População Empregada por Grupos de Profissões 2001**

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo – 2000

De acordo com o gráfico representado em cima, a maior parte da população empregada do concelho (cerca de 24%), encontra-se inserida no grupo profissional dos trabalhadores não qualificados (grupo 9), o 2º grupo de profissões onde se verifica maior n.º de população empregada é o grupo de operários, artífices e trabalhadores similares cerca de 17,6% (grupo 7), segue-se o grupo profissional de pessoal dos serviços e vendedores (grupo 5) inserindo-se neste grupo cerca de 13,3% da população empregada. Estes três grupos perfazem 54,9% da população empregada. A outra metade divide-se por: 11,5% no grupo de profissões de operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (grupo 8); 7,8% no grupo de pessoal administrativo e similares (grupo 4); 7,5% no grupo das forças armadas (grupo 0); 7,4% o grupo de técnicos e profissionais de nível intermédio (grupo 3); 4,5% o grupo de especialistas das profissões intelectuais e científicas (grupo 2); 4,1% o grupo de quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas (grupo 1) e por último com uma percentagem de 2,2% o grupo de agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (grupo 6).

## 2 - Caracterização Demográfica do Concelho de Constância

### 2.1 - Análise dos aspectos globais da população do Concelho de Constância:

#### 2.1.1 - Volumes e ritmos de crescimento

A dinâmica demográfica do concelho de Constância têm-se caracterizado ao longo destes 50 anos por várias oscilações na população. Assim, na década de 50 apresentava o menor número de efectivos, verificando-se na década seguinte a maior subida da população, observando-se uma taxa de crescimento de 1,47%. Na década de 60 para 70, a população volta a decrescer (variação negativa de 10,96%) acompanhando a mesma tendência que se verifica em Portugal registando-se uma taxa de crescimento negativa de 1,15%. Nas décadas seguintes até ao recenseamento da população residente de 1991, a população apresenta sempre um crescimento positivo. Apenas em 2001 contraria essa tendência de crescimento, verificando-se um decréscimo de 355 efectivos (cerca de 8,51%), o que se traduz numa taxa de crescimento anual média negativa de 0,9%. No quadro n.º 6 poderemos visionar todas as alterações que se verificaram nos últimos 50 anos.

**Quadro 5 - Evolução da População Residente no Concelho de Constância, 1900 - 2001**

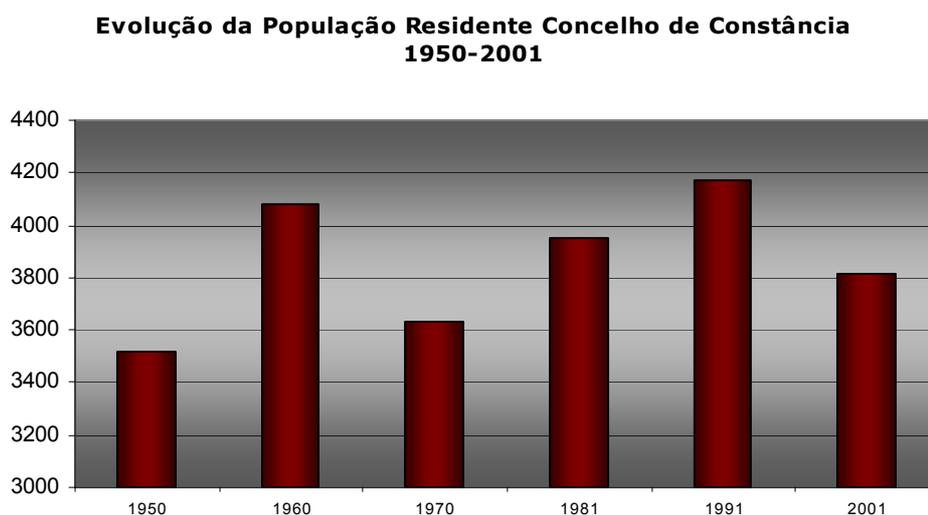
<b>Evolução da População Residente no Concelho de Constância, 1900 - 2001</b>	
<b>1950</b>	3521
<b>1960</b>	4077
<b>1970</b>	3630
<b>1981</b>	3949
<b>1991</b>	4170
<b>2001</b>	3815

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1950 - 2001

**Quadro 6 - Variação da População Residente no Concelho de Constância, 1900 – 2001**

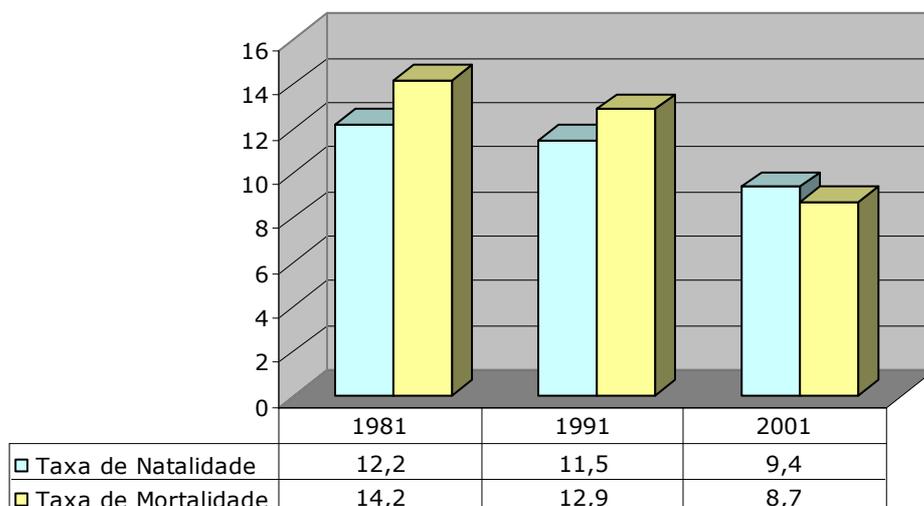
<b>Variação da População Residente no Concelho de Constância, 1950 - 2001</b>		
	<b>Valores absolutos</b>	<b>Valores percentuais</b>
<b>1950-1960</b>	556	15,79
<b>1960-1970</b>	-447	-10,96
<b>1970-1981</b>	319	8,79
<b>1981-1991</b>	221	5,60
<b>1991-2001</b>	-355	-8,51

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1950 – 2001

**Gráfico 6- Evolução da população residente de 1950 - 2001**

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1950 – 2001

O gráfico que se encontra em cima permite-nos observar como a população do Concelho evoluiu nos últimos 50 anos. No entanto, importa verificar detalhadamente qual a sua evolução nas últimas 3 décadas através das taxas de crescimento anuais médias (total, natural e migratória), permitindo assim compreender a dinâmica demográfica do Concelho de Constância.

**Gráfico 7 – Evolução das taxas de Natalidade e Mortalidade\***

Fonte: INE – XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 1981, 1991 e 2001, Lisboa.

\*Taxas em permilagem

Observando a evolução das taxas de Natalidade e Mortalidade verificamos que ambas descem no decorrer dos três decénios, o que evidencia por um lado a quebra dos nascimentos provocado pela diminuição da natalidade e por outro a quebra da mortalidade directamente ligada ao fenómeno do envelhecimento demográfico.

**Quadro 7 – Evolução das taxas de crescimento anual médio, crescimento natural e crescimento migratório**

	Taxa de c.a.m.	Taxa C. natural	Taxa C. Migratória
<b>1981/1991</b>	0,54%	0,005%	0,54%
<b>1991/2001</b>	(-) 0,89%	(-) 0,21%	(-) 0,68%

Fonte: INE – XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 1981, 1991 e 2001, Lisboa.

No decénio de 1981/1991 o concelho de Constância apresenta uma taxa de crescimento anual médio positiva de 0,54%. Também a taxa de crescimento natural é positiva, o que demonstra que o número de nascimentos foi superior ao número de óbitos. Concomitantemente, a taxa de crescimento migratório regista um valor de 0,54%. O decénio seguinte 1991/2001 apresenta todas as taxas em análise com valores negativos o que representa um crescimento

anual médio da população negativo, uma superioridade dos óbitos face aos nascimentos e um concelho que exporta mais população do que importa.

Procederemos agora à análise da evolução do volume da população nas 3 últimas décadas no Concelho de Constância e nas NUT'S que o precedem: Médio Tejo, Região de Lisboa e Vale do Tejo e Portugal.

**Quadro 8 - Evolução da População Residente no Concelho de Constância, Médio Tejo, RLVT e Portugal**

	<b>Constância</b>	<b>Medio Tejo</b>	<b>RLVT</b>	<b>Portugal</b>
<b>1981</b>	3.949	234.450	3.261.578	9.336.760
<b>1991</b>	4.170	227.339	3.296.715	9.375.926
<b>2001</b>	3.815	226.090	3.468.901	10.356.117

Fonte: INE – XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 1981, 1991 e 2001, Lisboa.

Analisando os quadros n.º8 e n.º9 observamos nos 2 últimos decénios mudanças significativas na população das regiões em análise. Assim, no período de 1981 a 1991 apenas a sub-região do Médio Tejo apresenta um crescimento negativo com uma variação percentual de 3,03. As outras regiões, R.L.V.T. e Portugal apesar de apresentarem evoluções positivas muito reduzidas não apresentam valores negativos. O concelho de Constância regista um crescimento percentual de 5,60 o que se traduz numa taxa de crescimento anual média de 0,54%.

No decénio de 1991 a 2001 a tendência de crescimento do concelho de Constância altera-se seguindo a mesma tendência de decréscimo da sub-região que o integra (Médio Tejo), apresentando o concelho uma variação percentual negativa de 8,51%. Esta tendência não se regista nem na R.L.V.T. nem em Portugal que apresentam uma evolução positiva, demonstrando uma recuperação dos efectivos.

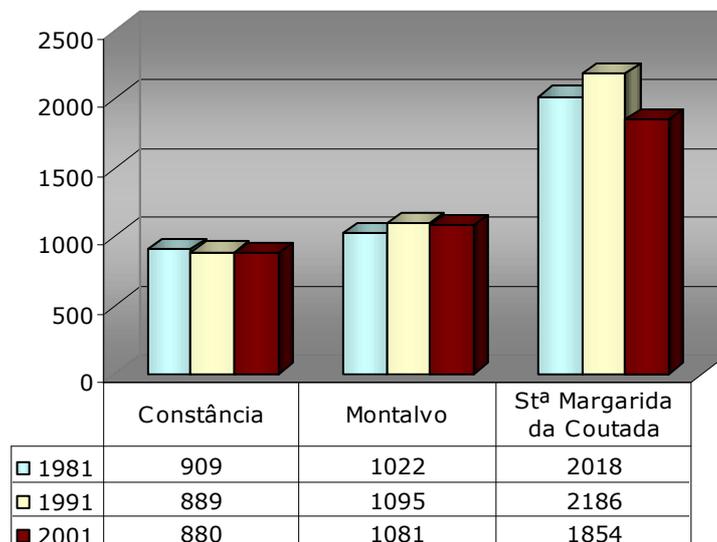
**Quadro 9 - Variação da População Residente no Concelho de Constância, Médio Tejo, RLVT e Portugal - Variação absoluta e percentual - 1981/ 1991 /2001**

	Constância		Medio Tejo		RLVT		Portugal	
	V.Abs.	V. Relat.	V.Abs.	V. Relat.	V.Abs.	V. Relat.	V.Abs.	V. Relat.
<b>1981-1991</b>	221	5,60	-7.111	-3,03	35.137	0,38	39.166	0,42
<b>1991-2001</b>	-355	-8,51	-1.249	-0,55	172.186	1,84	980.191	10,45

Fonte: INE – XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 1981, 1991 e 2001, Lisboa.

### 2.1.2 - Evolução da População Residente no Concelho de Constância por freguesias, 1981-2001

**Gráfico 8 - Evolução da população residente por freguesias, Concelho de Constância – 1981 - 2001**



Fonte: INE – XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 1981, 1991 e 2001, Lisboa.

No gráfico n.º 8, onde se encontra representado a evolução da população do concelho de Constância por freguesias, verifica-se que a freguesia com mais população é a freguesia de Santa Margarida da Coutada, seguida das freguesias de Montalvo e Constância, sendo esta última, a freguesia com menor número de residentes. Esta hierarquia é totalmente invertida quando se analisa quanto à densidade demográfica apresentando a freguesia de Constância o valor mais elevado (é a freguesia com uma área menor).

De 1980 a 2001 a freguesia de Constância apresenta, apesar de muito reduzido, um decréscimo no n.º de residentes. A freguesia de Montalvo, apenas regista um decréscimo populacional no decénio de 91 a 2001.

Santa Margarida da Coutada, se por um lado é a freguesia com o número mais elevado de residentes é a freguesia que apresenta uma maior descida da população na última década – 15%. Esta descida representa na taxa de crescimento anual médio um valor negativo de 1,6%, valor inverso ao apresentado por esta freguesia no decénio anterior (1981/1991), onde por cada 100 habitantes a população crescia cerca de 0,79%. Esta descida poderá ser explicada pela diferente forma de contabilização da população militar instalada no campo Militar de

Santa Margarida entre os dois recenseamentos (1991/2001), vindo a provocar conseqüentemente uma descida da população do concelho uma vez que esta freguesia é a mais populosa.

**Quadro 10 - Variação da População por freguesias, 1981-2001**

Freguesias	91-81		01-91	
	V. Absolutos	V. Percentuais	V. Absolutos	V. Percentuais
<b>Constância</b>	-20	-2,20%	-9	-1%
<b>Montalvo</b>	73	7,14%	-14	-1%
<b>Stª Margarida da Coutada</b>	168	8,33%	-332	-15%

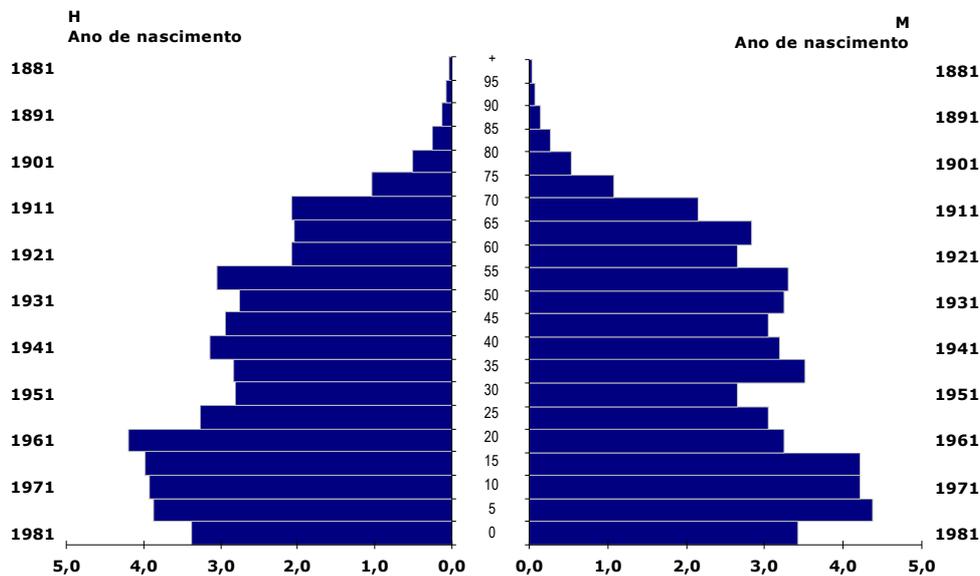
Fonte: INE – XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 1981, 1991 e 2001, Lisboa.

### **2.1.3 - Evolução das Estruturas Demográficas no Concelho de Constância - 1981 a 2001**

Uma vez analisados de uma forma retrospectiva, o volume e ritmo de crescimento da população do Concelho, impõe-se agora uma análise das estruturas demográficas, as quais são uma subdivisão da população em grupos homogéneos, a partir de determinadas características demográficas.

Para os 3 decénios em análise, pretendemos analisar a repartição da população por sexo e grupos etários, através das pirâmides de idades, relações de masculinidade, grupos funcionais e índices-resumo.

**Gráfico 9 – Pirâmide de Idades 1981**

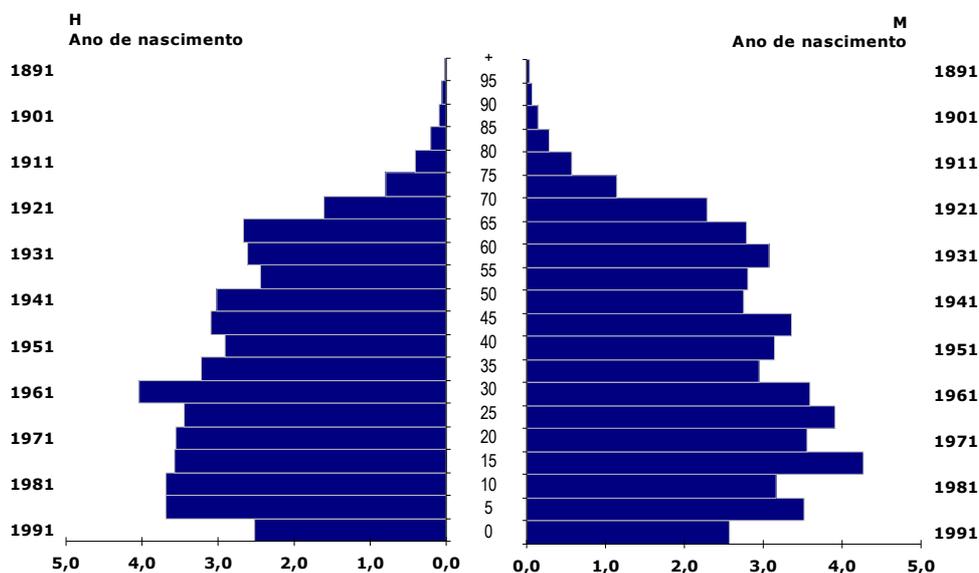


Fonte: INE – XII Recenseamentos Gerais da População, Censos 1981 Lisboa.

A Pirâmide de Idades do concelho de Constância no ano de 1981, apresenta uma base ligeiramente larga que ronda os 3,4% no sexo feminino e os 3,3% no sexo masculino. O topo encontra-se reduzido, sendo nos efectivos femininos que o grupo dos 75 e mais anos mais aumentou, apresentando valores no grupo de idades dos 75 e mais anos no sexo feminino de 2,9% contra valores bem mais inferiores no sexo masculino de 1,7%.

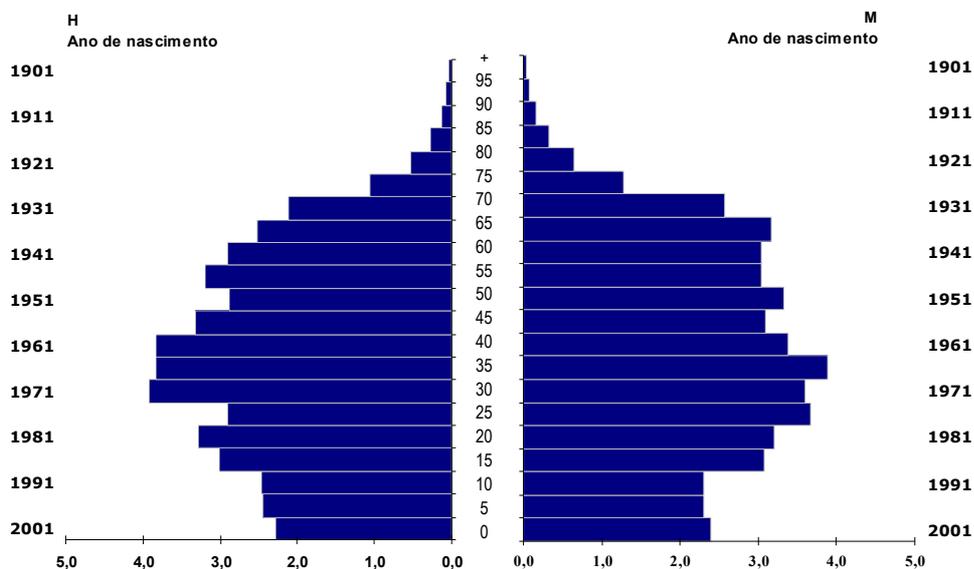
Da análise da pirâmide ressalta o grupo de idades dos 5 aos 9 anos que apresenta, tanto no sexo feminino como no sexo masculino, o maior número de efectivos populacionais, seguido do grupo dos 10 aos 14 anos e dos 15 aos 19 anos traduzindo assim a existência de uma grande proporção de jovens no concelho, representando 23,17% da população face a 13,70% de idosos.

**Gráfico 10 - Pirâmide de Idades 1991**



Fonte: INE - XIII Recenseamento Geral da População, Censos 1991 Lisboa.

**Gráfico 11 - Pirâmide de Idades 2001**



Fonte: INE - XIV Recenseamento Geral da População, Censos 2001 Lisboa.

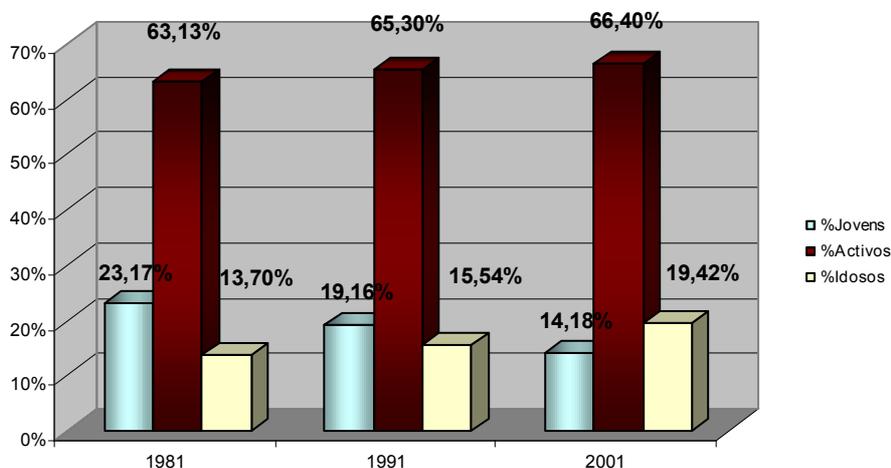
A pirâmide de 1991 assume cada vez mais o aspecto de urna<sup>9</sup>, verificando-se que a base está claramente mais reduzida do que em 1981 e 1991, e o topo significativamente alargado. Encontra-se, assim, em plena transição entre as do tipo de "acento circunflexo", com a que o concelho apresentava em 1981 e as do tipo "urna" típica dos países mais desenvolvidos.

No ano de 2001 a pirâmide etária do concelho de Constância, mantém as mesmas tendências de 1991, apresentando no entanto a base mais reduzida e um topo mais empolado.

Assiste-se assim ao fenómeno do duplo envelhecimento demográfico, que se caracteriza pelo aumento da população idosa (envelhecimento pelo topo) e pelo declínio da população jovem (envelhecimento pela base).

---

<sup>9</sup> Segundo Manuel Nazareth, trata-se da pirâmide típica dos países desenvolvidos, que se encontram na última fase da transição demográfica; os níveis de mortalidade e natalidade são muito baixos, o que implica a existência de uma pirâmide de idades com uma base bastante reduzida (baixas proporções de jovens) e um topo empolado (elevadas proporções de pessoas idosas);

**Gráfico 12 – Evolução dos grupos funcionais – Concelho de Constância 1981-2001**

Fonte: INE – XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 1981, 1991 e 2001, Lisboa.

Analisando os grupos funcionais<sup>10</sup> no concelho de Constância, verifica-se desde 1981 a 2001 uma grande diminuição da percentagem de jovens, sendo que em 1981 por cada 100 pessoas residentes no concelho cerca de 23,17% eram jovens, para se assistir a uma quebra neste grupo em 2001 para quase metade do valor, cerca de 14,2%, em 2001. No sentido inverso assiste-se a um aumento da percentagem de idosos, por cada 100 pessoas residentes no concelho em 1981 cerca de 14% eram idosas e em 2001 este valor aumenta para 19,4%.

No que concerne ao grupo dos potencialmente activos nota-se uma evolução gradual ao longo destes 20 anos, em 1981 por cada 100 residentes no concelho 63% encontra-se no grupo dos potencialmente activos, e em 2001 este valor apresenta uma subida para 66,4%.

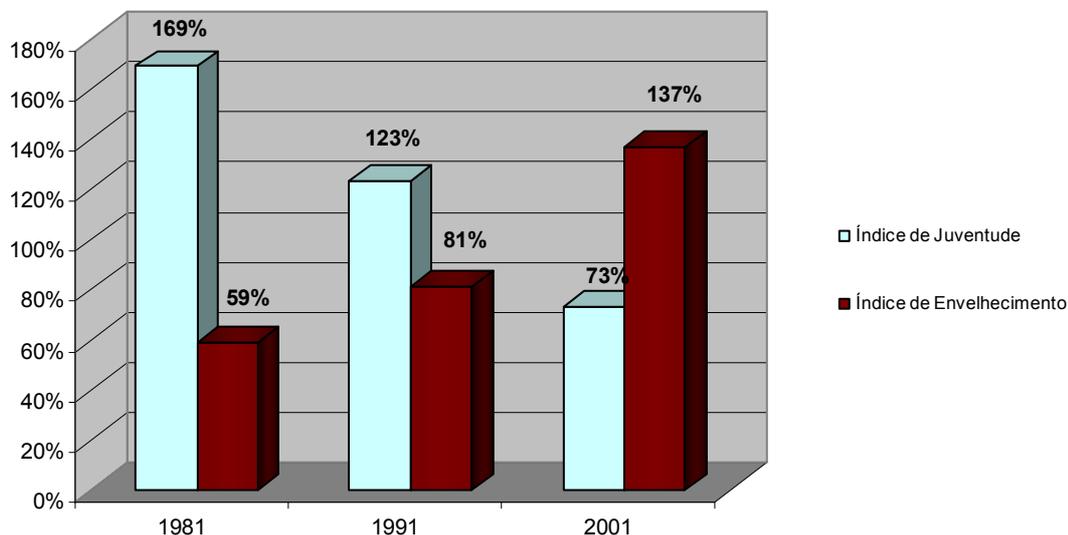
<sup>10</sup> Os grupos funcionais são compostos por 3 índices-resumo:

Percentagem de Jovens: população com 0-14 anos/população total x 100;

Percentagem de Potencialmente Activos: população com 15-64 anos/população total x 100;

Percentagem de Idosos: população com 65 e mais anos/população total x 100;

**Gráfico 13 – Evolução do Índice de Juventude e do Índice de Envelhecimento - Concelho de Constância 1981-2001**



Fonte: INE – XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 1981, 1991 e 2001, Lisboa.

Os índices de Juventude<sup>11</sup> e Envelhecimento<sup>12</sup> apresentam ao longo das últimas décadas valores que evidenciam o envelhecimento demográfico do Concelho registando-se tendências (inversas) bastante acentuadas nos dois índices.

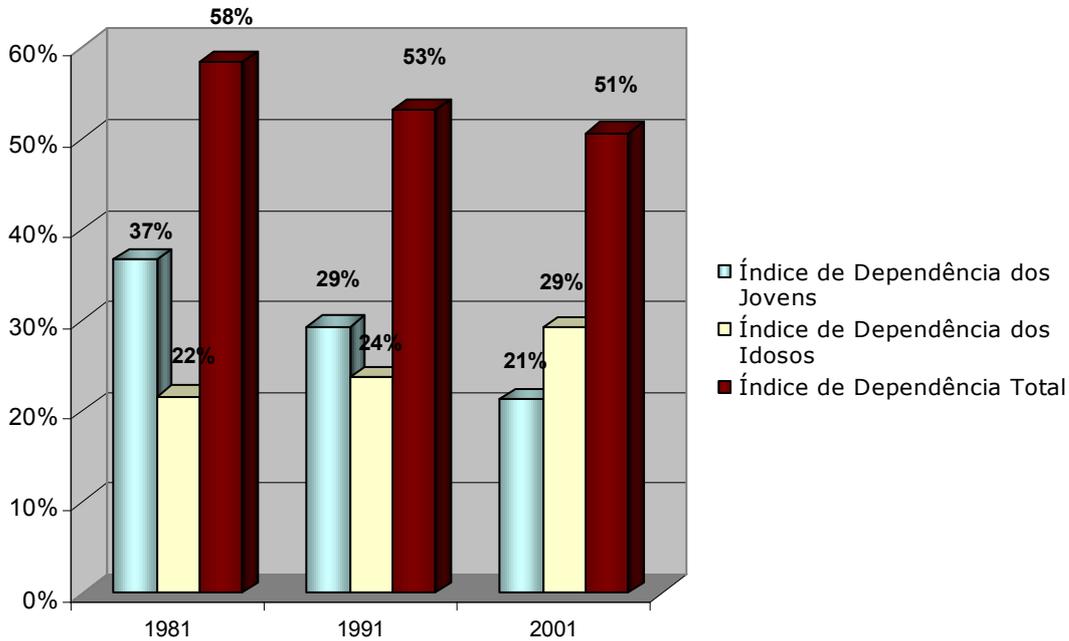
Analisando o índice de Juventude, registamos a maior quebra no ano de 1991 para 2001.

Em 1981 por cada 100 idosos o concelho de Constância apresentava 169 jovens, este número decresce para 123 em 1991, mantendo esta tendência (de decréscimo) em 2001 com cerca de 73 jovens por cada 100 idosos.

No índice de Envelhecimento regista-se um efeito contrário, apresentando uma subida ao longo dos três períodos em análise, verificando-se um grande aumento no número de idosos também no decénio de 1991/2001. Assim, em 1981 por cada 100 jovens existem 59 idosos, em 1991 cerca de 81 idosos e em 2001 apresenta o valor mais elevado de 137 idosos (por cada 100 jovens).

<sup>11</sup> Este índice faz a relação da população dos 0-14 anos/população com 65 e mais anos x 100;

<sup>12</sup> Relação entre a população com 65 e mais anos/população com 15-64 anos x 100.

**Gráfico 14 – Evolução dos Índices de Dependência - Concelho de Constância 1981-2001**

Fonte: INE – XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 1981, 1991 e 2001, Lisboa.

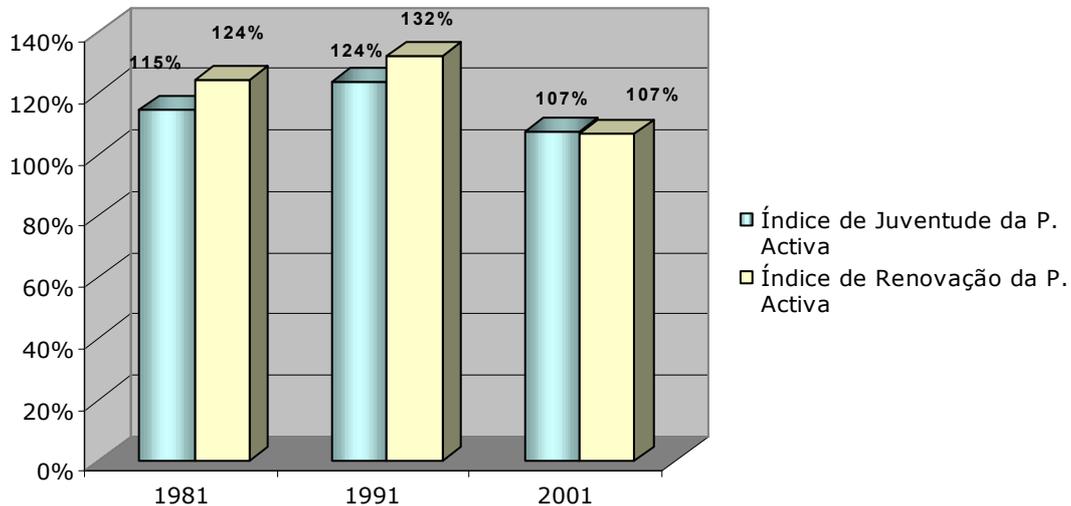
Os **índices de dependência**<sup>13</sup> são também ilustrativos do processo de envelhecimento no concelho de Constância. Como podemos observar verifica-se que este rácio tem vindo a baixar (de 58 indivíduos em 1981 para os 51 em 2001). Esta diminuição deve-se principalmente à diminuição do número de jovens, demonstrada pela diminuição do índice de dependência de jovens<sup>14</sup> de 37 em 1981 para 21 indivíduos em 2001. Apesar de se verificar um aumento na relação dos idosos – índice de dependência de idosos<sup>15</sup> (de 22 indivíduos em 1981 para 29 em 2001) sobre o grupo de potencialmente activos, não conseguiu compensar o declínio do índice de Dependência Total.

13 Relação existente entre o número de jovens (0-14 anos) e o de idosos (65 e mais anos) e a população em idade activa (15-64 anos).

14 Relação existente entre o número de jovens (0-14 anos) / e a população em idade activa (15-64 anos) x 100;

15 Relação existente entre o número de idosos (65 e mais anos) / e a população em idade activa (15-64 anos) x 100;

**Gráfico 15 – Evolução dos Índices de Juventude de Pop. Activa e de Renovação de Pop. Activa - Concelho de Constância 1981-2001**



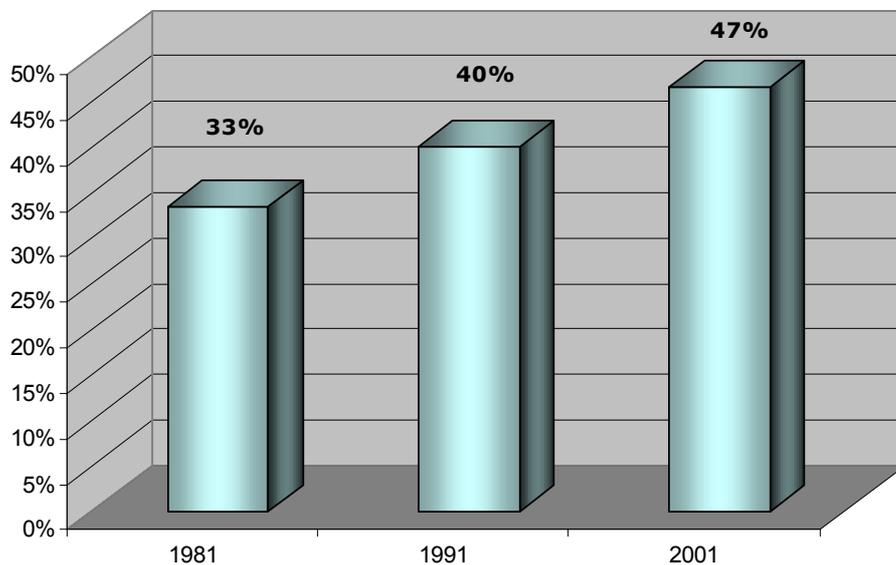
Fonte: INE – XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 1981, 1991 e 2001, Lisboa.

O **índice de Juventude da população activa**<sup>16</sup>, que reflecte o peso da camada mais jovem deste grupo (dos 15 aos 39 anos) em relação à camada mais velha (dos 40 aos 64 anos), sofre oscilações ao longo das últimas três décadas apresentando a maior descida em 2001, onde por cada 100 activos mais idosos existem 107 activos mais jovens.

Apresentando tendências inversas o **índice de Renovação da População Activa**<sup>17</sup>, que relaciona a população potencialmente activa que entra em actividade com a que se está a reformar, apresenta no último decénio em análise, uma grande descida devido ao elevado decréscimo de efectivos no grupo dos 20 aos 29 anos, porque o outro grupo de análise apresenta um aumento. Assim, por cada 100 activos que se estão a reformar (55 aos 64 anos) estão 107 a entrar em actividade (20 aos 29 anos).

<sup>16</sup> Relação existente entre a população com 15-39 anos/população com 40-64 anos x 100;

<sup>17</sup> Relação existente entre a população com 15-39 anos/população com 40-64 anos x 100;

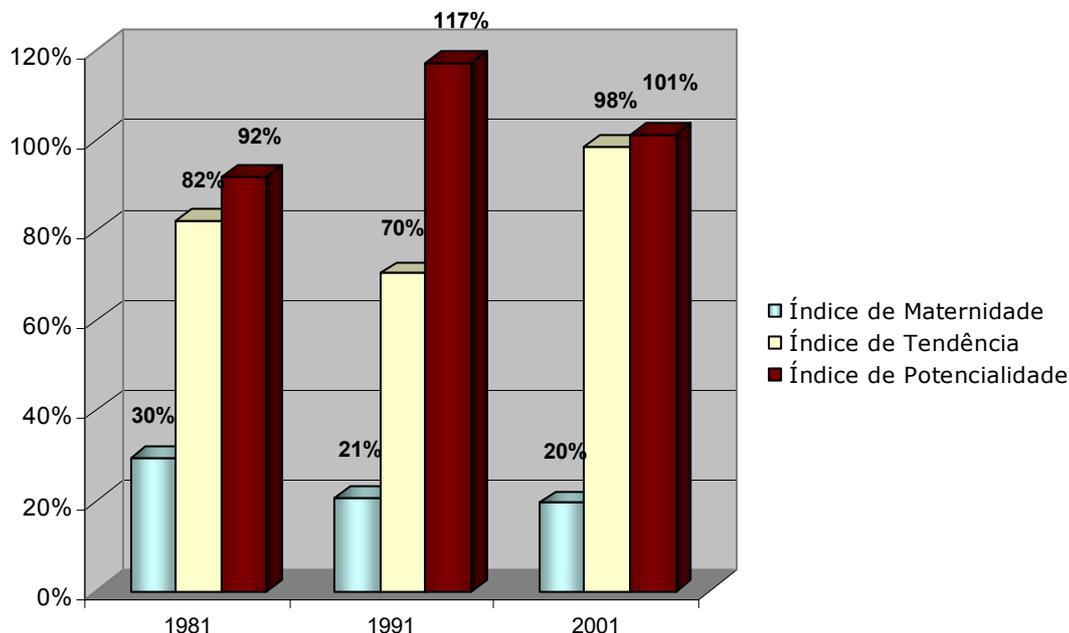
**Gráfico 16 – Evolução do Índice de Longevidade - Concelho de Constância 1981-2001**

Fonte: INE – XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 1981, 1991 e 2001, Lisboa.

Analisando agora a evolução do **Índice de Longevidade**<sup>18</sup>, verifica-se um aumento ao longo destes trinta anos, o que significa que a população com 75 e mais anos exerce um peso cada vez maior sobre a população dos 65 e mais anos, verificando-se assim, que estamos perante uma estrutura de população cada vez mais idosa. No ano de 2001 por cada 100 idosos mais jovens existem 47 idosos com 75 e mais anos, um aumento de 7% face ao valor apresentado no decénio de 1991 (40%).

18 Relação existente entre a população com 20-29 anos/ população com 55-64 anos x 100;

**Gráfico 17 – Evolução dos Índices de Maternidade, Tendência e Potencialidade - Concelho de Constância 1981-2001**



Fonte: INE – XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 1981, 1991 e 2001, Lisboa.

Analisando o **Índice de Maternidade**<sup>19</sup> no Concelho de Constância, verificamos que o nível de fecundidade está a decrescer, apesar de se registar uma descida menos acentuada (apenas 1%) no último decénio (2001). O **Índice de Potencialidade**<sup>20</sup> apesar da elevada subida no período anterior (1991), apresenta agora uma descida acentuada, sendo responsável por esta realidade de decréscimo o grupo de idades da população feminina dos 20 aos 34 (é neste grupo que se verifica um maior decréscimo quando comparado com o decénio anterior 1991).

No **Índice de Tendência**<sup>21</sup> observa-se a tendência para o declínio e envelhecimento populacional do concelho, registando um valor de 98%. Apesar do decréscimo acentuado no anterior decénio, verifica-se uma tendência de subida deste índice que recuperou em 28%, observando-se uma tentativa de travar o envelhecimento demográfico em curso.

19 Relação entre a população com 0-4 anos/ população com 15-49 anos;

20 Relação entre a população feminina com 20-34 anos/ pop. feminina com 35-49 anos

21 Relação entre a população com 0-4 anos/ população com 5-9 anos. Quando apresenta valores inferiores a 100 significa que está em curso um processo de declínio da natalidade e de envelhecimento.

## **2.2 - Análise da Mortalidade**

A Taxa Bruta de Mortalidade no concelho de Constância apresenta em 2000 (valor ajustado a 31.12.2000) um valor de 8,63‰, representando uma descida quando se compara com a taxa verificada em 1990 (valor ajustado) de 12,63‰, podendo esta indicar uma melhoria das condições higio-sanitárias e nos cuidados de saúde.

O indicador que nos poderá auxiliar quanto ao nível sanitário será a esperança de vida à nascença. No concelho de Constância, tendo como referência as taxas de mortalidade de 2000/2001, os homens podem esperar viver em média 81,7 anos e as mulheres 86,7 anos. Regista-se face às taxas de 1990/1991, um grande aumento na esperança média de vida nos homens, uma vez que neste decénio os homens podiam esperar viver em média 69 anos, o que se traduz num aumento médio de 12,6 anos, apesar de se continuar a registar uma sobremortalidade masculina. As mulheres continuam a ter uma esperança média de vida superior aos homens, no entanto de 1990/1991 para 2000/2001 registam um aumento menos elevado, cerca de 2,8 anos a mais.

Estes valores, de esperança de vida à nascença, encontram-se acima da União Europeia (2000/2001) nos homens (75,3 anos) e nas mulheres (81,4 anos) e de Portugal. Portugal, apresenta valores inferiores, quer a Constância quer à EU, para os dois sexos, 73,5 (homens) e 80,3 nas mulheres, sendo a primeira vez (em Portugal) que a mulher tem uma esperança de vida superior aos 80 anos.

**Quadro 11 – Indicadores de Mortalidade 1980, 1990, 2000**

<b>Indicadores</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>
Óbitos	38	51	45
Taxa B. de Mortalidade ‰	9,64	12,24	11,77
Taxa B. de Mortalidade ‰	12,11		
Taxa B. de Mortalidade ‰		11,92	
Óbitos com menos de 1 ano		0	0
Taxa de Mortalidade infantil ‰		0	0
Taxa de Mortalidade infantil (1997/ 2001) ‰			5,6
Esperança de vida à nascença			
Homens		69,5	81,7
Mulheres		83,9	86,7

Fonte: INE - Recenseamentos de 1991 e 2001 e Estatísticas Demográficas do Estado Civil

A taxa de mortalidade infantil é um indicador que reflecte bem as condições de vida de uma população. Esta taxa é definida como o quociente entre o número de óbitos com menos de um ano e os nados vivos.

A taxa de mortalidade infantil do concelho apresenta grandes oscilações no último decénio.

Em 2001 verifica-se que não ocorreu nenhum óbito com menos de 1 ano no concelho de Constância. No entanto, no último quinquénio em análise, constata-se uma taxa de 5,6 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos. Esta taxa de mortalidade infantil encontra-se acima do valor verificado em Portugal (5‰) e na média dos países da EU (4,6‰).

### **2.3 - Análise da Natalidade e Fecundidade Geral:**

A Fecundidade apresenta nas últimas décadas sinais de mudança radical. Se até 1980 a substituição das gerações estava assegurada o mesmo não se verifica a partir desta data e até aos dias de hoje.

A queda da Fecundidade evidencia várias mudanças na sociedade portuguesa: o crescente e continuo acesso da mulher à educação e ao mercado de trabalho, o retardamento do casamento (devido ao ingresso tardio dos jovens no mercado de trabalho), as práticas de controlo dos nascimentos e o adiamento da idade do 1º filho são alguns dos factores que potenciam a queda da fecundidade.

Seguindo a tendência geral da natalidade o concelho de Constância apresenta, em 2001, uma Taxa Bruta de Natalidade (TBN) de 9,42 crianças por mil habitantes uma diminuição de 2,1 por mil, tendo apresentado em 1991 uma TBN de 11,53 crianças por mil habitantes.

Ao calcularmos a Taxa de Fecundidade Geral (TFG) que relaciona a população feminina em período fértil com os nascimentos, verificamos também uma diminuição de 39,45 crianças por mil mulheres em idade fértil em 2001, face a 46,54 crianças por mil mulheres em idade fértil em 1991.

**Quadro 12 – Taxas de Fecundidade por idades das mães (por mil mulheres em idade fértil) – concelho de Constância 1991, 2001.**

GI	1990			2000		
	Nasc.	Pop.Fem.	Taxas	Nasc.	Pop.Fem.	Taxas
<b>15-19</b>	3	178	16,88	1	117	8,53
<b>20-24</b>	13	148	87,97	7	122	57,28
<b>25-29</b>	19	163	116,75	15	140	106,96
<b>30-34</b>	9	150	60,09	9	137	65,58
<b>35-39</b>	2	123	16,29	4	148	26,98
<b>40-44</b>	2	131	15,29	0	129	0,00
<b>45-49</b>	0	140	0,00	0	118	0,00
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>1031</b>	<b>46,54</b>	<b>36</b>	<b>913</b>	<b>39,45</b>

Fonte: INE - Recenseamentos de 1991 e 2001 e Estatísticas Demográficas do Estado Civil.

Da análise do quadro, verifica-se nos dois períodos de análise uma maior fecundidade nos grupos de idade dos 25-29 anos. Esta tendência é reforçada pelo aumento da TFG neste grupo de idades, sendo que em 1991 e 2001 a idade média ao nascimento do primeiro filho é de 28 anos. Verifica-se também, o aumento de nascimentos no grupo de idades dos 35 aos 39 anos e uma diminuição dos nascimentos no grupo de idades dos 40-44 anos.

No concelho de Constância, tal como em Portugal, a fecundidade é cada vez mais caracterizada pelo seu envelhecimento, apesar de não se registar um aumento notório na idade média ao nascimento do primeiro filho (de 27,77 para 28,35 anos).

O Índice Sintético da Fecundidade que expressa o número de crianças por mulher, apresenta também um decréscimo face a 1991, continuando assim a não assegurar a substituição das gerações que apenas é conseguido com 2,1 crianças por mulher. Em 1991 observava-se o valor de 1,6 crianças por mulher decrescendo este valor para 1,3 crianças por mulher em 2001, encontrando-se assim abaixo do ISF verificado em Portugal em 2001 (1,6 nascimentos por cada mil mulheres em período fértil).

A taxa líquida de reprodução também diminuiu (0,1%) entre 1991 e 2001. Assim, em 2001 cada mãe ao longo do período fecundo tem em média 0,6 crianças do sexo feminino, este valor continua a não permitir que a substituição de gerações esteja assegurada ou seja, que cada mãe tenha em média uma filha para a substituir.

**Quadro 13 – Indicadores da Natalidade e Fecundidade (por mil mulheres em idade fértil)**

<b>Indicadores</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>
Tx. Bruta de Natalidade:	11,53	9,42
Tx. Fecundidade Geral:	46,54	39,45
Idade Média da Fecundidade:	27,77	28,35
Variância da Fecundidade:	33,31	24,23
Descendência Média:	1,57	1,33
Tx. Bruta de Reprodução:	0,76	0,65
Tx. Líquida de Reprodução:	0,70	0,60

Fonte: INE - Recenseamentos de 1991 e 2001 e Estatísticas Demográficas do Estado Civil.

## 2.4 - Migrações

As migrações são no presente o principal factor a influenciar a população dos países desenvolvidos. No entanto a sua quantificação, sejam migrações internacionais ou internas apresenta ainda dificuldades uma vez que não existe um registo directo dos respectivos acontecimentos.

Um dos métodos indirectos de análise dos movimentos migratórios trata-se da equação de concordância:

$$P x + n = P x + (N - O) + (I - E)$$

Se a qualidade dos dados do recenseamento é boa, a equação de concordância possibilitará estimar o crescimento migratório.

Esta equação "base" da demografia permite verificar se a população num determinado período ( $P x + n$ ) corresponde à população no período anterior ( $P x$ ), a que se soma o crescimento natural ( $N - O$ ) e o crescimento migratório ( $I - E$ ).

Para o período de 1990 e 2000 (valores ajustados a 31/12 do respectivo ano) verifica-se o seguinte:

**Quadro 14 – Equação de Concordância para o concelho de Constância, 1991, 2001**

$P x + n$ 2000	3822
$Px$ (1990) + $N - O$	4055
Diferença	-233

Fonte: Recenseamento Geral da População 1991, 2001, INE.

Partindo do pressuposto de que a qualidade dos dados é boa (uma vez que são de fonte oficial), e de que os nascimentos e os óbitos não estão mal avaliados (estes carecem de um registo directo) considera-se que a diferença observada de 233 residentes a menos no concelho se devem à emigração e a um saldo natural negativo.

Outro dado que será pertinente analisar e que poderá auxiliar a estabelecer cenários futuros das migrações, funcionando como valores indicativos, são os dados censitários sobre a

residência anterior que permitem obter boas estimativas sobre as migrações internas. Analisando esta informação observa-se o seguinte:

Entre 31/12/1995 e 12/03/2001 regista-se um saldo migratório interno no concelho de 12 pessoas revelando que entraram mais pessoas provenientes de outros concelhos do que as que saíram. Dos que entraram no concelho 93% provêm de outros concelhos e apenas 6,5% do estrangeiro.

Entre 31/12/1999 e 12/03/2001 os dados apontam um saldo migratório interno negativo de 19 pessoas. Apesar de, comparando com 1995, (segundo as migrações por concelho de residência habitual) o concelho manter mais população que não mudou de concelho, registam-se face a 1999 mais emigrantes do que imigrantes.

Este decréscimo populacional poderá ser explicado pela diferente forma de contabilização da população militar instalada no campo Militar de Santa Margarida entre os dois recenseamentos (1991/2001), vindo a provocar conseqüentemente uma descida da população do concelho uma vez que esta freguesia é a mais populosa e nas outras freguesias não se observam diferenças significativas da população.

### **3- Análise Prospectiva**

Para este exercício prospectivo serão delineados 3 cenários de evolução. A construção destes cenários assenta num conjunto de hipóteses que partem de uma análise regressiva da evolução da população de 1981 a 2001.

Para a construção destes cenários possíveis de evolução será adoptado o Método das Componentes Principais, analisando-se assim os 3 componentes elementares de uma população: mortalidade, fecundidade e as migrações.

#### **Projeções do segmento mortalidade:**

Para a projecção do segmento da mortalidade é necessário ter em conta a taxa de mortalidade infantil. Esta taxa é um indicador que reflecte o nível de desenvolvimento do concelho de Constância bem como de todas as sociedades humanas fazendo denotar uma subida nas suas condições higio-sanitárias. A taxa de mortalidade infantil do concelho de Constância no decénio de 1991/2001 é igual a 5,6 por mil. Esta taxa reflecte os valores apresentados nos anos de 1993 e 1999, anos em que a TMI apresentou valores com 2 dígitos.

Tendo em consideração os valores da TMI e a esperança média de vida são considerados para o concelho os níveis de evolução definidos pelas Tábuas-tipo de Princeton 3ª Versão (modelo Oeste): 26W para os quinquénio de 2000 a 2010 e o nível 27W para o quinquénio de 2010 a 2015, prevendo-se assim que a TMI venha a baixar e que se mantenha os mesmos valores (elevados) quanto à esperança média de vida.

#### **Projeções do segmento fecundidade:**

A projecção do segmento da natalidade serve para responder à seguinte questão: qual o número de nascimentos que irão ocorrer no concelho de Constância até 2015?

A taxa de fecundidade geral é determinante para calcularmos o número de nascimentos. Analisando esta taxa em 1990, 1997 e 2001 observamos que tem vindo a apresentar valores inferiores passando de 48 por mil (1990), para 43 por mil (1997) e 40 por mil em 2001. Admitindo-se assim para o período até 2015 um modelo de baixa fecundidade de 40 por mil.

### **Projeções do segmento migrações:**

Cenários de Evolução:

Um cenário de evolução natural – “Tendência Pesada Natural”, que apenas considera os movimentos naturais da população (natalidade e mortalidade);

Um cenário de evolução positivo apesar de moderado - “Atracção Moderado”, considerando os movimentos migratórios e colocando como hipótese que o concelho de Constância venha a atrair população;

Um cenário de evolução negativo – “Cenário de Repulsão”, ou seja considerando o concelho de Constância como um concelho que não atrai população (residente).

Para a definição do Cenário tendência mais provável, tratando-se de cenários de evolução possíveis que assentam num conjunto de hipóteses, considera-se os seguintes pressupostos:

- análise retrospectiva da evolução populacional do concelho de 1981 a 2001;
- estratégias empresariais das unidades empregadoras da indústria e da Câmara Municipal de Constância;
- opções de reestruturação das Forças Armadas, com impacto nas unidades instaladas na sub-região de Santa Margarida/Tancos;
- desenvolvimento dos centros urbanos/ cidades médias situados na envolvente territorial de Constância;
- a oferta de turismo e lazer do concelho.

Da avaliação dos diversos pressupostos conclui-se que o cenário de evolução mais plausível e que conseqüentemente servirá de base para a população a escolarizar é o cenário de “Atracção Moderado”.

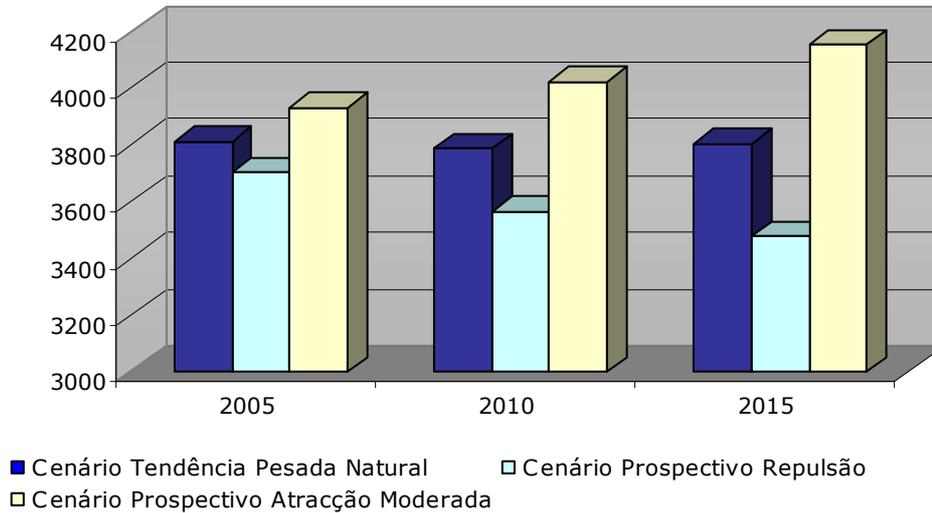
Não obstante o concelho apresentar no decénio anterior uma taxa de migração negativa, igual a 0,68%, consideramos este cenário admitindo as seguintes “Perspectivas e Estratégias de Desenvolvimento”:

- Consolidação do emprego industrial, atraindo novas empresas para o concelho beneficiárias de boas acessibilidades e do alargamento da zona industrial;

- Articulação entre o desenvolvimento de Constância e o desenvolvimento das cidades médias do Médio Tejo, valorizando o efeito rede a partir de complementaridades produtivas e territoriais que derivam das vantagens oferecidas por cada uma das partes em termos de recursos naturais e económicos;
- Desenvolvimento turístico e de actividades de lazer, valorizando a paisagem, o ambiente e a cultura, promoção de actividades desportivas e diversificação dos desportos náuticos - nomeadamente com a construção (a decorrer) do Centro Náutico;
- Reforço das funções urbano – residenciais, criando condições para melhorar o quadro de vida dos residentes actuais e atrair novos residentes, investindo no domínio da assistência social, na recuperação da habitação e na construção de habitação a custos controlados. Considera-se também, o número crescente de loteamentos aprovados para habitação que perfaz no total – 632 fogos;

### 3.1 - Apresentação dos Resultados:

**Gráfico 18 - Evolução da população residente nos 3 cenários projectados**



Fonte: Diagrama de Léxis

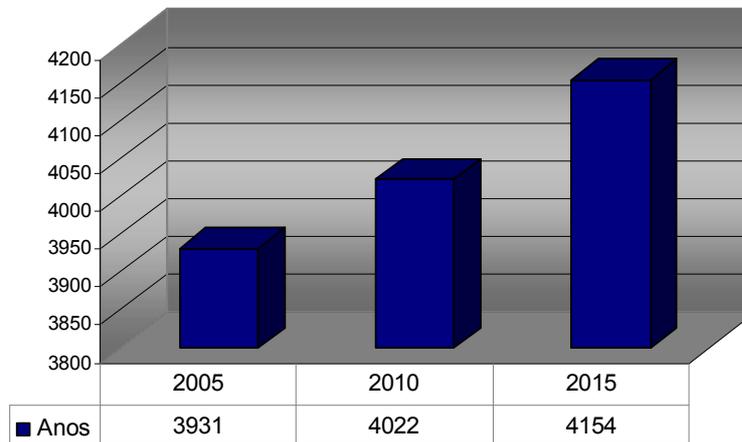
Observando a taxa de crescimento anual médio nos vários cenários e períodos de tempo projectados, verificamos que no cenário tendência pesada natural a população apresenta sempre uma taxa de crescimento anual médio negativa, ou seja, considerando apenas uma "população fechada" sem movimentos migratórios.

Considerando a população projectada no cenário tendência de atracção moderada, observa-se um crescimento positivo até 2005, de 0,57% em 2010 de 0,46% e em 2015 de 0,65%. Este valor é sempre superior à taxa verificada em 2001 (um aumento de 0,5 efectivos por cada 100 residentes).

O cenário de repulsão que considera um decréscimo populacional no concelho ao longo de 15 anos, apresenta também uma taxa de crescimento anual média negativa em todos os períodos.

### 3.2 - Volumes e Ritmos de Crescimento da População do Concelho de Constância entre 2005 e 2015

**Gráfico 19 – Evolução da População Residente – Cenário de Atracção Moderado**



Fonte: Diagrama de Léxis

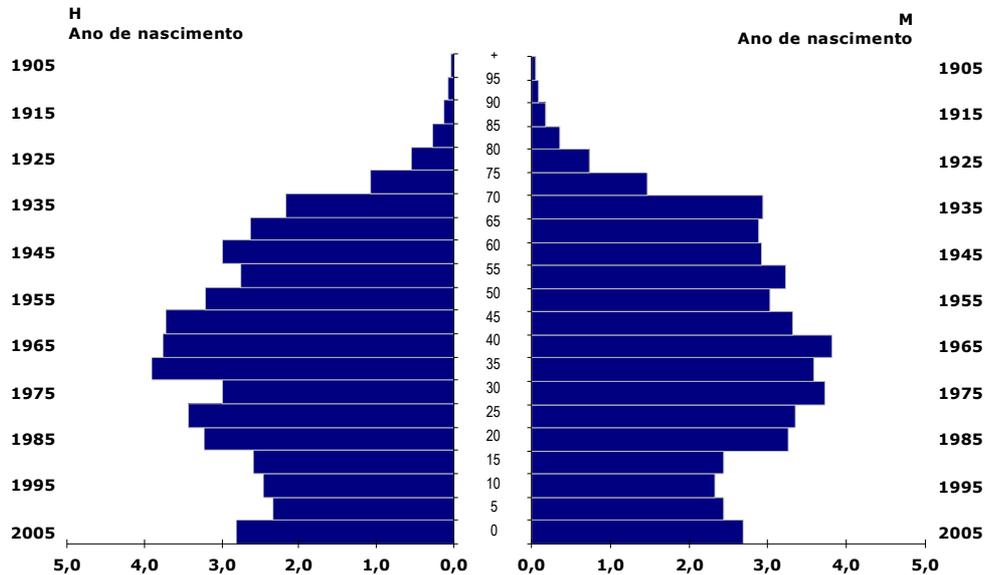
**Quadro 15 – Evolução das Taxas de Crescimento Anual Médio**

2000-2005	2005-2010	2010-2015
0,57%	0,46%	0,65%

Fonte: Diagrama de Léxis

De acordo com o Cenário de "Atracção Moderado" construído, e caso se confirmem as hipóteses enunciadas, apesar de a um ritmo de crescimento desigual, a população do concelho de Constância registará uma evolução positiva entre 2000 e 2015. No entanto, como podemos observar no quadro em cima, registam-se períodos em que o crescimento da população concelhia é mais elevado que outros, como exemplo o período de 2005-2010 onde se constata uma ligeira descida da taxa de crescimento anual média de 0,57% para 0,46%. No quinquénio seguinte regista-se uma subida, apresentando o valor mais elevado do período em análise.

**Gráfico 20 – Pirâmide de Idades 2005 – Concelho de Constância**

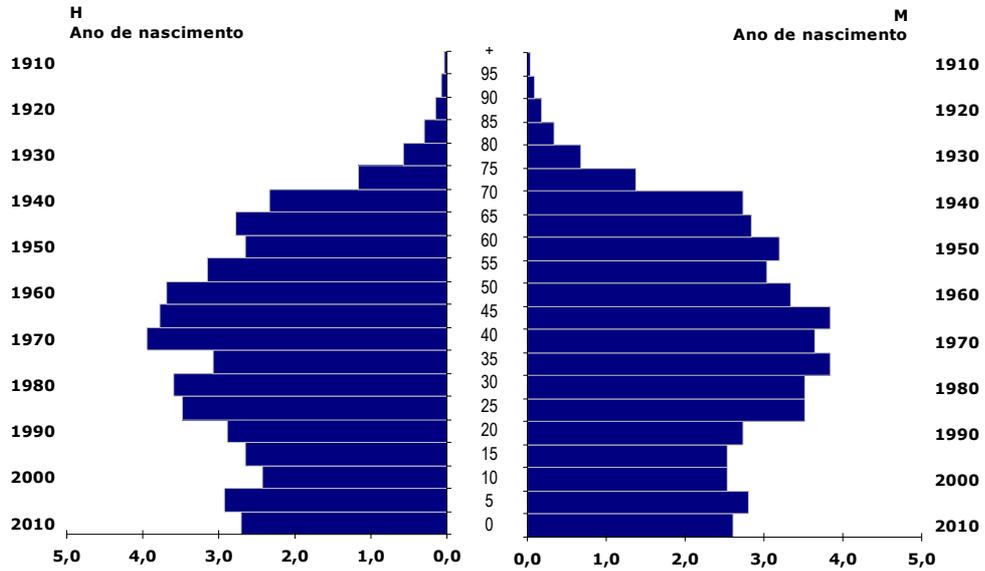


Fonte: Diagrama de Léxis

De 2005 a 2015, são visíveis duas tendências contrárias: por um lado a base da pirâmide diminui progressivamente ao longo deste período (passando de 5,5% em 2005 para 5% em 2015) o que evidencia a redução de proporção de jovens, por outro, o topo das pirâmides ao longo do período de análise, não apresenta grandes oscilações na proporção de idosos registando-se mesmo uma ligeira diminuição neste grupo (0,1%), de 2010 para 2015.

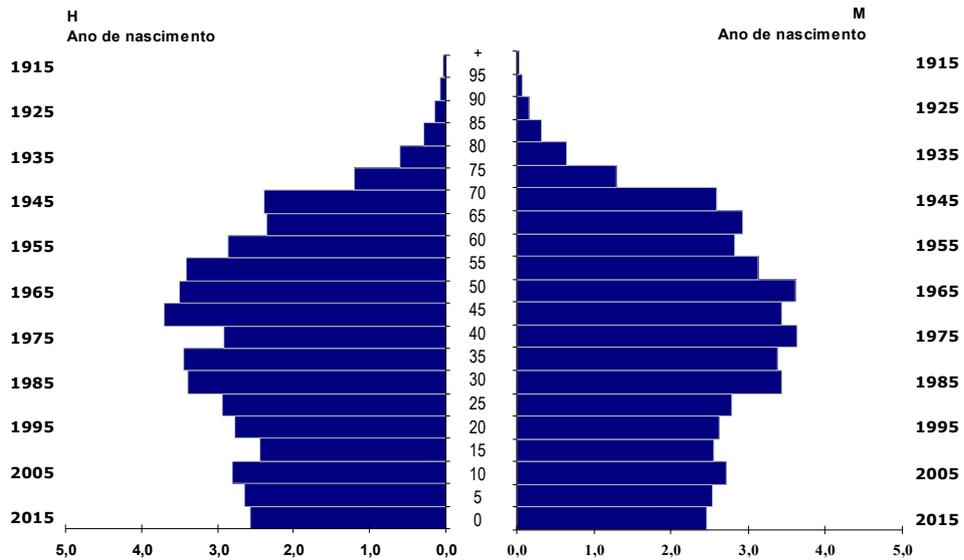
O processo de envelhecimento demográfico previsto para o concelho neste cenário, mantém-se. Apesar de não haver um aumento no topo da pirâmide (aumento no número de idosos) a base continua a estreitar (diminuição do número de nascimentos) mantendo-se assim a superioridade do grupo de idosos.

**Gráfico 21 - Pirâmide de Idades 2010 – Concelho de Constância**



Fonte: Diagrama de Léxis

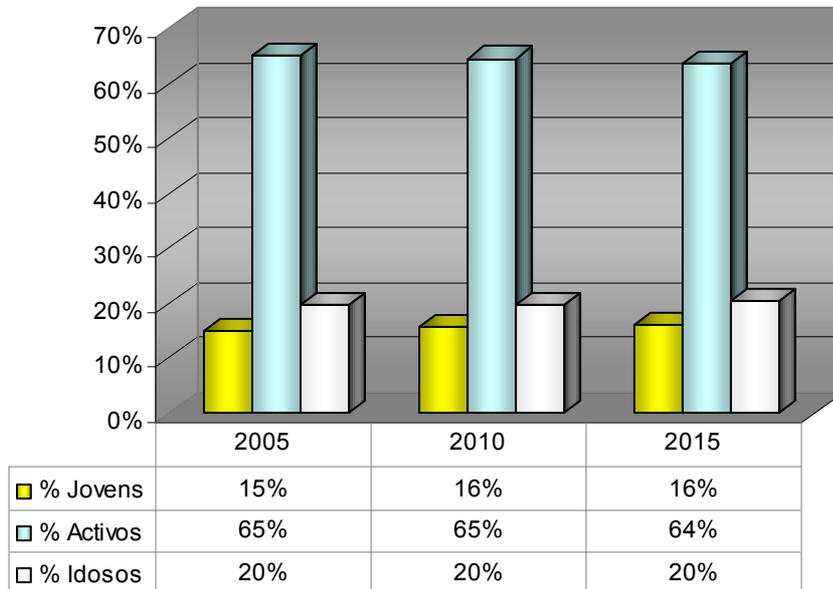
**Gráfico 22 - Pirâmide de Idades 2015 – Concelho de Constância**



Fonte: Diagrama de Léxis

### 3.3 - Grupos Funcionais e Índices Resumo

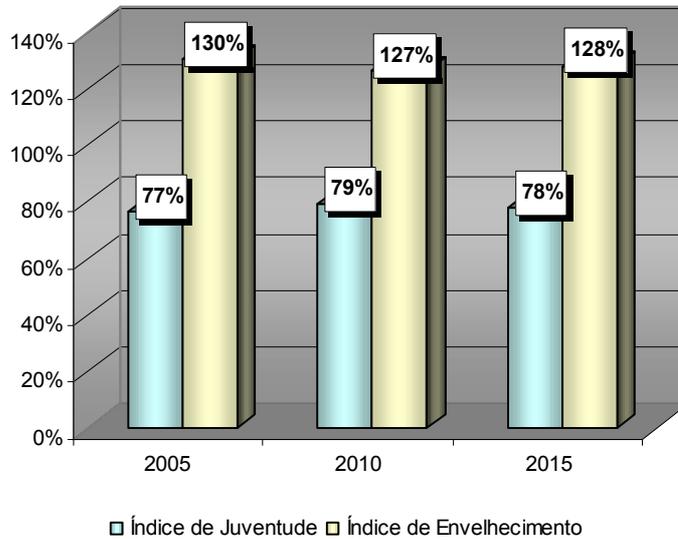
**Gráfico 23 – Evolução dos Grupos funcionais – 2005-2015**



Fonte: Diagrama de Léxis

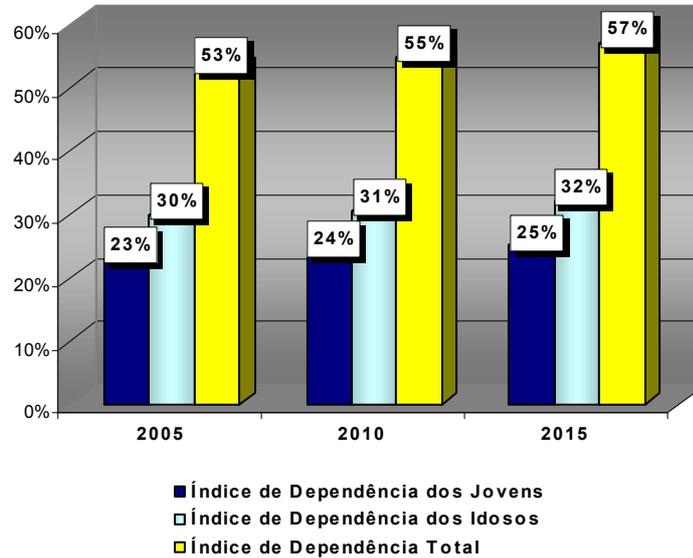
Da análise do gráfico n.º 23 e de acordo com o cenário previsto, estima-se que:

- a percentagem de jovens apresenta um ligeiro aumento de 0,1%;
- a percentagem de potencialmente activos apresenta um ligeiro decréscimo (0,1%) de 2010 a 2015;
- a percentagem de idosos mantêm-se em todo o período analisado.

**Gráfico 24 – Evolução dos Índices de Juventude e Envelhecimento – 2005 a 2015**

Fonte: Diagrama de Léxis

Analisando a evolução dos Índices de Juventude e de Envelhecimento constatamos que os dois índices apresentam movimentos opostos, no entanto com oscilações muito ténues. Assim, de 2005 para 2010 regista-se uma ligeira subida no Índice de Juventude e uma descida no índice de envelhecimento. No quinquénio seguinte verifica-se o inverso, i.é. um ligeiro decréscimo no índice de Juventude e uma subida no índice de envelhecimento. Apesar de não ocorrerem grandes oscilações quanto ao número de jovens ou idosos no período de análise, a percentagem de jovens mantém-se muito inferior à dos idosos, ou seja em 2015 registam-se 78 jovens por cada 100 idosos e 128 idosos por cada 100 jovens.

**Gráfico 25 - Evolução dos Índices de Dependência – 2005-2015**

Fonte: Diagrama de Léxis

Analisando a tendência dos 3 índices de dependência de 2005 a 2015, verifica-se em todos a mesma tendência de subida, embora pouco acentuada.

Assim, o índice de dependência de jovens apresenta um crescimento de 1% em cada quinquénio, no entanto a percentagem de idosos também continua a crescer na mesma proporção (1% por quinquénio) continuando a manter uma percentagem superior face aos jovens. O índice de dependência total, que é a combinação dos dois índices anteriores (população jovem mais a população idosa face à população activa), manifesta a mesma tendência de subida no entanto um pouco mais acentuada (2% por quinquénio), verificando-se em 2015 cerca de 57 jovens e idosos por cada 100 potencialmente activos.

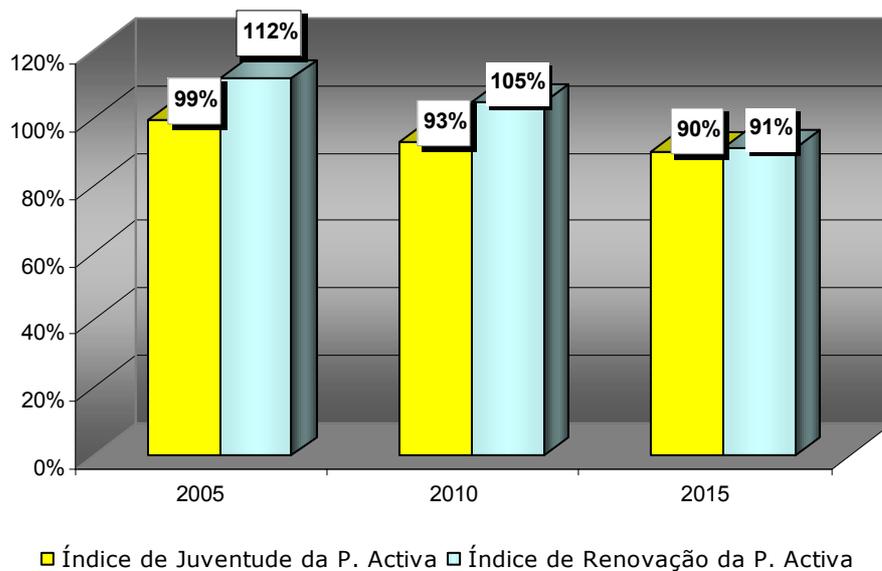
No gráfico seguinte que representa a evolução dos Índices de Juventude de Pop. Activa e Renovação da Pop. Activa de 2005 a 2015, verifica-se que o índice de Juventude de Pop. Activa (relaciona a metade mais jovem (15-39) com a metade menos jovem deste grupo (40-64)), de 2005 a 2015 apresenta uma diminuição de 9%.

Assim, por cada 100 "pessoas activas" entre os 40-64 anos, existem 99 entre os 15-39 anos em 2005, diminuindo este número para os 90 em 2015.

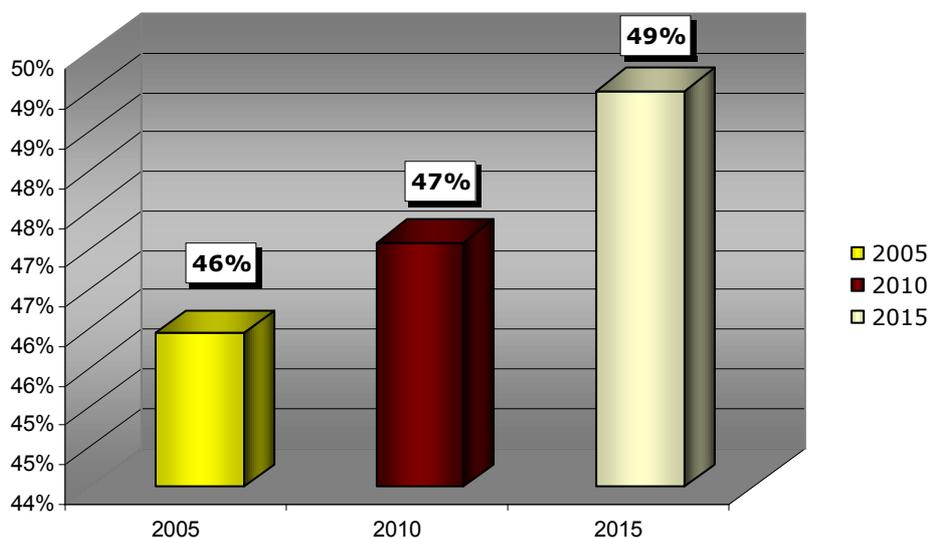
O Índice de Renovação da População Activa (que relaciona a população potencialmente activa que entra em actividade com a que se está a reformar) segue a mesma tendência de evolução do índice anterior apresentando mesmo um decréscimo mais elevado. Assim, se em 2005 por cada 100 pessoas que se reformam, 112 encontram-se a entrar em actividade, em 2015 este número diminui para 91 (a entrar em actividade) face a 100 a entrar na reforma. Mantendo-se, no entanto, 1% acima do índice de Juventude de Pop. Activa.

Da análise destes dois índices conclui-se que, caso as hipóteses enunciadas se concretizem, verificar-se-á um envelhecimento da população activa do concelho, embora que gradual, provocado pela dificuldade de renovação aqui evidenciada pela tendência globalmente decrescente dos activos que entram em actividade relativamente aos que se reformam.

**Gráfico 26 - Evolução dos Índices de Juventude de Pop. Activa e Renovação da Pop. Activa – 2005 a 2015**



Fonte: Diagrama de Léxis

**Gráfico 27 - Evolução dos Índices de Longevidade – 2005 - 2015**

Fonte: Diagrama de Léxis

O Índice de Longevidade permite comparar o peso dos idosos mais jovens com os menos jovens. Observando o gráfico, verificamos um aumento dos idosos com mais de 75 anos, apresentando de 2005 a 2015 os aumentos mais significativos, passando de 46 idosos com mais de 75 anos em 2005 para 47 em 2010, terminando esta análise em 2015 com 49 idosos com 75 e mais anos face a 100 idosos do grupo de 65 anos. Confirma-se assim o aumento da esperança média de vida.

**Notas Conclusivas:**

Nos últimos 30 anos a população do concelho de Constância tem tido diversas oscilações. De 1970 a 1991 regista uma evolução positiva, apesar de vir a decrescer em intensidade, na última década (2001) apresenta um decréscimo. Este decréscimo populacional verificado, deve-se essencialmente à diminuição da população na freguesia da Santa Margarida da Coutada, a freguesia mais populosa do concelho, influenciada directamente pela "população militar" que se encontram no Campo Militar de Santa Margarida.

A estrutura demográfica do concelho apresenta, à semelhança da evolução nacional, o fenómeno do duplo envelhecimento, que se caracteriza pelo aumento da população idosa (envelhecimento pelo topo) e pelo declínio da população jovem (envelhecimento pela base). Se em 1981 temos por cada 100 idosos 23 jovens, em 2001 este número decresce para os 14. No sentido inverso o número de idosos por cada 100 jovens aumenta de 13 em 1981 para 19 em 2001.

Os índices evidenciam esta tendência demonstrando uma dependência cada vez mais elevada dos idosos em relação à população mais jovem e potencialmente activos. Seguindo o efeito "geração" e a consequente transferência de população para o grupo seguinte, assiste-se à transferência de efectivos para o grupo de potencialmente activos e para o grupo de idosos, não se assistindo a um reforço do primeiro grupo, delineando-se assim um inevitável envelhecimento demográfico.

Esta análise retrospectiva servirá de indicador para a elaboração das projecções da população do concelho até 2015. Analisando o passado poderemos com maior fiabilidade perspectivar o futuro.

Neste exercício prospectivo, delineamos três cenários prováveis de evolução, em que se prevê: no primeiro, um cenário de tendência pesada natural que considera apenas o saldo natural; no segundo, um cenário que denominado Cenário de Atracção Moderada, onde se considera uma taxa de crescimento migratório de 0,68% (a mesma taxa que se verificou no último decénio no entanto considerando valores positivos); um terceiro cenário menos optimista, Cenário de Repulsão, onde se considera a taxa de crescimento negativa de 0,68% (taxa real). A evolução da mortalidade e da fecundidade é comum em ambos.

Delinearam-se três cenários para se escolher o cenário de evolução mais plausível, no qual vai assentar a projecção da população a escolarizar.

Considerando todas as hipóteses de desenvolvimento previstas para o concelho, o cenário que melhor espelha a sua realidade e a possível evolução nos próximos 15 anos é o Cenário de Atracção Moderada.

De acordo com o cenário escolhido, e caso as hipóteses de evolução se confirmem, prevê-se que a população do concelho de Constância nos próximos 15 anos apresente uma taxa de crescimento anual médio positivo, apesar de decrescer no quinquénio de 2005-2010, apresentando no quinquénio seguinte a taxa mais elevada do período em análise. No entanto, as estruturas demográficas do concelho indicam que a população, apesar de, a um ritmo mais lento do que o verificado anteriormente (2001), continua com a tendência para o duplo envelhecimento, ou seja uma tendência para a diminuição do peso dos jovens (envelhecimento na base) e para um aumento do peso dos idosos (envelhecimento no topo). Esta tendência é visível nas pirâmides de idades de 2005 a 2015.

A tendência para atenuar o ritmo do envelhecimento é verificada quando analisada a percentagem de jovens que apresenta uma ligeira subida (1%) de 2005 a 2010 e a tendência dos idosos para manter a sua percentagem no decorrer dos 15 anos. Quanto à população potencialmente activa, assiste-se a um ligeiro decréscimo deste grupo. Esta evolução das estruturas mantêm-se quando analisados os índices, verificando-se uma ligeira diminuição do índice de envelhecimento e no índice de juventude. Nos índices de dependência (jovens, idosos e total) observa-se uma ligeira subida ao longo dos vários períodos de análise.

O envelhecimento demográfico do concelho é também confirmado pelo Índice de Longevidade. Neste índice regista-se um ligeiro aumento do peso dos idosos menos jovens face aos idosos mais jovens o que traduz um contínuo aumento da esperança média de vida no concelho nos próximos 15 anos.

A forma como as estruturas microdemográficas irão evoluir é o que irá determinar a evolução do volume e das estruturas do concelho nos próximos anos.

As tendências de evolução previstas para o período de 2000/2015 nos cenários elaborados são um reflexo e uma consequência dos modelos de evolução previstos para a natalidade, mortalidade e movimentos migratórios.

De acordo com Maria João Valente Rosa (1996, 1195) "As expectativas em relação à travagem do processo de envelhecimento demográfico são, assim, cada vez menores, aumentando as referências sobre o carácter praticamente inelutável deste processo (...)" "Todos os cenários demográficos construídos sobre o futuro das estruturas etárias, nomeadamente para os vários países da EU, convergem, assim, no seguinte ponto: prosseguimento da tendência para o acentuar dos níveis de envelhecimento demográfico das populações. A realidade portuguesa não é aqui excepção."

#### **4 - Oferta da Educação e do Ensino**

*"A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem, com espírito criativo, o meio social em que se integram e se empenharem na sua transformação progressiva"*

*Lei de Bases do Sistema Educativo – art. 2º*

A Escola deve ser entendida como uma organização; uma organização muito específica cuja principal finalidade é a formação integral e harmoniosa da pessoa humana. As finalidades reflectem a essência da própria organização, intimamente associadas às funções que desempenha na sociedade.

A constituição do Agrupamento Vertical de Escolas integrando a totalidade dos estabelecimentos de educação públicos reforça o sentido de coesão, de sequencialidade e de eficácia das aprendizagens que promove, entendendo-se o agrupamento não como a simples soma dos seus elementos, mas como uma totalidade, um campo organizacional onde se estabelecem relações entre os diversos actores e entre estes e a comunidade.

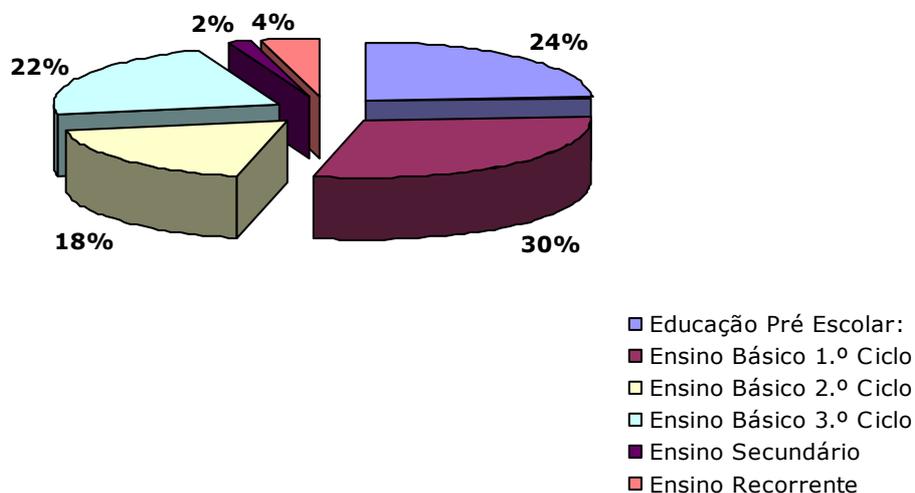
**Quadro 16 – Repartição dos alunos pelos vários níveis e redes de ensino**

<b>Rede de Educação do Concelho - 2003/2004</b>		
<b>Educação Pré Escolar:</b>	<b>N.º Escolas:</b>	<b>N.º de Alunos</b>
Rede Pública	5	138
Inst. Militar	1	12
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>150</b>
<b>Ensino Básico 1.º Ciclo:</b>		
Público	7	181
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>181</b>
<b>Centro de Actividades de Tempos Livres:</b>		
I.P.S.S.	6	132
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>132</b>
<b>Ensino Básico 2.º Ciclo:</b>		
Público	1*	114
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>114</b>
<b>Ensino Básico 3.º Ciclo:</b>		
Público	1*	137
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>137</b>
<b>Ensino Secundário:</b>		
Público	1*	11
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>11</b>
<b>Ensino Nocturno Público:</b>		
Público	2	25
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>25</b>
<b>Total do Ensino no Concelho de Constância:</b>	<b>20</b>	<b>468</b>

Fonte: DREL/CMC

\*Trata-se sempre da mesma escola – EB 2,3/ES – Luís de Camões.

De acordo com o quadro apresentado, o sistema de educação e ensino no concelho de Constância no ano lectivo de 2003/2004 envolve 468 alunos, para além das 150 crianças em Educação Pré-Escolar.

**Gráfico 28 – Repartição dos alunos pelos vários níveis de ensino 2003/2004**

Fonte: DREL/CMC

Dos 618 alunos que frequentam o sistema de ensino do Concelho, a maior percentagem de alunos (cerca de 30%) está registada no 1º ciclo do ensino básico. Seguindo-se a educação pré-escolar com uma percentagem de 24%, o 3º ciclo do ensino básico com 22%, o 2º ciclo com o total de 19%. O ensino recorrente e ensino secundário são os níveis de ensino que apresentam percentagens da população escolar inferiores como 4% e 2% respectivamente.

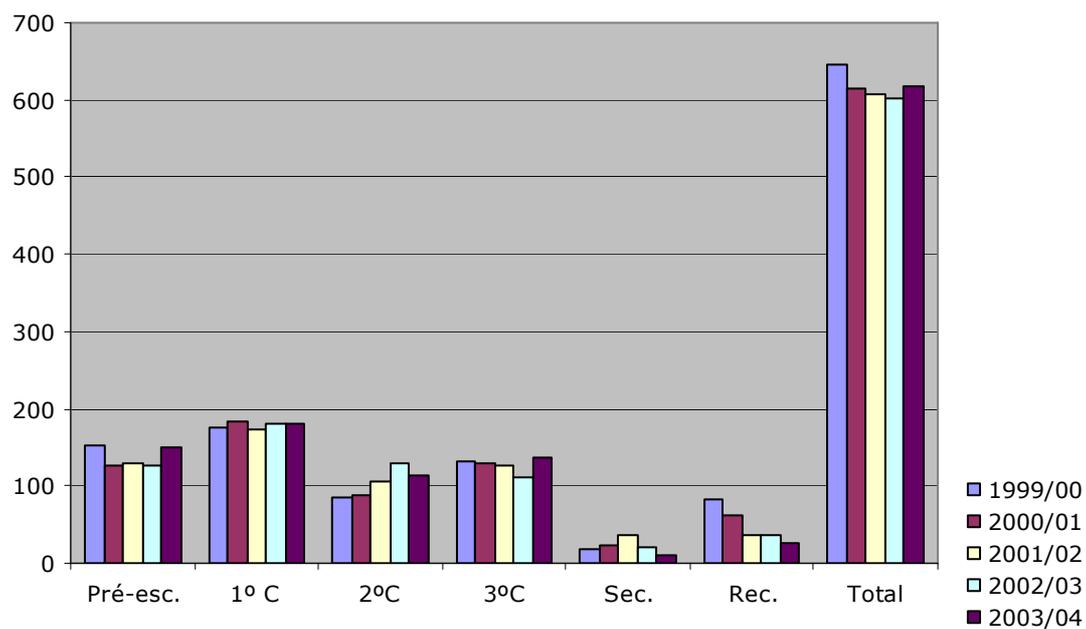
**Quadro 17 – Evolução do n.º de alunos matriculados no concelho de Constância por nível de ensino.**

Ano Lectivo	Pré-esc.	1º C	2º C	3º C	Sec.	Rec.	Total
<b>1999/00</b>	152	176	85	132	18	83	<b>646</b>
<b>2000/01</b>	127	184	89	129	24	61	<b>614</b>
<b>2001/02</b>	128	174	107	126	37	35	<b>607</b>
<b>2002/03</b>	126	181	128	110	21	36	<b>602</b>
<b>2003/04</b>	150	181	114	137	11	25	<b>618</b>

Fonte: DREL/CMC

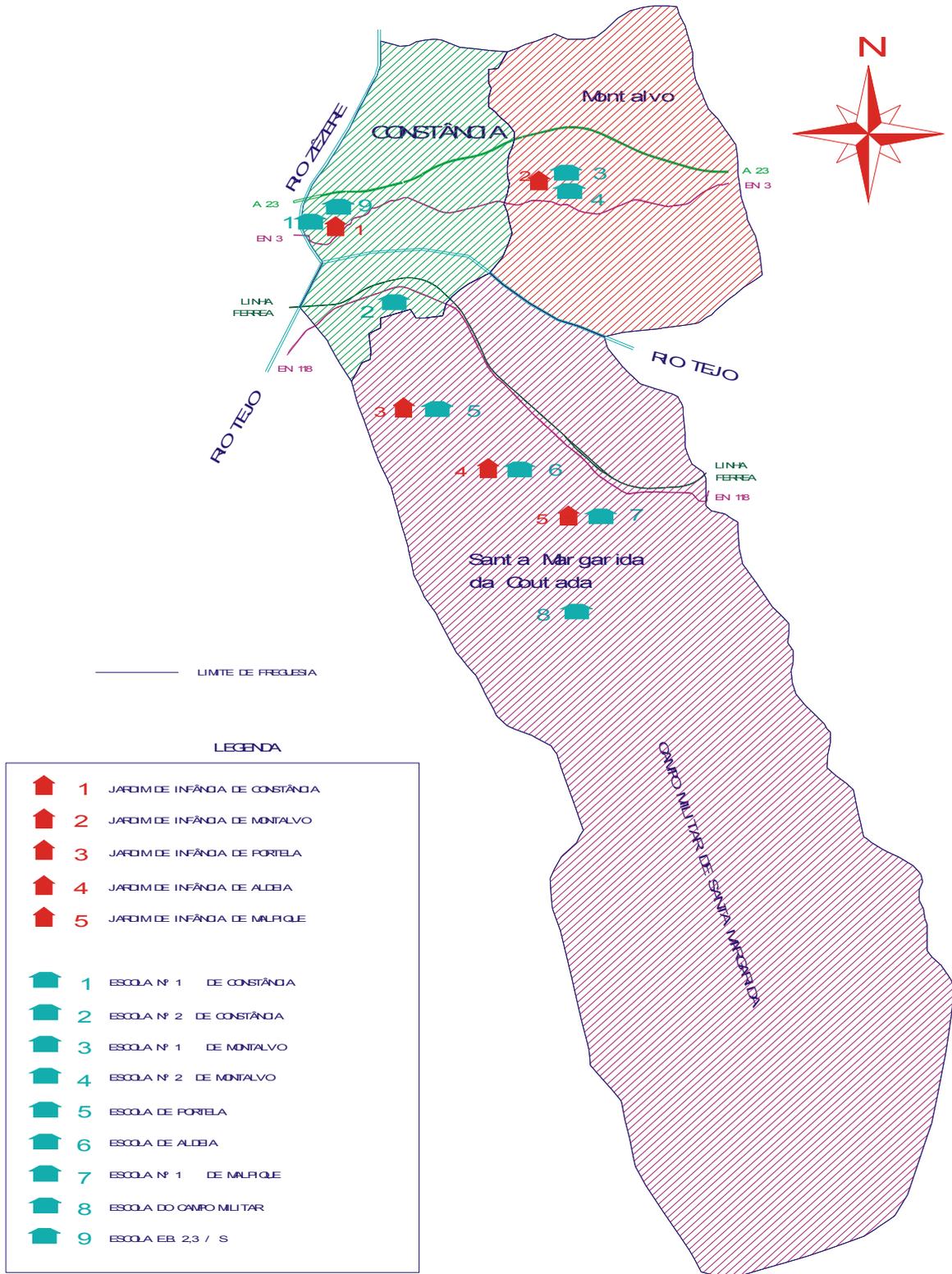
Analisando a evolução dos diferentes níveis de ensino no último quinquénio, podemos constatar que em termos totais o número de alunos apresenta uma ligeira diminuição. Esta diminuição está correlacionada com a diminuição de alunos no ensino recorrente, sendo este o nível de ensino que apresenta maiores descidas da população estudantil.

**Gráfico 29 - Evolução do n.º de alunos matriculados no concelho de Constância**



Fonte: DREL/CMC

Mapa 1 – Localização do Estabelecimentos de Educação e Ensino no Concelho de Constância



Fonte: Câmara Municipal de Constância

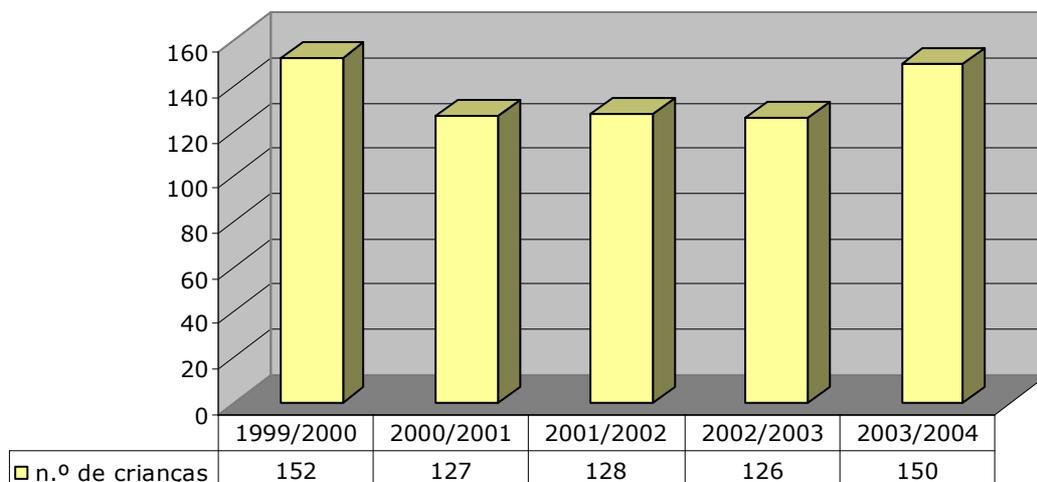
#### 4.1 – A Educação Pré-Escolar

**Quadro 18 – Evolução do n.º de crianças inscritas no ensino pré-escolar no concelho de Constância**

J. Infância/Freguesias	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004
J.I.de Montalvo	25	19	20	26	42
J.I de Constância	31	25	31	22	34
J.I de Portela	31	28	28	29	30
J.I de Aldeia	19	13	13	16	16
J.I de Malpique	23	23	16	15	16
J.I de Campo Militar	23	19	20	18	12
<b>Total</b>	<b>152</b>	<b>127</b>	<b>128</b>	<b>126</b>	<b>150</b>

Fonte: DREL/CMC

**Gráfico 30 - Evolução do n.º de crianças inscritas no ensino pré-escolar no concelho de Constância**



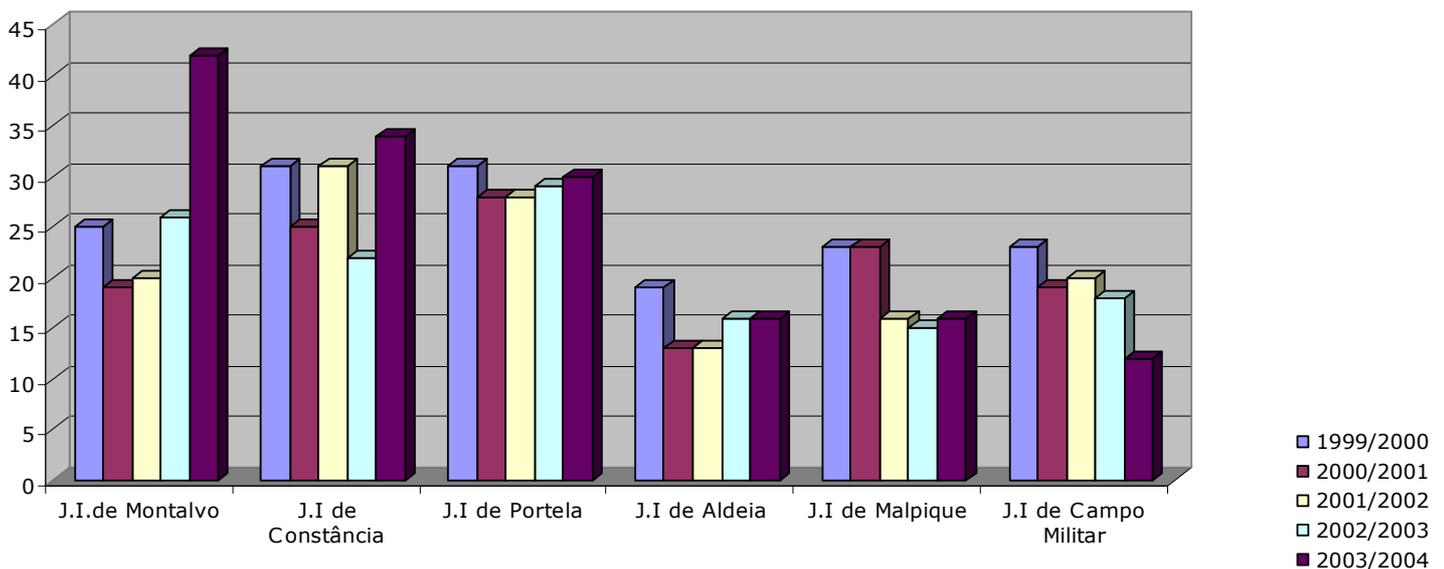
Fonte: DREL/CMC

Observando o gráfico onde se encontra representado a evolução do número de crianças inscritas no ensino pré-escolar no concelho de Constância, constatamos que este, apresenta a maior oscilação em 2000/2001, com um decréscimo de 25 crianças, sendo que os equipamentos que mais contribuem para este decréscimo são os J.I. de Montalvo e Constância.

No ano lectivo de 2001/2002 regista-se um aumento no n.º de crianças até ao corrente ano onde se observam 150 crianças nos J.I. do concelho.

No gráfico seguinte poderemos observar a evolução do n.º de crianças inscritas no J. de Infância do Concelho no último quinquénio, permitindo-nos visionar as diversas dinâmicas no período em análise por instituição.

**Gráfico 31 - Evolução do n.º de crianças inscritas no ensino pré-escolar no concelho de Constância, por J. Infância**



Fonte: CMC/Dados recolhidos junto dos J. Infância

Analisando a figura representada em cima, verificamos que apesar de a maior parte dos equipamentos não apresentar grandes oscilações no n.º número de crianças inscritas, é de realçar o J.I Constância que apresenta no ano lectivo de 2000/2001 e 2002/2003 algumas diminuições no n.º de crianças inscritas.

O J.I. do Campo Militar apresenta ao longo do período em análise um decréscimo contínuo.

Estas diminuições poderão ter como explicação a passagem das crianças para o 1º ciclo do ensino básico. E no caso particular dos militares a mudança de local de residência ou de guarnição.

**Quadro 19 – J. Infância segundo área de influência e escola de destino**

Nome do Estabelecimento	Freguesia	Localidade	Agrupamento	Tutela	Área de Influência	Escola de Destino
J.I de Montalvo	Montalvo	Montalvo	Constância	Rede Pública	Montalvo	EB1 Montalvo
J.I. de Constância	Constância	Constância	Constância	Rede Pública	Constância	EB1 Constância
J.I. de Portela	Stª Margarida da Coutada	Portela	Constância	Rede Pública	Portela, Enxertal, Vale de Mestre, Constância Sul e Pereira	EB1 de Portela
J.I. de Aldeia	Stª Margarida da Coutada	Aldeia de Stª Margarida	Constância	Rede Pública	Aldeia	EB1 de Aldeia
J.I. de Malpique	Stª Margarida da Coutada	Malpique	Constância	Rede Pública	Malpique	EB1 de Malpique
J.I. de Campo Militar	Stª Margarida da Coutada	Malpique		Privado	Campo Militar	EB 1 de Malpique nº2

Fonte: CMC/Dados recolhidos junto dos J. Infância

**Quadro 20 – Prolongamento de Horário nos J. Infância**

Nome Estabelecimento	Local de prolongamento de Horário	N.º de inscritos	Refeições	N.º de inscritos
J.I.de Montalvo	Sala de Edifício do 1º CEB	31	Sala do Edifício do 1º CEB	35
J.I de Constância	Salas da E.B.2,3/S Luís de Camões	30	Refeitório da E.B.2,3/S	30
J.I de Portela	Casa adaptada para o efeito	26	Sala adaptada para o efeito	26
J.I de Aldeia	Casa adaptada para o efeito	8	Sala adaptada para o efeito	8
J.I de Malpique	Sala polivalente do 1º CEB	10	Sala construída para o efeito	10
J.I de Campo Militar	0		Casa disponível para o efeito	8

Fonte: CMC/Dados recolhidos junto dos J. Infância

## Caracterização Física do Parque Escolar – Ensino Pré-Escolar:

**Quadro 21 – Caracterização dos estabelecimentos de ensino pré-escolar**

Freguesia/J. Infância	Ano		Edifício		
	Const.	Ent. Func.	Projecto (a)	N.º de Salas	Consv. (b)
J.I.de Montalvo	1904	1982	Adaptado	2	Má
J.I de Constância	1984	1980	Raiz	2	Razoável
J.I de Portela	1996	1982	Raiz	2	Boa
J.I de Aldeia	1980	1980	Provisório	1	Má
J.I de Malpique	1962	1981	Adaptado	1	Razoável
J.I de Campo Militar	1994	1996	Adaptado	1	Boa

Fonte: CMC/Dados recolhidos junto dos J. Infância

- (a) – Projecto: Adaptado, raiz ou provisório.  
 (b) – Estado de Conservação: Má, razoável ou boa.

Caracterizando os edifícios quanto ao seu estado de conservação, podemos constatar que 2 edifícios do ensino pré-escolar no concelho de Constância encontram-se em bom estado, 2 em estado considerado razoável e 2 em estado considerado mau (trata-se de um edifício pré-fabricado e de outro edifício adaptado para o efeito que é considerado inadequado).

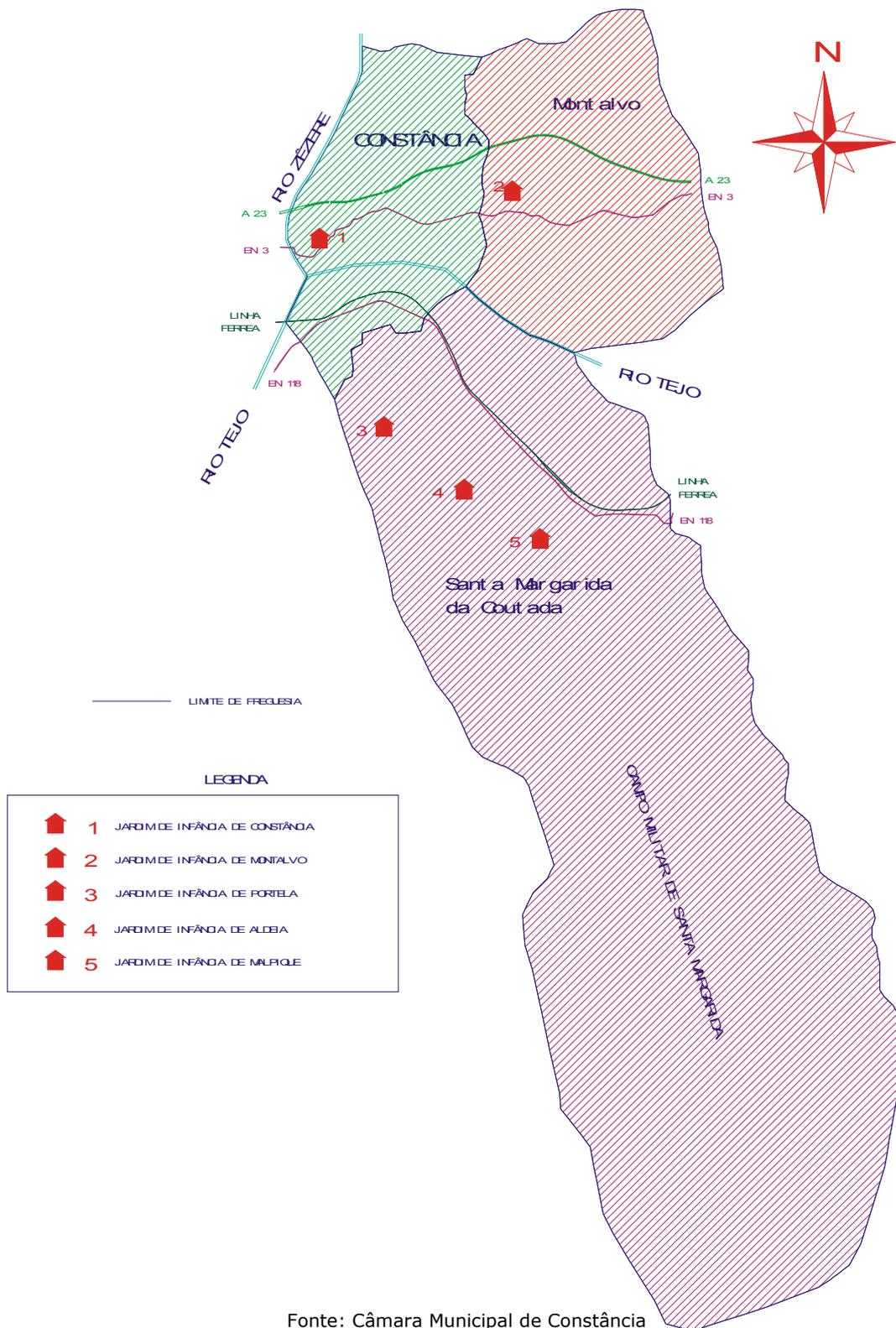
Dos 6 equipamentos de ensino, cerca de 50% (3 edifícios) funcionam em edifícios adaptados para o efeito, 33% (2) em edifícios construídos de raiz para o efeito e 17% (1) em edifícios provisórios. Este Jardim de Infância encontra-se instalado num bloco pré-fabricado, pelo que não poderá ser contabilizado (apesar de ser provisório).

Quanto ao ano de construção e entrada em funcionamento, o parque escolar deste nível de ensino apresenta as seguintes características:

- As décadas de 80 e 90 foram as décadas em que se construíram mais estabelecimentos de educação pré-escolar: 2 estabelecimentos na década de 80 e 2 na década de 90.
- O Jardim de Infância de Montalvo funciona numa antiga escola primária com um projecto tipo Adões Bermudes, tendo sido construído em 1904.
- No que concerne à entrada em funcionamento, 5 estabelecimentos iniciaram a sua actividade na década de 1980 (2 construídos de raiz para este nível de educação).

Apenas 1 estabelecimento entra em funcionamento na década de 90, sendo no entanto um projecto adaptado para o efeito.

Mapa 2 – Localização dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar



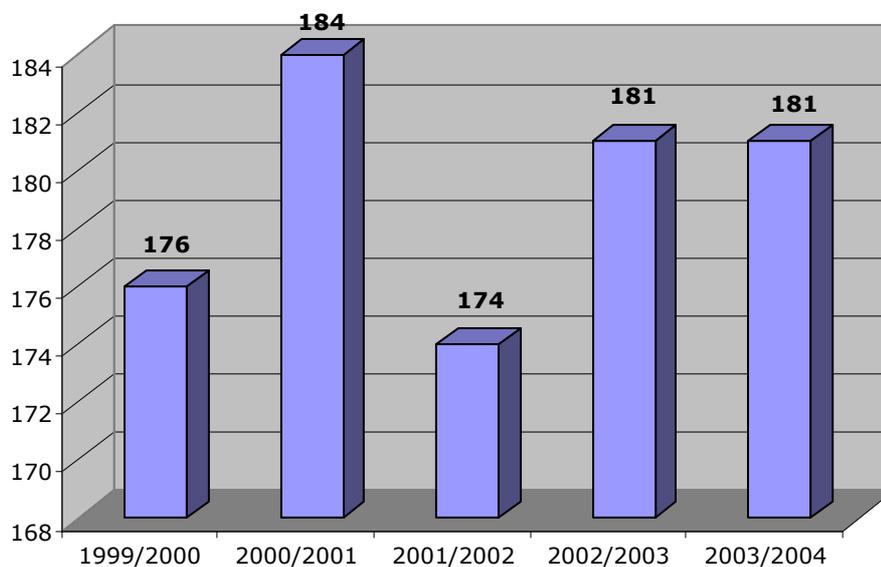
## 4.2 – Ensino Básico 1º Ciclo

Quadro 22 - Evolução do n.º de alunos do 1º Ciclo – Concelho de Constância.

Estabelecimentos de Ensino	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004
<b>EB1Montalvo</b>	56	59	48	51	43
<b>EB1Constância</b>	34	30	37	37	52
<b>EB1 Constância nº 2</b>	0	0	3	2	0
<b>EB1Portela</b>	31	30	27	27	34
<b>EB1 Aldeia</b>	20	25	24	24	16
<b>EB1Malpique n.º 1</b>	16	24	25	27	22
<b>EB1Malpique n.º 2</b>	19	16	10	13	14
<b>TOTAL</b>	<b>176</b>	<b>184</b>	<b>174</b>	<b>181</b>	<b>181</b>

Fonte: CMC/Dados recolhidos junto das Escolas

Gráfico 32 – Evolução do n.º de alunos do 1º Ciclo – Concelho de Constância



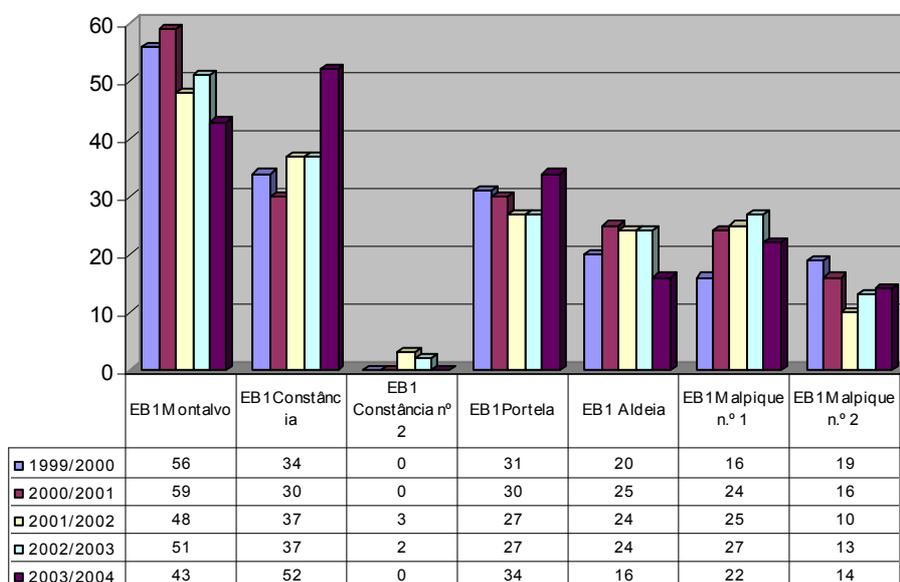
Fonte: CMC/Dados recolhidos junto das Escolas

No ano lectivo de 2000/2001 foi o ano em que se registou o maior n.º de alunos no ensino básico do 1º do ciclo apresentando uma subida de 4,6% (6 alunos). Esta subida verificou-se nas escolas: EB1 de Montalvo, EB1 de Aldeia e EB1 de Malpique n.º1.

No ano lectivo seguinte (2001/02) registou-se uma diminuição brusca de (-) 5,4% dos alunos. Esta diminuição do número de alunos ocorreu nas escolas EB1 de Montalvo e Portela.

Esta tendência de decréscimo inverte-se no ano lectivo seguinte. Observando o gráfico constatamos que neste período (2002/03) registou-se um aumento de 4% no número de alunos (cerca de 7 alunos) mantendo o mesmo valor no ano lectivo seguinte. Para esta subida em 2002/2003 contribuíram as escolas EB1 de Montalvo, EB1 de Malpique n.º 1 e n.º 2.

**Gráfico 33 – Evolução do n.º de alunos do 1º Ciclo por escola – Concelho de Constância**



Fonte: CMC/Dados recolhidos junto das Escolas

**Quadro 23 – Caracterização dos estabelecimentos de Ensino Básico 1º ciclo**

Nome Estabelecimento	Freguesia	Ano		Edifício	Estado de Conservação
		Construção	Entra. Funcio.	Projecto	
EB1 de Montalvo	Montalvo	1962	1962	Raiz	Razoável
EB1 de Constância	Constância	1984	1984	Raiz	Razoável
EB1 de Portela	Stª Margarida	1914	1914	Raiz	Razoável
EB1 de Aldeia	Stª Margarida	1962	1962	Raiz	Razoável
EB1 de Malpique n.º 1	Stª Margarida	1981	1981	Raiz	Razoável
EB1 de Malpique n.º 2	Stª Margarida	1994	1994	Raiz	Razoável

Fonte: CMC/Dados recolhidos junto das Escolas

Considerando como referência os indicadores utilizados nas normas do Ministério da Educação na brochura “Escolas para crianças dos 6 aos 10 anos – 1º Ciclo do Ensino Básico”, os espaços considerados imprescindíveis para o exercício das actividades e para o correcto desempenho das funções, dentro dos indicados pelo actual programa, são a Sala de Aulas, Sala Polivalente, Sala de Professores, Instalações Sanitárias, Copa/Cozinha e Pátio Coberto, espaços que as escolas do 1º ciclo do ensino básico de Constância ou não têm ou são insuficientes.

Em nenhum estabelecimento existe instalações sanitárias adaptadas para deficientes, as redes eléctricas e canalizações encontram-se bastante deterioradas, as salas de aula servem, na maioria dos casos, como sala polivalente e sala de professores, motivado pela escassez de espaços disponíveis, entre outras insuficiências.

Constata-se a existência de diversos tipos de escolas, correspondentes a diferentes épocas e consequentemente a diferentes projectos e outros objectivos pedagógicos, o que lhes auferiu uma funcionalidade bastante consolidada, não sendo possível dentro dos espaços existentes contemplar os actuais programas.

Embora a apreciação do estado de conservação dos edifícios possa ser razoável, considera-se que são todos inadequados para o fim a que se destinam.

**Quadro 24 – Escolas Básicas de 1º ciclo, segundo área de influência e escola de destino**

<b>Nome do Estabelecimento</b>	<b>Freguesia</b>	<b>Localidade</b>	<b>Agrupamento</b>	<b>Tutela</b>	<b>Área de Influência</b>	<b>Escola de Destino</b>
EB1 de Montalvo	Montalvo	Montalvo	Constância	Rede Pública	Montalvo	EB2,3/S de Constância
EB1 de Constância	Constância	Constância	Constância	Rede Pública	Constância	EB2,3/S de Constância
EB1 de Portela	Stª Margarida da Coutada	Portela	Constância	Rede Pública	Portela, Enxertal, Vale de Mestre, Constância Sul e Pereira	EB2,3/S de Constância
EB1 de Aldeia	Stª Margarida da Coutada	Aldeia de Stª Margarida	Constância	Rede Pública	Aldeia	EB2,3/S de Constância
EB1 de Malpique n.º 1	Stª Margarida da Coutada	Malpique	Constância	Rede Pública	Malpique	EB2,3/S de Constância
EB1 de Malpique n.º 2	Stª Margarida da Coutada	Malpique	Constância	Rede Pública	Campo Militar	EB2,3/S de Constância

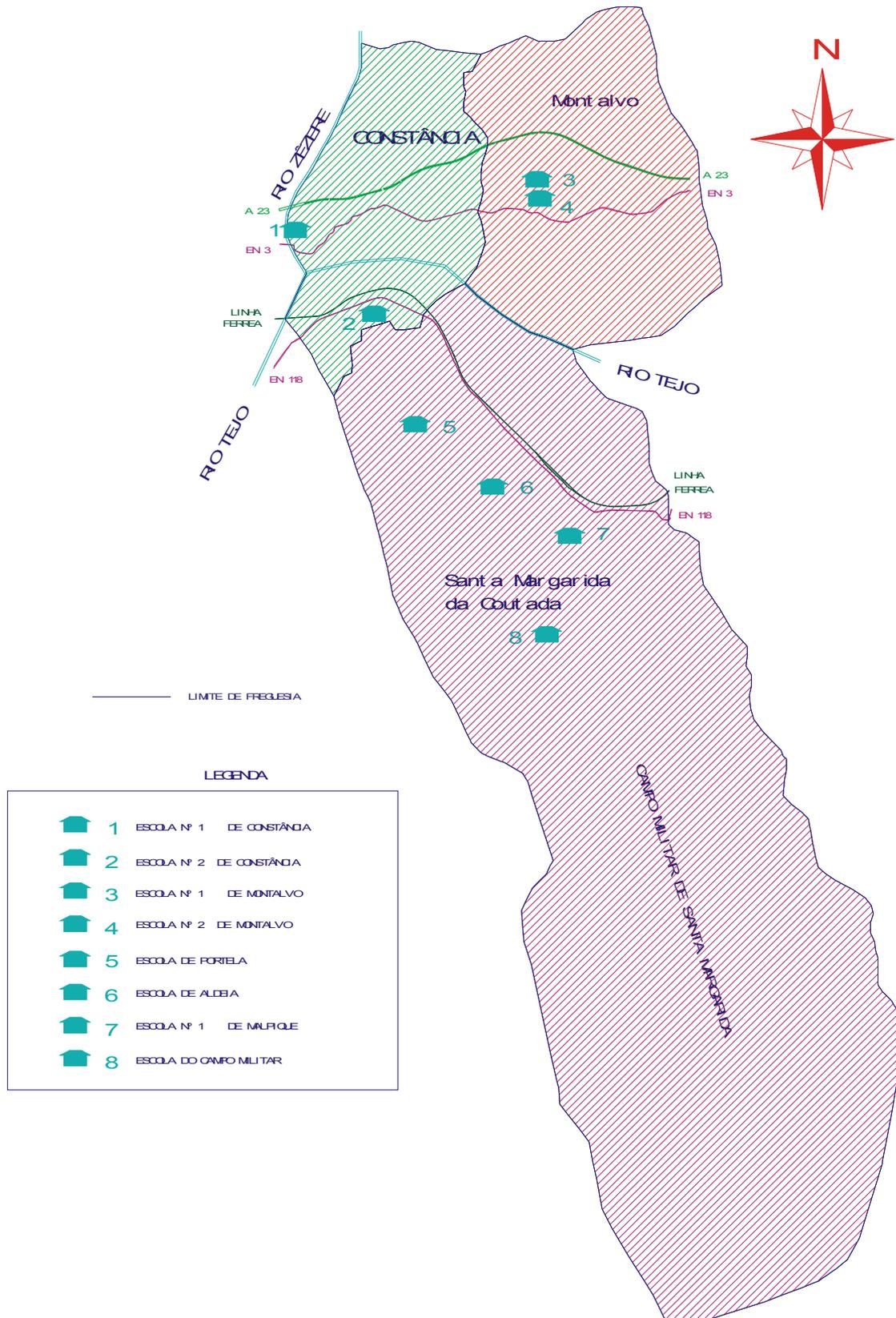
Fonte: CMC/Dados recolhidos junto das Escolas

**Quadro 25 – Escolas Básicas 1º Ciclo – segundo o local de prolongamento de horário e refeições.**

<b>Nome Estabelecimento</b>	<b>Local de prolongamento de Horário</b>	<b>N.º de inscritos</b>	<b>Refeições</b>	<b>N.º de inscritos</b>
EB1 de Montalvo/R3	Sala do Edifício do 1º CEB	10	Sala do Edifício do 1º CEB	25
EB1 de Constância	Sala da E.B.2,3/S Luís de Camões	12	Refeitório da E.B.2,3/S	38
EB1 de Portela	Casa adaptada para o efeito	10	Sala adaptada para o efeito	20
EB1 de Aldeia	Casa adaptada para o efeito	2	Sala adaptada para o efeito	7
EB1 de Malpique n.º 1	Sala polivalente do 1º CEB	8	Sala construída para o efeito	18
EB1 de Malpique n.º 2	Sala do Edifício do 1º CEB	10	Casa disponível para o efeito	10

Fonte: CMC/Dados recolhidos junto das Escolas

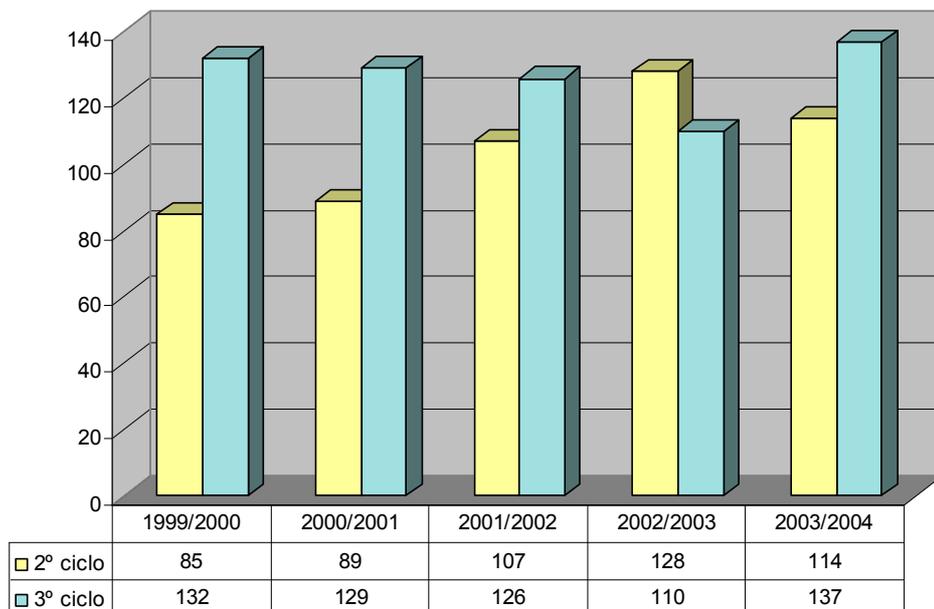
Mapa 3 – Localização dos estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico



Fonte: Câmara Municipal de Constância

### 4.3 – Ensino Básico 2º e 3º Ciclos

**Gráfico 34 - Evolução do n.º de alunos do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico – Concelho de Constância.**



Fonte: CMC/Dados recolhidos junto das Escolas

De acordo com o gráfico que representa a evolução do número de alunos do 2º e 3º ciclos, verificamos que o 2º ciclo apresenta uma subida ao longo dos anos lectivos até 2003/04, ano em que se regista a primeira quebra no número de alunos. É de realçar o grande aumento no número de alunos no ano lectivo de 2001/02, cerca de 20%.

Analisando o 3º ciclo, constatamos que apresenta a tendência inversa, ou seja, observa-se até 2002/03 uma tendência de decréscimo, sendo a descida mais acentuada neste ano lectivo, cerca de (-) 12,7%. O ano lectivo de 2003/04 apresenta a tendência contrária, com uma subida de 25%, levando-nos a concluir que se deve à passagem natural dos alunos do 2º ciclo uma vez que este nível no mesmo ano também apresenta um decréscimo cerca de (-) 11%.

**Quadro 26 – Caracterização das instalações do estabelecimento de ensino E.B. 2,3/S Luís de Camões**

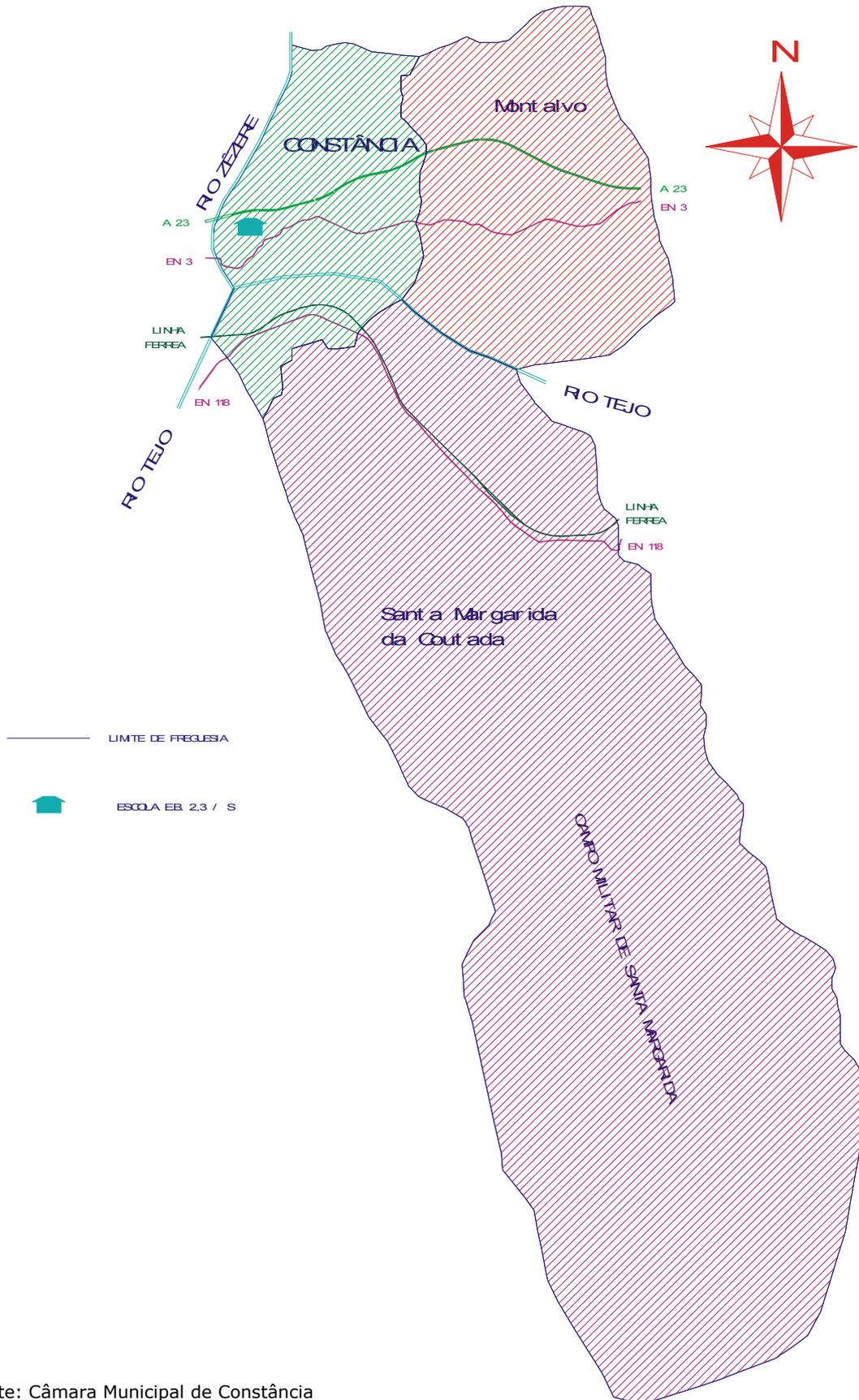
Nome do estabelecimento	Espaços de Ensino											CRE		Espaços Sociais(a)	
	Salas de aulas (1)					Educação Física(a)									
	AN	AC AC1	EV EVT ET	ANI	Labora- tórios	Oficina s	Ginási o	Pav. Gimn. Desp.	Campo de jogos coberto	Campo de jogos não coberto	Balneá- rios	Bibl./S ala de estudo	Bibl./C RE	Cantina	Recreio
<b>E.B.2,3/S Luís de Camões - Constância</b>	14	1	3	1	2		1			1	2	1		1	S

Fonte: CMC/Dados recolhidos junto das Escolas

Legenda:

(1) AN - Sala Normal; ANI - Sala de Informática; AC - Sala de Ciências; AC1 - Sala de Físico-Química; EV - Educação Visual; EVT - Educação Visual e Tecnológica; CRE – Centro de Recursos Educativos

Mapa 4 – Localização da Escola EB 2,3 /S Luís de Camões



Fonte: Câmara Municipal de Constância

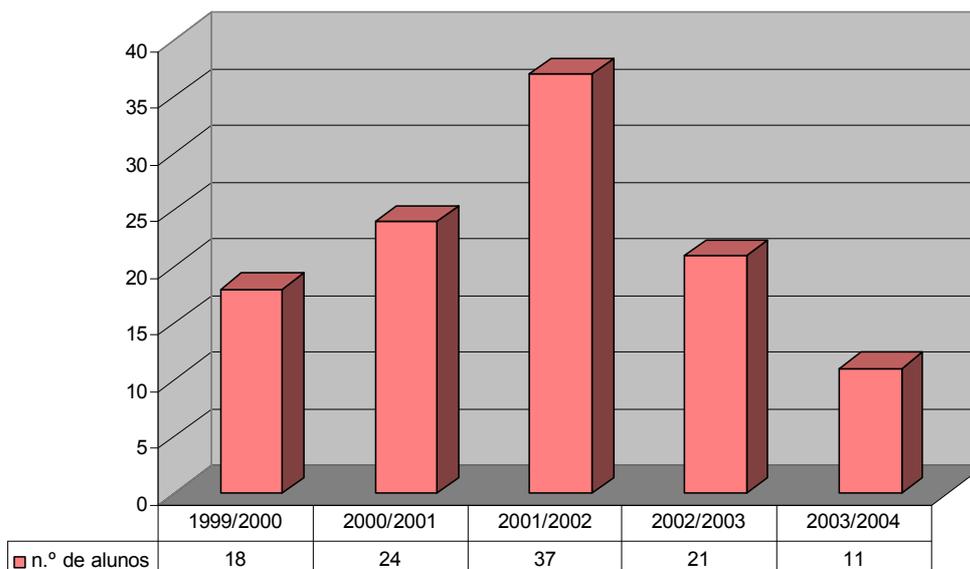
#### 4.4 – Ensino Secundário

**Quadro 27 - Evolução do n.º de alunos do ensino secundário por anos de escolaridade – Concelho de Constância**

	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004
10º ano	18	15	17		
11º ano		9	13	11	
12º ano			7	10	11

Fonte: CMC/Dados recolhidos junto das Escolas

**Gráfico 35 - Evolução do n.º de alunos do ensino secundário por anos de escolaridade – Concelho de Constância**



Fonte: CMC/Dados recolhidos junto das Escolas

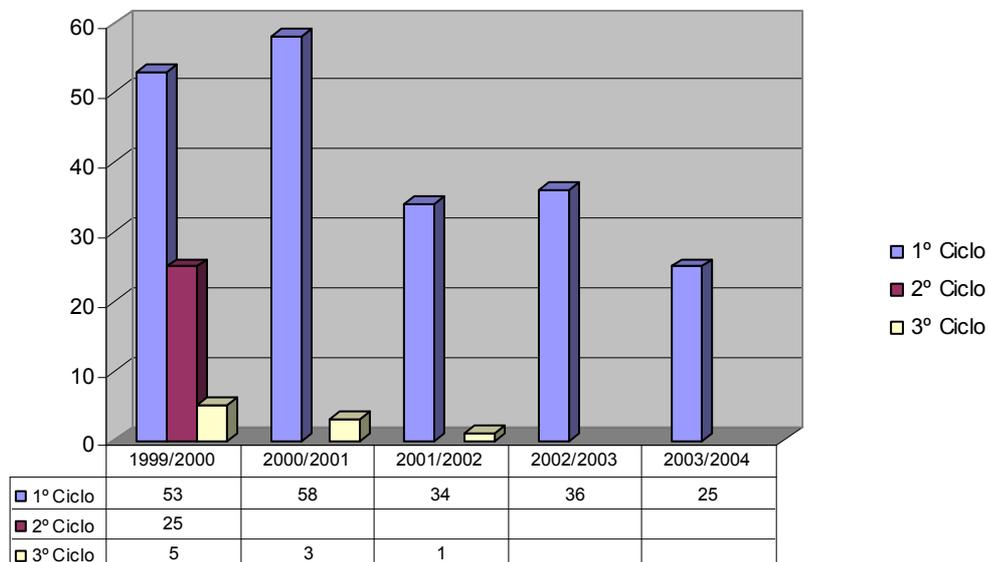
Analisando a evolução do ensino secundário no Concelho do Constância na EB 2,3/ S Luís de Camões, única escola que ministra este nível de ensino, constatamos que o número total de alunos no quinquénio em análise apresenta algumas oscilações. Observa-se assim, que até ao ano lectivo de 2001/02 o número de alunos está em crescimento, sendo este o ano em que apresenta a maior subida (cerca de 54%) foi também o único ano em que funcionaram os 3 anos de escolaridade.

No ano lectivo de 2002/03 o número de alunos entra em decréscimo até 2003/04 último ano lectivo em análise.

De realçar que neste nível de ensino apenas é ministrado os cursos CSPOPE – Cursos Secundários Predominantemente Orientados para o Prosseguimento de Estudos.

## 4.5 – Ensino Recorrente

**Gráfico 36 - Evolução do n.º de alunos no ensino recorrente**



Fonte: CMC/Dados recolhidos junto das Escolas

O ensino recorrente regista algumas variações ao longo do período em análise apesar de ser evidente a sua tendência para o decréscimo. Em 2003/04 apenas se encontra em funcionamento o 1º ciclo do ensino básico funcionando nas EB1 de Montalvo e Aldeia.

#### 4.6 - Taxas de Ocupação

Capacidade/saturação dos espaços

##### Educação Pré-Escolar<sup>22</sup>

Estabelecimentos de Ensino	Capacidade efectiva	Capacidade actual	2003/04	
			Alunos	TO (%)
Jardim de Infância de Montalvo	50	50	42	84%
Jardim de Infância de Constância	50	40	34	85%
Jardim de Infância de Portela	50	50	30	60%
Jardim de Infância de Aldeia	25	25	16	64%
Jardim de Infância de Malpique	25	25	16	64%
Jardim de Infância do Campo Militar	25	25	12	48%

Fonte: CMC/ Dados fornecidos pelas escolas

As taxas de ocupação da rede de ensino pré-escolar indicam que a procura deste nível de ensino não é superior à oferta. A única excepção é no Jardim de Infância de Aldeia, derivado à grande procura surgiu a necessidade de criar este equipamento, que não havendo mais instalações, funciona provisoriamente num bloco pré-fabricado. Este "edifício" que não deverá ser contabilizado como um equipamento uma vez que se trata de uma estrutura provisória.

<sup>22</sup> A Capacidade efectiva, refere-se ao número crianças/alunos que cada equipamento tem capacidade para acolher. A Capacidade no presente, refere-se ao número de crianças/alunos que cada equipamento pode acolher no presente, contemplando o facto de existir crianças com necessidades educativas especiais (sendo nestes casos considerados apenas 20 alunos por sala).

A taxa de Ocupação refere-se à taxa de Ocupação Actual

**Educação Básica, 1º Ciclo**

Estabelecimentos de Ensino	Capacidade efectiva	Capacidade actual	2003/04	
			Alunos	TO (%)
EB1 de Montalvo	100	100	43	43%
EB1 de Constância	50	50	52	104%
EB1 de Portela	50	40	34	85%
EB1 de Aldeia	50	40	16	40%
EB1 de Malpique n.º 1	50	40	22	55%
EB1 de Malpique n.º 2	25	25	14	56%

Fonte: CMC/ Dados fornecidos pelas escolas

No 1º ciclo do ensino básico, apenas a EB1 de Constância apresenta uma taxa de ocupação superior a 100%, revelando assim uma ocupação superior à sua capacidade. Esta situação está a ser solucionada recorrendo a uma sala da EB 2,3/S Luís de Camões onde é ministrado o 3º ano a uma turma do 1º CEB. Prevê-se que no próximo ano lectivo, esta turma se mantenha nesta escola e que a mesma (EB 2,3/S) venha a receber mais uma turma do 1º CEB (perfazendo no total 2 turmas).

**2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário**

Estabelecimentos de Ensino	Capacidade	2003/04	
		Turmas	TO (%)
2º ciclo	<b>11</b>	6	55%
3º ciclo		7	64%
E. Secundário	<b>6</b>	1	17%
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>14</b>	<b>82%</b>

Fonte: CMC/ Dados fornecidos pelas escolas

A EB 2,3/S Luís de Camões foi construída com uma tipologia de 11 turmas. Posteriormente, por forma a integrar o ensino secundário, foram construídas três salas de aula, um laboratório de física, um laboratório de química e uma sala de informática. Esta escola funciona no ano lectivo de 2003/2004 com 14 turmas, estando assim a 82% da sua capacidade (face ao número de turmas).

#### 4.7 - Taxas de Escolarização e de Cobertura

Para o cálculo das taxas de Escolarização<sup>23</sup> e de Cobertura<sup>24</sup>, optamos por relacionar a população escolar do ano lectivo de 2000/01 uma vez que a população residente disponível se reporta ao mesmo ano civil (2000) dotando assim estas taxas de maior fiabilidade.

**Quadro 28 – Evolução das Taxas de Escolarização de 2000 a 2015**

<b>Taxa de Escolarização</b>				
Níveis de Ensino	<b>2000</b>	<b>2005*</b>	<b>2010*</b>	<b>2015*</b>
1º Ciclo	119%	124%	103%	105%
2º Ciclo	156%	119%	111%	95%
3º Ciclo	94%	114%	111%	95%
Secundário	17%	21%	20%	19%
<b>TOTAL</b>	<b>96%</b>	<b>97%</b>	<b>88%</b>	<b>85%</b>

Fonte: Diagrama de Léxis /STP 2.3/s CAELMT 29/05/03

\* população projectada.

<sup>23</sup> Taxa de Escolarização (bruta) é a relação entre o número total de alunos que frequenta um determinado ciclo de ensino e a população residente que corresponde à frequência desse ciclo em idade normal.

<sup>24</sup> Taxa de Cobertura é a relação entre o número de crianças inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar e a população residente do mesmo grupo etário.

**Quadro 29 - Evolução das Taxas de Cobertura de 2000 a 2015**

Taxa de Cobertura				
Pré-escolar	2000	2005*	2010*	2015*
	148%	107%	96%	101%

\* população projectada.

Fonte: Diagrama de Léxis /STP 2.3/s CAELMT 29/05/03

Da análise dos quadros correspondentes às taxas de escolarização e de cobertura ressaltam os seguintes aspectos:

- No que se reporta à taxa de cobertura apenas em 2010 esta taxa não corresponde aos 100%. O que nos indica que apenas neste ano, nas instituições de ensino pré-escolar, não estarão inscritos 4% da população residente no mesmo grupo etário (3 aos 5 anos de idade);
- Esta taxa indica-nos também, que provavelmente algumas crianças que se encontram neste nível de ensino não residem no concelho mas que aqui se encontram devido ao facto de ser o local de trabalho dos encarregados de educação, que aqui inscrevem os seus educandos ao abrigo do local de trabalho. Regista-se também o caso da população militar que reside no Campo Militar de Santa Margarida e na Área Militar de Tancos que não é contabilizada como residente, mas os seus educandos encontram-se no ensino pré-escolar do concelho. Apesar de existir um Jardim de Infância no Campo Militar de Santa Margarida alguns pais optam por inscrever os seus filhos noutros J. Infância.
- A taxa de escolarização registada no concelho demonstra que apenas no ensino secundário o n.º de alunos é muito inferior ao n.º da população residente que se encontra no mesmo grupo etário (16 aos 18 anos). Este facto poderá ser motivado pela falta de resposta deste nível de ensino, uma vez que se lecciona apenas os cursos CSPOPE – Cursos Secundários Predominantemente Orientados para o Prosseguimento de Estudos, levando a que os alunos prossigam os seus estudos em escolas de outros concelhos, nomeadamente em Abrantes, que oferecem uma maior diversidade de cursos, especificamente cursos de vias profissionalizantes.

#### 4.8 – Projecções da População em Idade Escolar

Por forma a conhecer a procura dos diferentes níveis de ensino no horizonte temporal até 2015, e tendo por base o cenário assumido como o mais plausível – Cenário de Atracção Moderado - foi necessário estimar o número de efectivos idade a idade, aplicando os coeficientes de interpolação «multiplicadores de Sprague»<sup>25</sup> e posteriormente reagrupados segundo a divisão etária mais coerente com os diversos níveis de ensino.

**Quadro 30 – Evolução da população residente do concelho de Constância de 2000 a 2015 por nível de ensino (Cenário de Atracção Moderado)**

	2000	2005	2010	2015
<b>Pré-escolar</b>	86	119	132	126
<b>1º Ciclo</b>	154	149	179	176
<b>2º Ciclo</b>	57	75	80	93
<b>3º Ciclo</b>	137	113	116	135
<b>Secundário</b>	141	116	123	124
<b>TOTAL</b>	<b>575</b>	<b>573</b>	<b>630</b>	<b>654</b>

Fonte: Diagrama de Léxis

<sup>25</sup> Os multiplicadores de Sprague são coeficientes de interpolação auxiliando na estimação de efectivos idade a idade quando dispomos de uma estrutura da população por grupos quinquenais.

Tendo a população a escolarizar reagrupada por níveis de ensino, terá de se considerar o rendimento do sistema educativo (apenas as taxas de retenção), uma vez que a repetência representa uma sobrecarga na rede de ensino, atrasando o percurso escolar dos jovens. As taxas de retenção adoptadas foram as seguintes:

**Quadro 31 – Taxas de retenção para o concelho de Constância, ano lectivo de 2000/01**

Taxas de Retenção	
5º	22,7%
6º	16,3%
7º	4,0%
8º	14,3%
9º	7,5%
10º	20,0%
11º	13,3%
12º	0,0%*

Fonte: STP 2.3/s CAELMT 29/05/03

\* O Secundário iniciou no ano lectivo de 1999/2000 com uma turma do 10º ano, pelo que neste ano lectivo não existiam alunos no 12º ano, daí a taxa ser de 0.

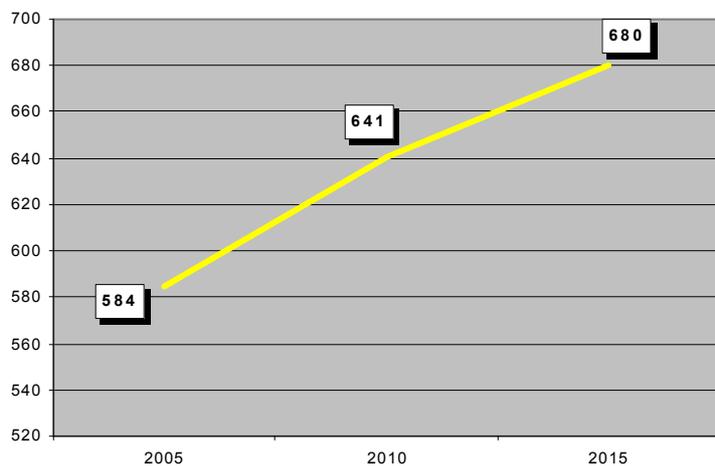
A observação destes pressupostos conduziu à elaboração dos seguintes cálculos:

Assumindo que não existe repetência no 1º ciclo do ensino básico, os valores adoptados são os que resultaram da projecção da população. No 5º ano do ensino básico, multiplicam-se os alunos do 5º ano pela taxa de retenção deste ano lectivo (22,7%), obtendo-se assim o número de alunos que ficaram retidos no 5º ano e adicionam-se os alunos do 4º ano do 1º ciclo do ensino básico (a totalidade porque assumimos que não existe reprovação).

No 6º ano, obtemos o número de alunos que reprovaram neste ano lectivo (através de uma taxa de retenção de 16,3%) e adicionam-se os alunos que transitaram do 5º ano (cerca de 83,7%).

#### 4. 9 - Tendências Verificadas:

**Gráfico 37 e Quadro 32 - Estimativa do n.º de alunos no concelho de Constância até 2015 (cenário Atracção Moderado com taxas de retenção)**



	2005	2010	2015
<b>Pré-escolar</b>	119	132	126
<b>1º Ciclo</b>	149	179	176
<b>2º Ciclo</b>	81	88	100
<b>3º Ciclo</b>	114	114	140
<b>Secundário</b>	122	128	139
<b>TOTAL</b>	<b>584</b>	<b>641</b>	<b>680</b>

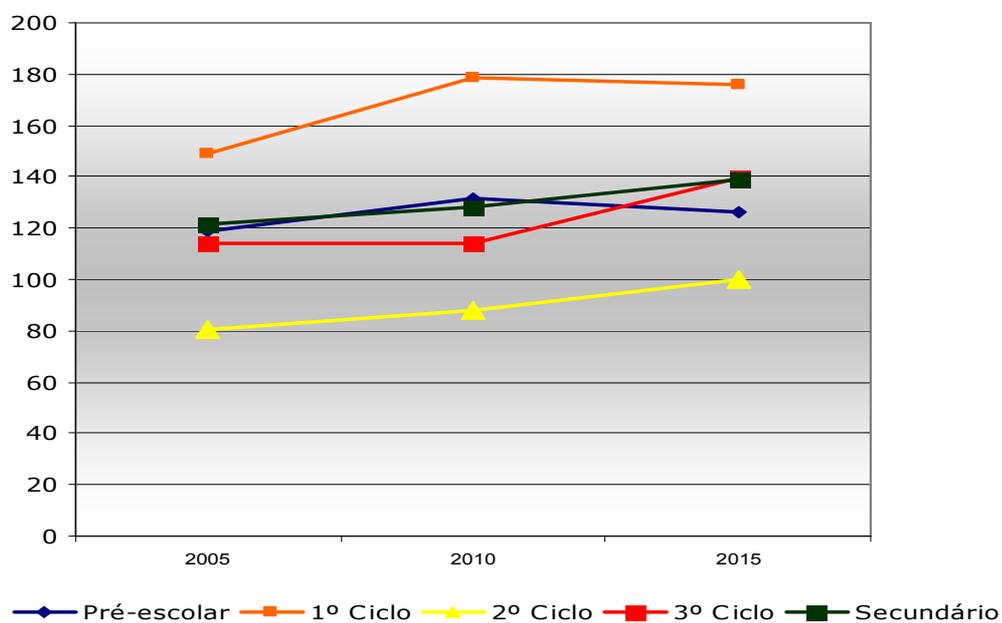
Fonte: Diagrama de Léxis /STP 2.3/s CAELMT 29/05/03

O gráfico representado em cima, apresenta o somatório de todos os níveis de ensino incluindo a educação pré-escolar. Observando-o, constata-se um aumento da população a escolarizar, no entanto com diferentes intensidades. Assim, do período de 2005 a 2010 verifica-se um aumento de 10%, e de 2010 a 2015 um aumento menos elevado de 6%.

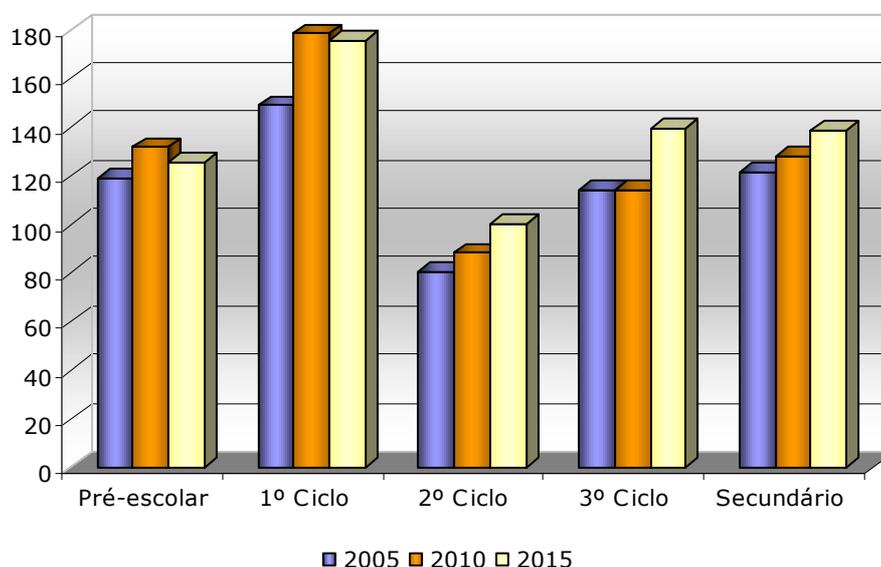
**Quadro 33 – Variação da População Escolar, valores absolutos e relativos (cenário Atracção Moderado com taxas de retenção)**

Níveis de ensino	Valores Absolutos		Valores Relativos	
	2005/2010	2010/2015	2005/2010	2010/2015
Pré-escolar	13	-6	11%	-4%
1º Ciclo	30	-3	20%	-2%
2º Ciclo	8	12	9%	13%
3º Ciclo	0	26	0%	23%
Secundário	7	11	5%	8%
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>39</b>	<b>10%</b>	<b>6%</b>

Fonte: Diagrama de Léxis /STP 2.3/s CAELMT 29/05/03

**Gráfico 38 – Estimativa do número de alunos, por nível de ensino até 2015, no concelho de Constância**

Fonte: Diagrama de Léxis /STP 2.3/s CAELMT 29/05/03

**Gráfico 39 - Estimativa do número de alunos, por nível de ensino até 2015, no concelho de Constância**

Fonte: Diagrama de Léxis /STP 2.3/s CAELMT 29/05/03

O quadro n.º 33 e o gráfico n.º 38 e 39 com a estimativa do número de n.º alunos até 2015, apontam para as seguintes tendências:

- O número de alunos a frequentar o sistema de ensino apresenta de 2005 a 2015 um aumento, embora com ritmos diferentes: de 2005 para 2010 (primeiro quinquénio em análise) apresenta o aumento mais elevado cerca de 10%, o que corresponde a um acréscimo de 56 alunos.
- O nível de ensino Pré-escolar apresenta um aumento no quinquénio de 2005/10 de 11% diminuindo no quinquénio posterior, período em que se regista uma variação negativa de 4%.
- O 1º ciclo apresenta o maior aumento de todos os níveis de ensino no período de 2005 a 2010, cerca de 20% (o que corresponde a um acréscimo de 30 alunos). No entanto no quinquénio seguinte, regista-se uma variação negativa de 2% (menos 3 alunos).
- No 2º ciclo observa-se um aumento no 1º quinquénio de 9% aumentando o seu ritmo de crescimento para 13% no quinquénio de 2010/2015.

- O 3º ciclo é o único nível de ensino que mantém o mesmo n.º de alunos de 2005/2010, cerca de 114, observando-se no quinquénio seguinte o maior aumento registado, cerca de 23%, o que corresponde a 26 alunos.
- O ensino secundário apresenta também uma subida, apesar de mais ligeira, ao longo do período em análise. Neste nível de ensino, à semelhança dos outros níveis, verifica-se um crescimento mais elevado do n.º de alunos no 2º quinquénio, apesar de registar um aumento, neste período, de apenas 8%.

## **Notas Conclusivas:**

No seguimento do diagnóstico elaborado anteriormente, indicamos os aspectos críticos e áreas a intervir:

### **Pré-escolar:**

Neste nível de ensino foram identificadas as seguintes carências:

- O J. de Infância da Aldeia funciona em instalações pré-fabricadas – tem 16 crianças inscritas;
- O J. Infância de Constância necessita de utilizar uma sala da EB 1;
- Os J. de Infância de Montalvo e Malpique funcionam em salas adaptadas para o efeito e necessitam para o prolongamento de horário de utilizar salas do 1º CEB.
- De realçar que apenas 2 J.I. do concelho foram construídos de raiz, sendo o J.I. de Constância construído em 1984 e o J.I. da Portela em 1996.

Verifica-se no último quinquénio, apesar de existirem algumas oscilações, que se mantém a procura por este nível de ensino, registando o último ano lectivo analisado (2003/04) um número de crianças muito elevado. De acordo com as projecções da população residente, e com a taxa de cobertura, prevê-se a continuação da procura deste nível de ensino.

### **1º Ciclo do Ensino Básico:**

Este nível de ensino apresenta valores mais estáveis, mantendo inclusive o mesmo número de alunos nos últimos anos lectivos de 2002 a 2004. Segundo as projecções demográficas efectuadas prevê-se que se mantenha a procura com uma tendência de subida. Analisando a taxa de escolarização verifica-se que existe uma diferença positiva de população escolar, i.e. encontra-se neste nível de ensino alunos em número superior à população residente neste grupo etário.

As freguesias do concelho apresentam um parque escolar envelhecido, a necessitar de obras de restauro e de remodelação das instalações eléctricas, com carências ao nível de sala para refeições e sala para prática desportiva. Verificamos também, que a EB1 da freguesia de

Constância, por ter um número de alunos superior à sua capacidade, necessita de utilizar uma sala da EB 2,3/S Luís de Camões.

### **2º, 3º Ciclo e Ensino Secundário**

EB 2,3/ S Luís de Camões:

Em ambos os níveis de ensino verifica-se uma tendência de crescimento do número de alunos. Esta escola encontra-se num estado de conservação que se poderá considerar, numa perspectiva global, razoável, apresentando no entanto algumas lacunas, nomeadamente, a inexistência de qualquer sistema de aquecimento; o campo de jogos não oferece segurança aos seus utilizadores; a inexistência de estruturas de apoio tais como uma sala de convívio para os alunos, um centro de recursos, entre outras.

De realçar, a grande disparidade na taxa de escolarização referente ao ensino secundário onde se regista uma diferença negativa de 80% dos alunos, consequência da falta de resposta de cursos nesta escola fazendo com que os alunos terminem o seu ciclo de estudos noutras escolas de concelho limítrofes, nomeadamente em Abrantes.

**- Proposta de Reordenamento  
da Rede Educativa –**

## **5. Princípios Orientadores:**

A concepção de novos modelos organizativos da Rede Educativa deverá ter como base de trabalho os conceitos dispostos no Decreto-Lei n.º7/2003 de 15 de Janeiro, e no Decreto-Lei de 115-A/98, de 4 de Maio: Território Educativo e Agrupamento Escolar.

A malha estruturante das novas redes escolares é o Território Educativo (TE) que permite organizar o espaço geográfico concelhio em áreas nas quais se assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento integrado, contendo, assim, uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico.

Com a criação dos Territórios Educativos pretende-se uma rentabilização dos recursos físicos, favorecendo a melhoria das condições de ensino, o que se caracteriza por:

- Promoção do sucesso escolar dos alunos, sob o ponto de vista da aprendizagem sequencial programada e acompanhada ao longo dos vários níveis de ensino;
- Funcionamento integrado de serviços de apoio sócio-educativo (Psicologia, Orientação Educativa e Acção Social Escolar);
- Optimização e qualidade dos recursos físicos e material didáctico, com grande ênfase da administração e gestão educativa;
- Facilidade de contacto entre docentes;
- Promoção da formação profissional de pessoal docente e não docente, adequada às especificidades regionais e locais.

De acordo com o "Manual de Elaboração da Carta Educativa" a área de influência deve respeitar o âmbito concelhio, deve também, permitir um contacto fácil e regular entre os diferentes estabelecimentos de educação e ensino, em conformidade com as condições geográficas, acessibilidades da região e de densidade populacional. Dentro do Território Educativo, deverá existir um equipamento de ensino denominado de nuclear, que congregue os maiores e mais especializados recursos físicos, humanos e materiais, e onde se articulam diversas actividades que não são passíveis de serem efectuadas nas restantes escolas do Território Educativo. Esta Escola Nuclear será o centro dinamizador e de apoio pedagógico, articulando-se este conjunto de escolas num sistema de trabalho participado e coordenado.

## **6. Metodologia de Identificação dos Territórios Educativos**

A metodologia a utilizar para identificação dos Territórios Educativos desenvolve-se em dois níveis:

- Num primeiro nível, a análise é feita à escala do concelho, tendo como aspectos mais relevantes o ordenamento do território, a rede ferroviária, a rede viária principal, o relevo e os limites administrativos das freguesias.

A classificação dos usos do solo identificados no Plano Director Municipal de Constância, permite perceber onde se localizam os solos determinantes para a delimitação dos territórios educativos, especialmente as zonas de concentração de habitação, as localizações preferenciais para os equipamentos escolares ou as barreiras físicas às deslocações pedonais.

Para facilitar a gestão da rede educativa é conveniente que um TE corresponda a uma freguesia, a um número inteiro de freguesias ou a parte de uma única freguesia.

- Num segundo nível, cada território educativo é estudado a uma escala maior, para testar a sua funcionalidade face a aspectos mais pormenorizados, como por exemplo, a sua população por escalão etário, as características físicas e equipamentos das escolas candidatas a Escola Nuclear, a localização das restantes escolas, a existência de barreiras físicas não detectadas à escala do concelho, etc.

Aprofundando o princípio de integração dos estabelecimentos, surge o conceito de Agrupamento.

O Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio veio criar o conceito de agrupamentos complementares de escolas, propiciando a articulação do funcionamento da rede educativa. Existindo grande liberdade na forma de constituição desses agrupamentos, que podem ter natureza horizontal (escolas do mesmo nível de ensino) ou vertical (escolas de níveis complementares de ensino) o funcionamento da rede será facilitado se os agrupamentos se situarem dentro do mesmo Território Educativo.

## **6.1 Territórios Educativos:**

Uma vez que as propostas de reordenamento para a rede escolar do concelho de constância incidem em obras de requalificação/construção de escolas sendo fundamentalmente uma “substituição” de escolas, não se irá alterar a estrutura organizativa criada, mantendo-se o mesmo agrupamento vertical no mesmo território educativo - com a mesma escola nuclear – EB 2,3/S Luís de Camões.

No entanto e de acordo com os “Critérios de Reordenamento da Rede Educativa” “...para além das exigências pedagógicas, funcionais e construtivas mais directamente ligadas à função educativa, as intervenções a realizar no parque escolar devem privilegiar decididamente a integração urbanística e arquitectónica das escolas no tecido dos aglomerados urbanos e atender às exigências construtivas próprias dos locais onde são edificadas.

Importa também que os edifícios escolares sejam concebidos na dupla perspectiva de diversificação e de versatilidade de soluções: cada escola deve ter feição própria, e todas devem ser dotadas da capacidade de acompanhar, sem rupturas e por adaptações sucessivas, a evolução das práticas pedagógicas e dos currículos assim como as oscilações de procura.

As reformas a operar deverão ser orientadas pelo seguinte conjunto de normas de programação da rede educativa:

## **7. Critérios de Localização das Escolas e Jardins de Infância**

### **A escola e a envolvente urbana:**

- A escola e o J. Infância, não deve situar-se na área de influência de outros sub-utilizados e em bom estado de conservação onde seja ministrado o mesmo nível de educação ou ensino;
- Inserção correcta da escola no tecido urbano;
- Proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado;
- Rede de transportes públicos;
- Segurança nos percursos, nas áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato à mesma;
- Adequadas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído);

- Abastecimento de água e de energia eléctrica, drenagem de esgotos, rede de telecomunicações e recolha de lixos.

**Os terrenos:**

- Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidades);
- Com características geológicas que possibilitem a execução de fundações directas.

**Incompatibilidades:**

- Vizinhanças insalubres ou perigosas;
- Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica.

**Norma de Programação para Jardim de Infância:**

**Irradiação<sup>26</sup>:** Percursos Escola-habitação:

- A pé: até 15 minutos;
- Em transporte público o máximo aceitável de 20 minutos.

**População Base e População a Escolarizar:**

- População base mínimo de 900 habitantes e o máximo de 3600 habitantes;
- População a escolarizar mínimo de 20 crianças e máximo de 150 crianças;

**Critérios de Programação:**

- Número mínimo de crianças por educador de 20 crianças e número máximo de 25;
- Uma sala de actividades por educador.

O processo de criação de um Jardim de Infância com uma única sala de actividades deve, em regra, subordinar-se ao princípio geral de que o Jardim de Infância deve ser integrado em escolas ou outros equipamentos sociais com os quais não seja incompatível.

---

<sup>26</sup> A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500m de largura para cada lado dos seus eixos.

**Critérios de Dimensionamento:**

Indicadores de referência:

- Área bruta de construção: 6m<sup>2</sup>/criança;
- Área de terreno: 16m<sup>2</sup>/criança.

**Quadro 34 - Critérios de Dimensionamento de JI**

Área Bruta de Construção (m <sup>2</sup> )	Terreno (m <sup>2</sup> )	Terr./al. (m <sup>2</sup> ) <sup>27</sup>
330	850	17,0
450	1200	16,0
580	1600	16,0
700	2000	16,0
830	2400	16,0

Fonte: DGAE – Direcção de Serviços para a Qualidade dos Equipamentos Educativos

**Norma de Programação para Escola básica do 1º Ciclo (EB1):**

**Irradiação<sup>28</sup>:** Percursos Escola-habituação:

- A pé: até 1 km ou 15 minutos – o máximo aceitável até 1,5 km ou 30 minutos.
- Em transporte público o máximo aceitável de 40 minutos.

**População Base e População a Escolarizar:**

- População base mínimo de 2000 habitantes e o máximo de 4500 habitantes;
- População a Escolarizar mínimo de 80 alunos (4 turmas) e máximo de 300 alunos (12 turmas);<sup>29</sup>

<sup>27</sup> Os valores indicados referem-se a áreas de terrenos com declive suave, até 5% de inclinação. Por cada ponto percentual acima de 5%, até ao máximo de 10%, a área de terreno deverá ser acrescida de 4%.

<sup>28</sup> A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500m de largura para cada lado dos seus eixos.

<sup>29</sup> No entanto para a constituição das turmas é necessário considerar o Despacho n.º 13 795/2004 (2ª série).

**Crítérios de Programação:**

Regime de Funcionamento: turno único.

- Número de alunos/sala 20 a 25 alunos;
- Uma sala de aula/turma.

A capacidade de escolas do 1º ciclo não deve ser inferior a 4 turmas nem superior a 12 turmas. Não é aconselhável a criação de escolas apenas com o 1º ciclo do ensino básico.

Sempre que possível, deve proceder-se à integração da escola do 1º ciclo com o Jardim de Infância e com os ciclos subsequentes do ensino básico.

No concelho de Constância esta consideração não se pode aplicar, uma vez que a EB2,3/S Luís de Camões, apesar de ser a única escola com 2º e 3º ciclos do ensino básico, absorve toda a população escolar que se encontra nestes níveis de ensino.

De acordo com a população escolar projectada, este equipamento irá continuar a ser suficiente para a toda a população escolar destes dois níveis de ensino.

**Crítérios de Dimensionamento:**

Indicadores de referência:

- Área bruta de construção: 6m<sup>2</sup>/aluno;
- Área de terreno: 18m<sup>2</sup>/aluno

**Quadro 35 - Crítérios de Dimensionamento de EB1**

<b>Área Bruta de Construção (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Terreno (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Terr./al. (m<sup>2</sup>)</b>
640	2200	22,0
930	2700	18,0
1220	3300	16,5
1700	4400	14,7

Fonte: DGAE – Direcção de Serviços para a Qualidade dos Equipamentos Educativos

As áreas indicadas referem-se a escolas só com o 1º ciclo e que não possam utilizar equipamentos existentes noutros estabelecimentos próximos, tais como bibliotecas, cantinas e instalações desportivas.

## **Normas de Programação para Escola básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância (EB, JI)**

**Irradiação:** Percursos Escola-habitação:

Valores de irradiação constantes dos quadros relativos a J.I e EB1.

### **População Base e População a Escolarizar:**

#### **JI**

- População base mínimo de 900 habitantes e o máximo de 1800 habitantes;
- População a Escolarizar mínimo de 20 crianças (1 sala) e máximo de 75 crianças (3 salas);

#### **EB1**

- População base mínimo de 1000 habitantes e o máximo de 4500 habitantes;
- População a Escolarizar mínimo de 40 alunos (2 turmas) e máximo de 300 alunos (12 turmas);

### **Critérios de Programação:**

Regime de Funcionamento: turno único.

- Número de alunos/crianças por sala 20 a 25;
- Uma sala de aula/ grupo por sala/turma.

Na EB1/JI não devem ser excedidas, por nível de educação e ensino, as capacidades e lotações máximas indicadas: 3 salas de actividades para a educação pré-escolar e 12 salas de aula para o 1º ciclo do ensino básico.

### **Critérios de Dimensionamento:**

Indicadores de referência:

- Área bruta de construção: 5,5m<sup>2</sup>/aluno;
- Área de terreno: 18m<sup>2</sup>/aluno

**Quadro 36 – Critérios de Dimensionamento de EB1/JI**

Área Bruta de Construção (m <sup>2</sup> )	Terreno (m <sup>2</sup> )	Terr./al. (m <sup>2</sup> )
460	1700	22,6
860	2700	18,0
980	3100	17,7
1500	4200	15,3
1960	5300	14,2

Fonte: DGAE – Direcção de Serviços para a Qualidade dos Equipamentos Educativos

## **Normas de Programação para Escola básica dos 2º Ciclo e 3º Ciclos**

### **Irradiação:** Percursos Escola-habituação:

- A pé: até 1,5 km ou 30 minutos – o máximo aceitável até 2,2 km ou 45 minutos.
- Em transporte público o máximo aceitável de 60 minutos.

### **População Base e População a Escolarizar:**

- População base mínimo de 3800 habitantes e o máximo de 7900 habitantes;
- População a escolarizar mínimo de 240 alunos (10 turmas) e máximo de 750 alunos (25 turmas);

### **Critérios de Programação:**

Regime de Funcionamento: turno único.

- Número de alunos por turma 24, máximo 30;
- <sup>30</sup>Uma sala de aula/turma.

---

<sup>30</sup> Em certos casos pode justificar-se a criação de uma escola EB 2,3 com 20 alunos/turma. Os elevados custos de construção e de funcionamento de escolas com este limiar de alunos/turma, restringem contudo o campo de aplicação a situações muito peculiares (zonas isoladas, reduzida população a escolarizar, escolas pequenas – EB2,3/10T ou Escola Básica Integrada).

**Crítérios de Dimensionamento:**

Indicadores de referência:

- Área bruta de construção: 8,2m<sup>2</sup>/aluno;
- Área de terreno: 26m<sup>2</sup>/aluno

**Quadro 37 – Critérios de Dimensionamento de EB2,3**

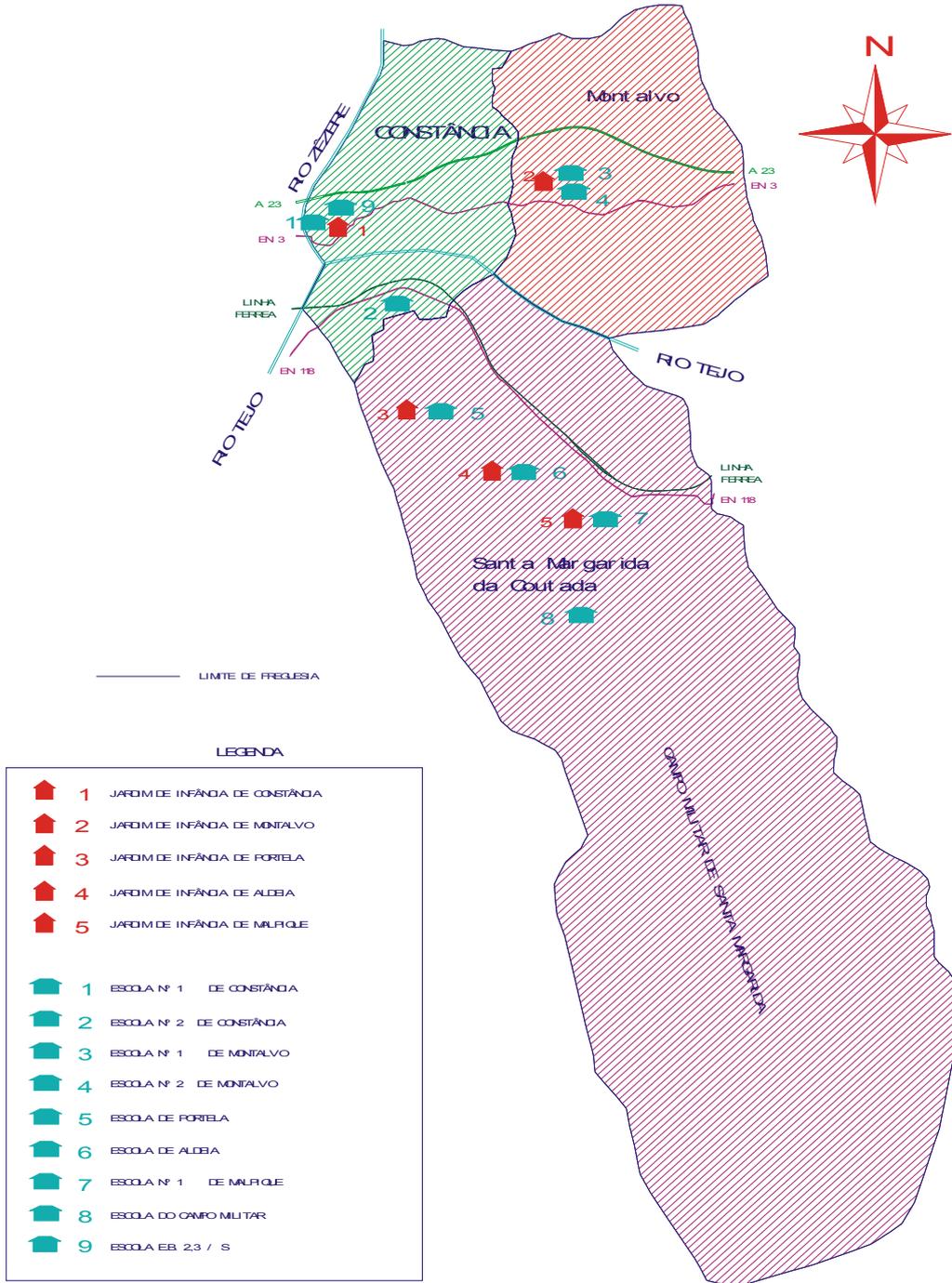
<b>Área Bruta de Construção (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Terreno (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Terr./al. (m<sup>2</sup>)</b>
3000	8300	27,7
3800	13300	29,6
5100	15700	26,2
5800	18200	24,3

Fonte: DGAE – Direcção de Serviços para a Qualidade dos Equipamentos Educativos

### 8. Território Educativo de Constância:

De acordo com o “Diagnóstico da Rede Educativa de Constância” elaborado anteriormente o único Território Educativo contempla todas as freguesias em agrupamento vertical, e apresenta as seguintes características (por freguesias):

**Mapa 5 - Localização de Estabelecimentos de Educação e Ensino no Concelho de Constância**



Nota: A Escola nº 2 de Constância mantém-se em rede embora sem alunos

### 8.1 - Freguesia de Constância:

- **J. Infância de Constância, EB1 de Constância e a EB2,3/S Luís de Camões:** registam-se entre os equipamentos várias relações de interacção e interdependência - o J. Infância funciona numa sala da EB1. A EB1 por sua vez, por falta de espaço necessitou para a sua prática lectiva, no ano lectivo 2003/04, de utilizar uma sala da EB2,3/S Luís de Camões. No ano lectivo 2004/05, para além de continuar a utilizar essa sala, será necessário espaço para uma nova turma. Esta turma vai obrigar a uma reconversão do Centro de Recursos para constituição de uma nova sala de aula.
- De realçar também que o J. Infância e a EB1 recorrem a salas da EB2,3/S para o prolongamento de horário e para utilização do refeitório.

Em relação ao estado de conservação, como já havíamos referido, tanto o J. Infância como a EB1 de Constância encontram-se em estado considerado de razoável. No entanto, é imprescindível referir no que concerne a todas as EB1 do concelho de Constância, considerando como referência os indicadores utilizados nas normas do Ministério de Educação (espaços considerados necessários para o exercício das actividades, como: Sala de Aulas, Sala Polivalente, Sala de Professores, Instalações Sanitárias, Copa/Cozinha e Pátio Coberto, adaptação das instalações para deficientes e condições de aquecimento ou de refrigeração), estes preconizam, espaços e condições que as escolas do 1º Ciclo do ensino básico de Constância ou não têm ou são insuficientes.

Constata-se, também, que as redes eléctricas e canalizações se encontram bastante deterioradas, as salas de aula servem, na maioria dos casos, como sala polivalente e sala de professores, outras insuficiências.

A EB2,3/S Luís de Camões necessita de obras de conservação designadamente do recreio e campo de jogos que não tem condições nem oferece segurança aos seus utilizadores.

De acordo com as insuficiências identificadas, propomos a construção de uma EB1/J.I. de raiz funcionando em interacção com a escola nuclear, utilizando estas instalações e dispondo dos seus recursos e estruturas de apoio, designadamente da biblioteca, refeitório, recreio, campo polidesportivo, etc... Para que seja possível esta realidade e com o objectivo de dividir alguns espaços (nomeadamente recreio) terão de ser efectuadas obras de melhoramento/requalificação na EB2,3/S.

## **8.2 - Freguesia de Santa Margarida da Coutada:**

**- J. Infância da Portela, EB1 da Portela, J. Infância da Aldeia, EB1 da Aldeia, J. Infância de Malpique, EB1 de Malpique e J. Infância do Campo Militar e Escola EB1 N.º 2 de Malpique (equipamento tal como o J. Infância integrado no Campo Militar)**

Todos os J. Infância têm a escola básica de 1º ciclo de destino próxima das suas instalações e no caso do J.I de Malpique o prolongamento do horário funciona numa sala do 1º CEB de Malpique.

O J.I de Aldeia encontra-se em instalações pré-fabricadas necessitando assim de uma intervenção urgente, uma vez que para este estudo não pode sequer ser considerado.

Considerando as EB1 nesta freguesia, os aspectos mais prementes de intervenção, ressaltam da sua conservação/recuperação, antevendo assim a necessidade de encerramento destas escolas e a construção de uma escola, nesta freguesia, com a tipologia EB1/J.I. que aglutine os alunos “transferidos” dos respectivos J.I e EB1 de Portela, Aldeia e Malpique.

A acompanhar este processo de transferência de alunos terão que ser realizados os devidos ajustamentos no sistema de transporte escolar para que este se possa adaptar às novas necessidades da população escolar.

### **8.3 - Freguesia de Montalvo:**

- **J. Infância e EB1 de Montalvo:** o J.I. de Montalvo funciona em antigas instalações da EB1 de Montalvo, num edifício que data de 1904 e que se encontra em má situação de conservação. Este equipamento necessita para o prolongamento de horário de utilizar uma sala da EB1 de Montalvo.
  
- Na EB1 de Montalvo apesar de o edifício datar de construção mais recente que o anterior (1962) apresenta as mesmas insuficiências que o caracterizam, tal como as mesmas que caracterizam as escolas do concelho:
  - Falta de sala polivalente;
  - Instalações sanitárias sem adequação para deficientes;
  - Rede eléctrica e canalização deterioradas;
  - Inexistência de Copa ou cozinha;
  - Falta de aquecimento e refrigeração.

À semelhança da proposta feita para a freguesia de Santa Margarida da Coutada, também nesta freguesia se propõe a construção de uma EB1/J.I. onde deverão ser considerados todos os espaço e estruturas de apoio à prática lectiva.

## **9 . Definição dos Espaços Necessários ao Desenvolvimento das Actividades:**

O Despacho Conjunto n.º268/97 define e caracteriza os espaços necessários ao desenvolvimento das actividades que ocorrem nos estabelecimentos de raiz para a educação pré-escolar. Considerando o referido despacho fazemos uma descrição de instalações e serviços necessários para EB1/J.I. No entanto, a descrição que enunciamos refere-se à situação ideal, não pretendendo fazer exactamente um esboço arquitectónico das escolas a construir (apesar de constarem nesta descrição como instalações e serviços obrigatórios):

### **Instalações Físicas:**

- Adaptações a deficientes: Dada a política de integração no ensino regular de alunos com deficiências (motoras e outras), as instalações físicas devem na sua totalidade prever e estar adaptadas para responder condignamente a crianças/alunos com deficiências;
- Salas de aula: o número de salas de aula do 1º ciclo será consoante o n.º de população escolar que a escola pretende servir, no entanto conforme refere o ME em "Critérios de Reordenamento da Rede Educativa" a capacidade das EB1/JI não devem ser excedidas as 12 salas de aula para o 1º ciclo;
- Sala de actividades: este espaço destina-se ao desenvolvimento de actividades educativas a realizar pelas crianças individualmente ou em grupo. A sala de actividades, de acordo com o despacho conjunto n.º 258/97, deverá funcionar com mobiliário adequado, material didáctico, material de apoio e material de consumo. De acordo com o documento referido no ponto anterior a capacidade das EB1/JI não devem ser excedidas em 3 salas de actividades para a Educação pré-escolar;
- Sala polivalente: este espaço deverá permitir a prática de actividades educativas e lúdicas, para além de responder à realização de manifestações de carácter cultural e recreativo abertas à comunidade;
- Centro de Recursos: Deverá possuir biblioteca com zona de leitura, computadores (2) com ligação à internet, audiovisuais com espaço para utilização, ludoteca. Deverá possuir material didáctico para as diversas áreas curriculares.
- Laboratório de Informática: sala equipada com computadores (de acordo com o n.º de alunos e considerando por exemplo 1 computador por cada 2 alunos) onde os alunos desde o pré-escolar se deverão iniciar nas tecnologias de informação e comunicação (TIC). O Laboratório servirá também de apoio ao trabalho de sala de aula e de casa;
- Sala de Refeições: espaço destinado ao serviço de refeições;

- Cozinha: espaço destinado à confecção de refeições que deverá estar localizado próximo da sala de refeições.
- Vestiário das crianças: espaço destinado ao arrumo de vestuário e objectos pessoais das crianças. Este espaço deve ser autónomo da sala de actividades no entanto deve localizar-se junto desta.
- Instalações sanitárias/crianças: as instalações sanitárias deverão estar perto das salas de actividades e perto das salas de aulas;
- Instalações sanitárias/adultos: estas deverão estar localizadas próximo dos gabinetes de professores;
- Gabinete de direcção: espaço destinado à direcção, administração e gestão do estabelecimento, deve proporcionar: trabalho individual, trabalho de grupo e atendimento de pais, educadores, professores e elementos da comunidade.
- Secretaria: espaço destinado a actividades de atendimento, inscrições e apoio logístico;
- Gabinete de educadores e professores: espaço destinado ao trabalho individual ou de grupo. Nesta sala deverá existir a prestação de primeiros socorros;
- Arrecadações: equipamentos, trabalhos dos alunos, arquivo e material de limpeza;
- Sala de repouso: a sala de repouso deverá existir quando necessária e deverá permitir o obscurecimento. Deverá estar localizada junto da sala de actividades;
- Espaço exterior: este espaço que inclui área coberta, deverá ser organizado de forma a oferecer ambientes diversificados que permitam a realização de actividades lúdicas e educativas. A organização e apetrechamento do espaço exterior devem assegurar condições de segurança para a realização de múltiplas actividades;
- Espaço de estacionamento: para assegurar a distribuição e a recolha das crianças em segurança, assim como o estacionamento do transporte de corpo docente e administrativo.

### **Serviços de Apoio:**

- Serviço de transportes: deverá ser organizado um eficiente serviço de transportes próprio, que assegure a deslocação dos alunos do local de residência para a escola;
- Serviço de refeitório: assegurará as refeições dos alunos durante o período lectivo;
- Serviço de Actividades de Tempos Livres: assegurará o prolongamento de horário em resposta ao complemento de apoio à família.

A lei quadro da Educação Pré-escolar, lei n.º5/97 de 10 de Fevereiro, consigna a obrigatoriedade de um trabalho educativo intencional com a duração de 25 horas semanais ao qual se pode chamar de "pedagógico", "lectivo" ou "curricular", validando também o apoio à

família sempre que disso haja necessidade. Neste sentido, o decreto-lei n.º 147/97 de 11 de Julho regulamenta a flexibilidade do horário dos estabelecimentos de educação pré-escolar de modo a colmatar a dificuldade das famílias.

Este serviço de apoio às famílias, inclui todos os tempos que excedam as 25 horas curriculares. Temos, assim, consagradas as entradas de manhã antes de se iniciarem as actividades lectivas, as horas de almoço com serviço de almoço, os tempos depois das actividades curriculares/lectivas, incluindo as actividades extra-curriculares, as faltas do pessoal docente e os períodos de interrupções lectivas, sempre que os pais necessitarem manter os seus filhos no estabelecimento de educação pré-escolar.

## 10. Capacidade Instalada no Território Educativo de Constância

**Quadro 38 – Resumo da Capacidade Instalada no Território Educativo de Constância**

Território Educativo				
Capacidade Actual*				
	JI	1º Ciclo	2º e 3º Ciclo	Secundário
JI Montalvo	50	.....	.....	.....
JI Constância	25	.....	.....	.....
JI Portela	25	.....	.....	.....
JI Aldeia	25	.....	.....	.....
JI Malpique	25	.....	.....	.....
JI Campo Militar	25			
EB1 de Montalvo	.....	44	.....	.....
EB1 de Constância	.....	44	.....	.....
EB1 de Portela	.....	44	.....	.....
EB1 de Aldeia	.....	44	.....	.....
EB1 de Malpique n.º1	.....	44	.....	.....
EB1 de Malpique n.º2	.....	22		
EB 2,3/S Luís de Camões	.....	.....	264	.....
EB 2,3/S Luís de Camões	.....	.....	.....	144
<b>TOTAL</b>	<b>175</b>	<b>242</b>	<b>264</b>	<b>144</b>
<b>Procura em 2015</b>	<b>126</b>	<b>176</b>	<b>240</b>	<b>139</b>

<b>Relação Capacidade/Procura</b>	<b>39</b>	<b>66</b>	<b>24</b>	<b>5</b>
---------------------------------------	-----------	-----------	-----------	----------

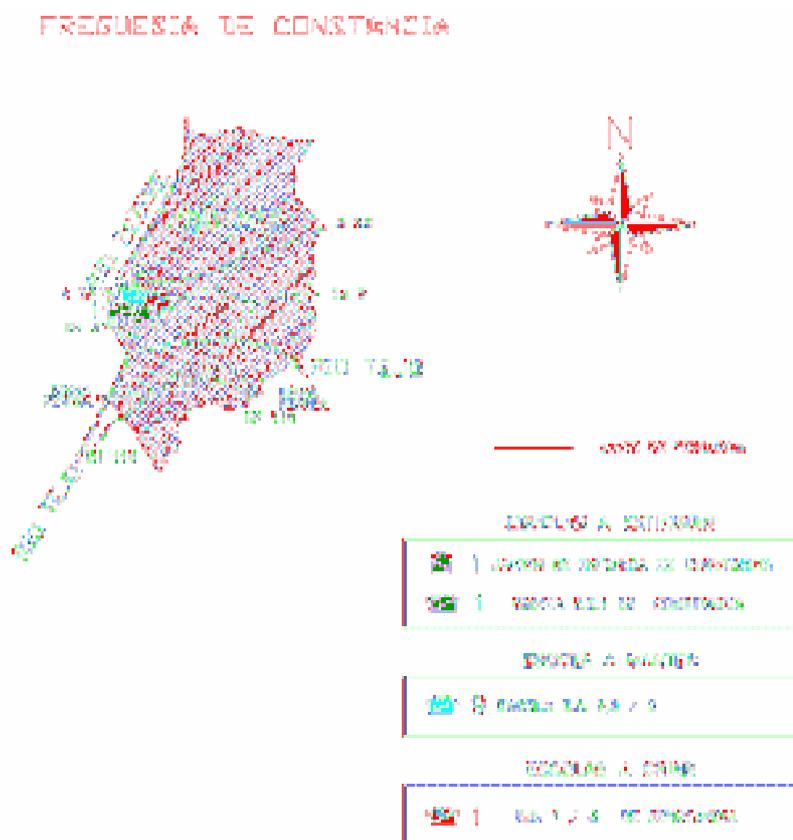
A capacidade actual reporta-se ao n.º de alunos por sala de acordo com o despacho n.º 13765/2004 do anexo II do despacho n.º 9373/2002, ponto 5.2.2 referindo-se á constituição de turmas do 1º ciclo do ensino básico, nas escolas de lugar único, que incluam alunos de mais de um ano de escolaridade as turmas devem ser constituídas por 18 alunos. Nas escolas de mais de um lugar, que incluem alunos de mais de dois anos de escolaridade as turmas devem ser constituídas por 22 alunos. O cálculo não está efectuado considerando a diminuição de alunos por turma quando existem alunos com NEE – Necessidades Educativas Especiais. De acordo com o ponto 5.4 do mesmo despacho, este considera que as turmas com alunos com NEE com carácter prolongado de qualquer nível de ensino, são constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos nestas condições.

O cálculo das instalações necessárias, que conduz à formulação das propostas de reconfiguração da Rede Educativa, foi efectuado no quadro do cenário prospectivo e com base no regime normal de funcionamento de todos os estabelecimentos de ensino. Os estabelecimentos de ensino, construídos em pré-fabricado não são contabilizados (é o caso do JI de Aldeia).

No entanto, as instalações contabilizadas no presente não serão as mesmas que existirão no futuro, face às propostas de reordenamento que serão equacionadas.

**11. Propostas de Reordenamento:**

**Mapa 6 – Mapa com Escolas e J. Infância a extinguir, Escolas a manter e Escolas a criar na freguesia de Constância:**



Fonte: Câmara Municipal de Constância

**Quadro 39 - Freguesia: Constância - Situação Actual - Ano Lectivo de 2003/04**

<b>Situação Actual - Ano Lectivo de 2003/04</b>			
<b>Freguesia: Constância</b>			
<b>Nome do equipamento:</b>	<b>N.º de alunos</b>	<b>N.º de turmas</b>	<b>N.º de Salas</b>
JI Constância	34		2
EB1 de Constância	52	3	2
EB2,3/S Luís de Camões	114 (2º C) 137 (3º C) 11 (ES)	6 T (2º C) 7 T (3º C) 1 (ES)	15

Fonte: CMC/Escolas

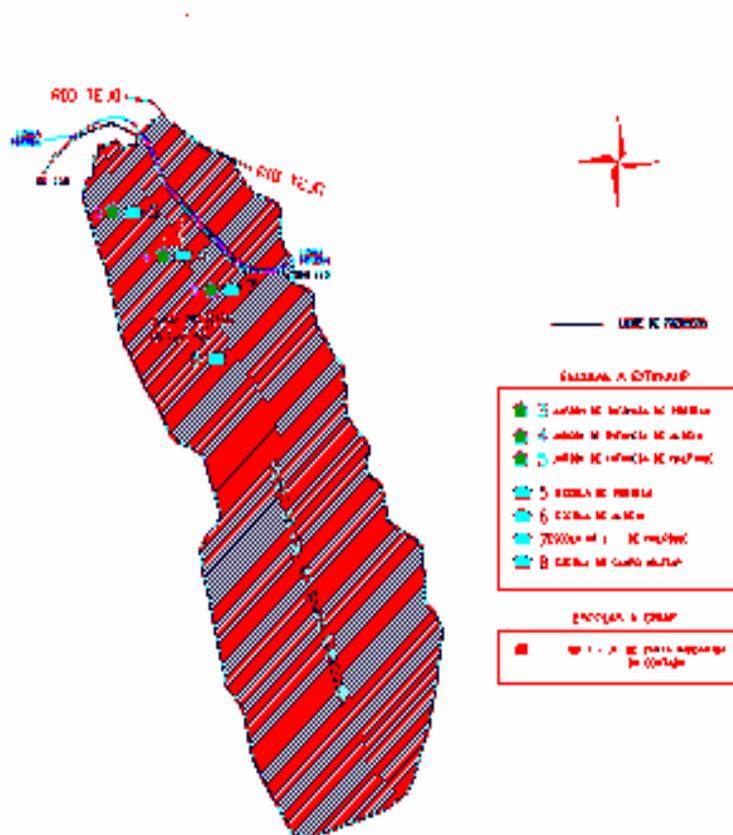
**Quadro 40 – Freguesia de Constância - Proposta de Reordenamento - Situação prevista em 2015**

<b>Proposta de Reordenamento - Situação prevista em 2015</b>						
<b>Freguesia: Constância</b>						
<b>Tipologia do equipamento:</b>	<b>N.º de alunos</b>				<b>N.º de turmas</b>	<b>N.º de Salas</b>
	<b>Pré-escolar</b>	<b>EB1*</b>	<b>EB2,3</b>	<b>Secundário</b>		
EB1/JI de Constância	38	26*			2 (EB1)	2 (JI) 4 (EB1)
EB 2,3/S Luís de Camões			100 (2º C) 140 (3º C)	139	4 T (2º C) 6 T (3º C)	15

Fonte: Tratamento Próprio

\* Este valor, no entanto, poderá ter algum desfasamento uma vez que se reporta a população projectada tendo por base os censos de 2001 que foi posteriormente separada através dos multiplicadores de Sprague sendo depois reagrupada segundo os níveis de ensino. Pelo facto, o valor em evidência é de indicação populacional e não de alunos efectivos. Quando comparamos o número de alunos efectivos (recordamos que esta comparação foi também efectuada no capítulo anterior através das taxas de escolarização) na EB1 de Constância no ano lectivo de 2003/04, constatamos que esse valor é consideravelmente mais elevado, verificando-se aproximadamente o mesmo número de alunos no ano lectivo que se segue (2004/05).

**Mapa 7 - Mapa com escolas e J. Infância a encerrar e escolas a criar na freguesia de St.ª Margarida da Coutada**



Fonte: Câmara Municipal de Constância

**Quadro 41 - Freguesia: Santa Margarida da Coutada - Situação Actual - Ano Lectivo de 2003/04**

<b>Situação Actual - Ano Lectivo de 2003/04</b>			
<b>Freguesia: Santa Margarida da Coutada</b>			
<b>Nome do equipamento:</b>	<b>N.º de alunos</b>	<b>N.º de turmas</b>	<b>N.º de Salas</b>
JI de Portela	30	2	2
JI de Aldeia	16	1	1
JI de Malpique	16	1	1
EB1 de Portela	34	2	2
EB1 de Aldeia	16	1	2
EB1 de Malpique	22	2	2

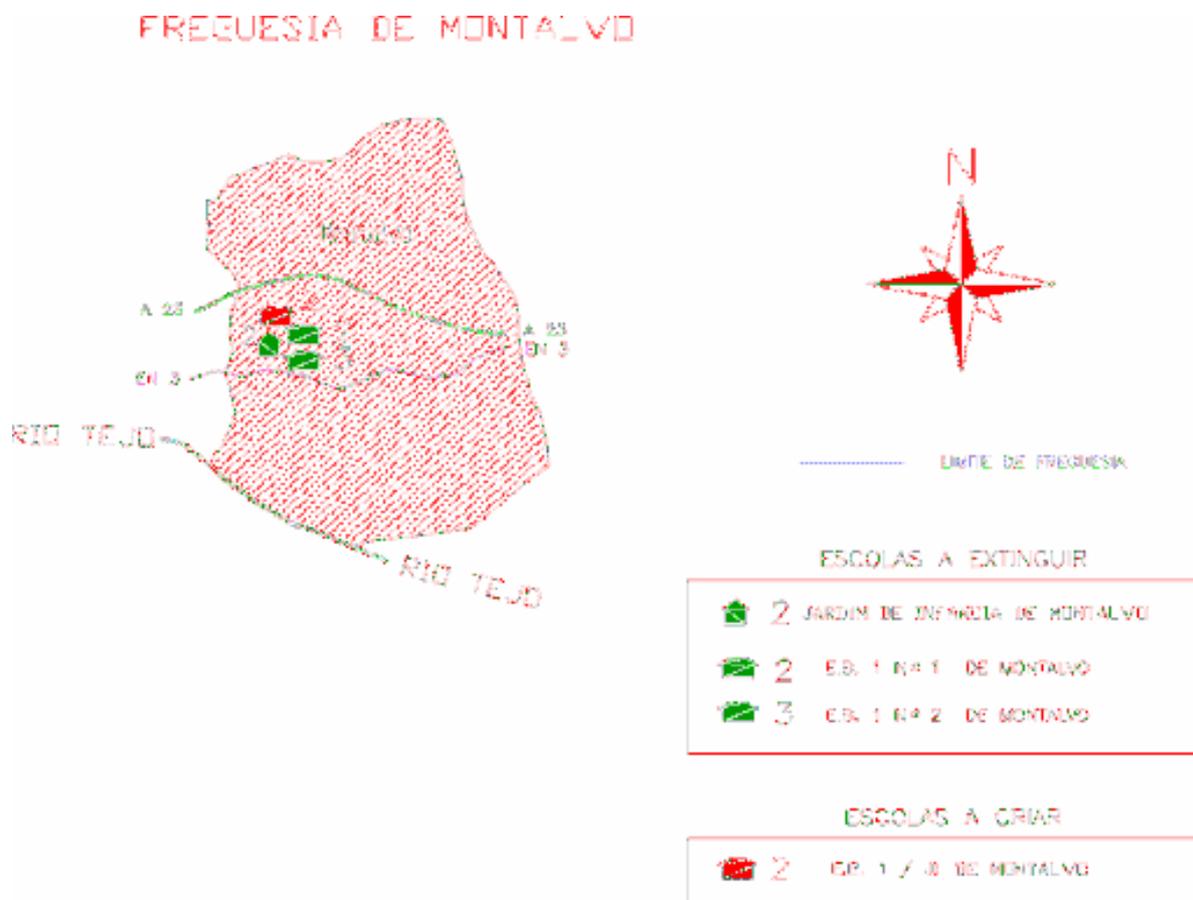
Fonte: CMC/Escolas

**Quadro 42 - Freguesia de Santa Margarida da Coutada - Proposta de Reordenamento - Situação prevista em 2015**

Proposta de Reordenamento - Situação prevista em 2015			
Freguesia: Santa Margarida da Coutada			
Nome do equipamento:	N.º de alunos	N.º de turmas	N.º de Salas
EB1/JI	63 (JI) 81 (EB1)	4 (EB1)	3 (JI) 4 (EB1)

Fonte: Tratamento Próprio

**Mapa 8 - Mapa com Escolas e J. Infância a extinguir e Escolas a criar na freguesia de Montalvo:**



Fonte: Câmara Municipal de Constância

**Quadro 43 - Freguesia: Montalvo** - Situação Actual - Ano Lectivo de 2003/04

<b>Situação Actual - Ano Lectivo de 2003/04</b>			
<b>Freguesia: Montalvo</b>			
<b>Nome do equipamento:</b>	<b>N.º de alunos</b>	<b>N.º de turmas</b>	<b>N.º de Salas</b>
JI de Montalvo	42		2
EB1 de Montalvo	43	2	2

Fonte: CMC/Escolas

**Quadro 44 - Freguesia de Montalvo** - Proposta de Reordenamento - Situação prevista em 2015

<b>Proposta de Reordenamento - Situação prevista em 2015</b>			
<b>Freguesia: Montalvo</b>			
<b>Nome do equipamento:</b>	<b>N.º de alunos</b>	<b>N.º de turmas</b>	<b>N.º de Salas</b>
EB1/JI	26 (JI) 69 (EB1)	3 (EB1)	2 (JI) 4 (EB1)

Fonte: Tratamento Próprio

**11.1 - Resumo das Intervenções Propostas para o Território Educativo de Constância****Quadro 45** – Resumo das Intervenções Propostas na freguesia de Constância:

<b>Resumo das Intervenções propostas para o Território Educativo</b>					
<b>Área de Influência:</b>		<b>Freguesia de Constância</b>			
<b>Pop. Total Residente (2015)</b>	<b>Pop. a escolarizar (2015)</b>	<b>Equipamentos Existentes (Rede Pública)</b>		<b>Proposta de Reorganização (Rede Pública)</b>	
		<b>Designação</b>	<b>Código DAPP</b>	<b>Acção a Empreender</b>	<b>Observações</b>
958	Pré-escolar:	Jl Constância	1408406	Encerramento	A população escolar destes estabelecimentos será transferida para a EB1/Jl a construir junto à EB 2,3/S Luís de Camões.
	1º CEB	EB1 de Constância	1408087	Encerramento	
	2,3 CEB	EB2,3/S Luís de Camões	1408875	Melhoramentos e algumas adaptações	A população escolar, da EB1/Jl a ser construída irá usufruir de alguns espaços desta escola, tais como: refeitório, biblioteca e recreio (este terá de ser vedado mantendo espaços próprios para cada nível de ensino).
	Secundário				

Fonte: Tratamento Próprio

**Quadro 46** - Resumo das Intervenções Propostas na freguesia de St.<sup>a</sup> Margarida da Coutada:

<b>Área de Influência:</b>		<b>Freguesia de St.<sup>a</sup> Margarida da Coutada</b>			
<b>Pop. Total Residente (2015)</b>	<b>Pop. a escolarizar (2015)</b>	<b>Equipamentos Existentes (Rede Pública)</b>		<b>Proposta de Reorganização (Rede Pública)</b>	
		<b>Designação</b>	<b>Código DAPP</b>	<b>Acção a Empreender</b>	<b>Observações</b>
2019	Pré-escolar:	JI de Portela	1408386	Encerramento	A população escolar destes estabelecimentos será transferida para a EB1/JI a construir nesta freguesia.
		JI de Aldeia	1408837	Encerramento	
		JI de Malpique	1408374	Encerramento	
	1º CEB:	EB1 de Portela	1408503	Encerramento	
		EB1 de Aldeia	1408687	Encerramento	
		EB1 n.º 1 de Malpique	1408561	Encerramento	
		EB1 N.º 2 de Malpique	1408407	Encerramento	

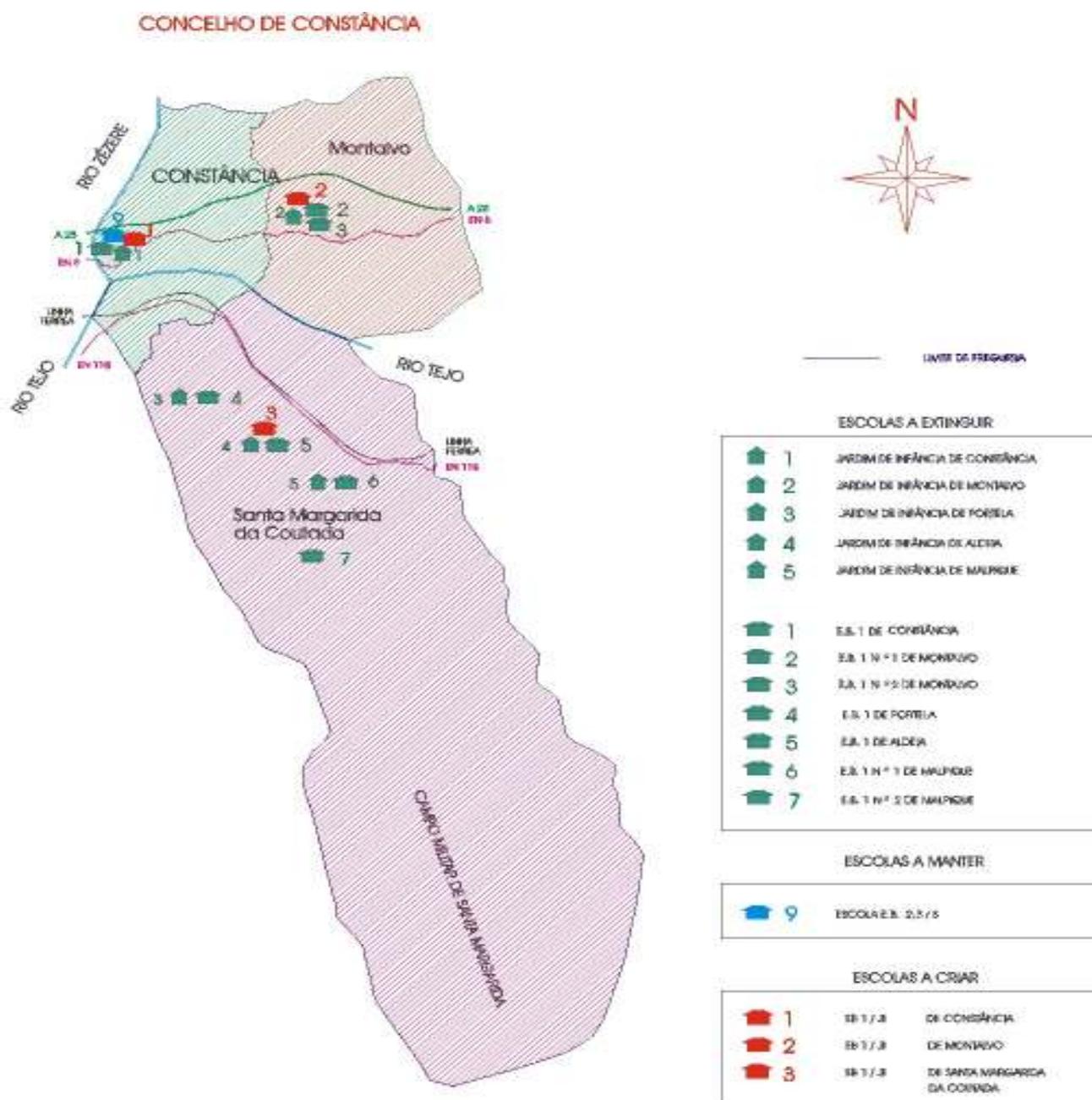
Fonte: Tratamento Próprio

**Quadro 47** - Resumo das Intervenções Propostas na freguesia de Montalvo:

<b>Área de Influência:</b>	<b>Freguesia de Montalvo</b>				
<b>Pop. Total Residente (2015)</b>	<b>Pop. a escolarizar (2015)</b>	<b>Equipamentos Existentes (Rede Pública)</b>		<b>Proposta de Reorganização (Rede Pública)</b>	
		<b>Designação</b>	<b>Código DAPP</b>	<b>Acção a Empreender</b>	<b>Observações</b>
1177	Pré-escolar:	JI de Montalvo	1408059	Encerramento	A população escolar destes estabelecimentos será transferida para a EB1/JI a construir nesta freguesia.
	1º CEB:	EB1 de Montalvo	1408758	Encerramento	

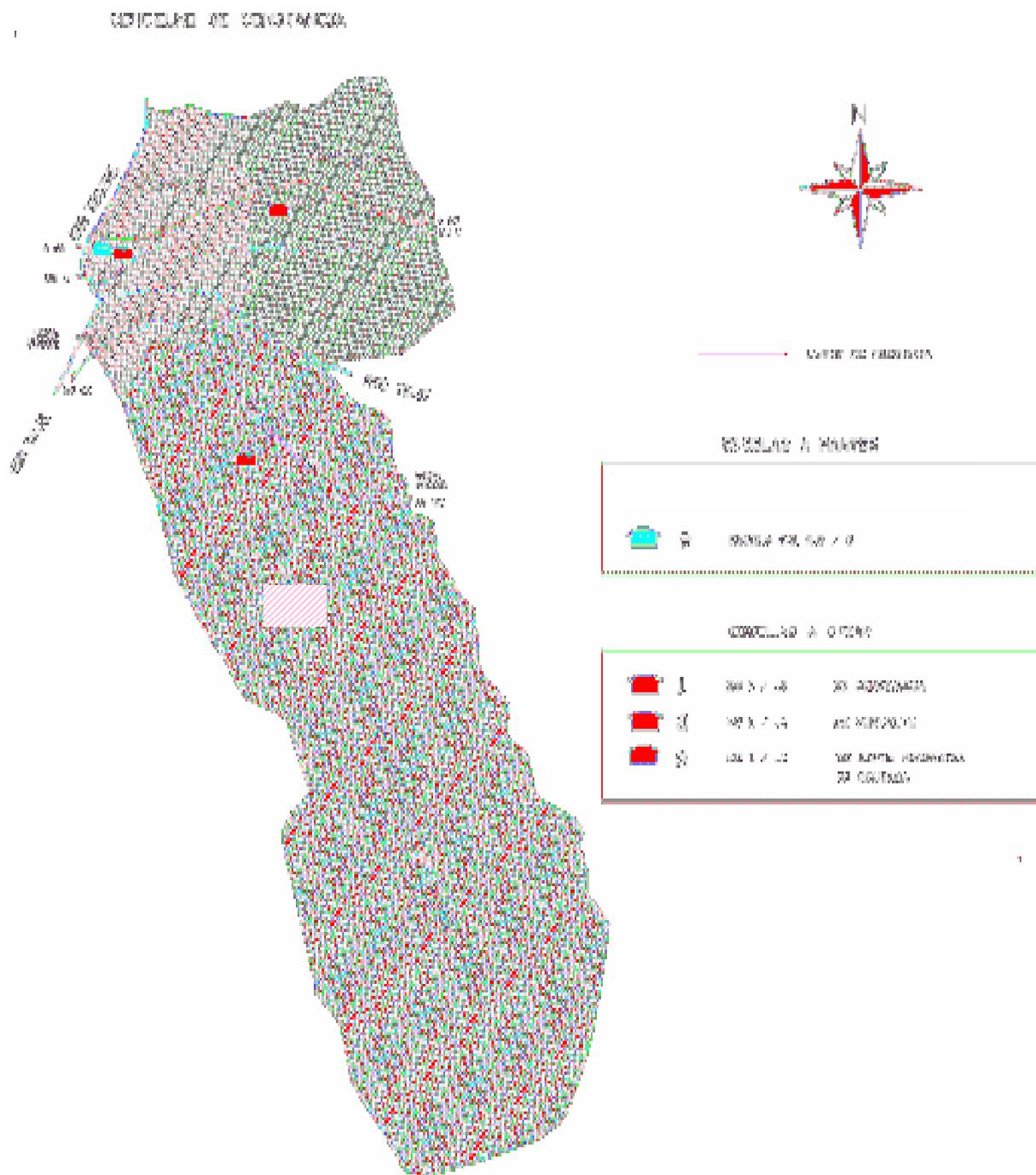
Fonte: Tratamento Próprio

**Mapa 9** – Resumo das Propostas de Reordenamento da Rede Educativa de Constância



Fonte: Câmara Municipal de Constância

Mapa 10 – Futura Rede Educativa de Constância



Fonte: Câmara Municipal de Constância

**12. Ensino Básico 2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário:**

A proposta da Carta Educativa é para que se aumente, equilibradamente a oferta de cursos profissionalizantes, quer ao nível do 2º e 3º ciclo, quer ao nível do ensino Secundário, e de cursos profissionais (conferindo um diploma equivalente ao ensino secundário e um certificado de qualificação profissional de nível 3).

Com relação ao 2º e 3º ciclos do ensino básico, de acordo com o Despacho Conjunto 279/2002 dos Ministérios de Educação e do Trabalho e Solidariedade, importa garantir a concretização de respostas educativas e formativas que possibilitem a construção de projectos profissionais mais consentâneos com os interesses e expectativas dos jovens que se encontram em situação de transição para a vida activa e nomeadamente os que entram precocemente no mercado de trabalho. Neste sentido, estes Ministérios promovem iniciativas nas áreas da orientação escolar e profissional, bem como na da inserção profissional, e estendem a sua acção conjunta e conjugada no domínio das medidas de educação e formação como via privilegiada de transição para a vida activa, particularmente para os que abandonaram prematuramente o sistema regular de ensino.

O Ensino Secundário deve promover percursos orientados para o prosseguimento de estudos no ensino superior, e outros mais vocacionados para a integração no mercado de trabalho, designadamente - Cursos Profissionais. Estes são uma modalidade de educação, inserida no ensino secundário, que se caracteriza por uma forte ligação com o mundo profissional, valorizando o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o sector empresarial local.

A conclusão de um curso profissional confere um diploma equivalente ao ensino secundário e um certificado de qualificação profissional de nível 3. O diploma equivalente ao ensino secundário e o certificado de qualificação profissional de nível 3 permitem o ingresso nos Cursos de Especialização Tecnológica (nível 4) e o acesso ao ensino superior.

Neste sentido, pretende a Câmara Municipal de Constância, desenvolvendo para o efeito uma parceria com o Agrupamento de Escolas e o sector empresarial, promover a abertura de cursos profissionais na EB2,3/S Luís de Camões, que permitam qualificar recursos humanos com saídas profissionais para as empresas do concelho e concelhos limítrofes.

### **13. Transporte Escolar**

Como consequência do reordenamento proposto é necessário prever as necessidades de transporte escolar. O facto de se propor a extinção de algumas escolas faz com que alguns alunos tenham de ser transferidos para uma nova escola. A localização desta escola a criar, poderá estar mais distante do que a área de irradiação estipulada, uma vez, que, de acordo com os valores descritos anteriormente e estipulados pelo DGAE, o percurso a pé não poderá ser superior a 15 minutos. Neste sentido, e verificando-se esta ocorrência, será necessário reconfigurar a rede de transportes, tornando assim viável, responder às necessidades de transporte consequentes do reordenamento que se pretende efectuar.

Não existindo alterações na configuração do 2º e 3º ciclos do ensino básico importa apenas quantificar as novas necessidades decorrentes da reorganização da rede do 1º ciclo do ensino básico e do ensino pré-escolar.

Na freguesia de Constância, uma vez que a escola a construir se irá localizar aproximadamente na mesma área da EB1 e do JI existentes actualmente, não serão contempladas mudanças na rede de transportes.

A freguesia de Santa Margarida da Coutada é onde se prevê as maiores mudanças de reordenamento e consequentemente a necessidade de reorganização do transporte escolar.

O novo equipamento EB1/JI que será construído em Santa Margarida da Coutada irá assim acolher as crianças e os alunos dos estabelecimentos a encerrar.

No futuro os alunos de Malpique e Portela, face ao critério de irradiação da escola, irão necessitar de transporte escolar. Actualmente, alguns alunos que frequentam a EB1 e Jardim de Infância da Portela já beneficiam desse apoio por parte da autarquia.

Na freguesia de Montalvo, apesar de estar previsto o encerramento das duas EB1 e do JI dessa freguesia, o local de construção da EB1/JI ainda não está definido, pelo que não é possível aferir a necessidade de transporte escolar. No entanto, face à localização dos aglomerados populacionais desta freguesia e ao local onde se prevê que se venha a construir o novo equipamento EB1 / JI, e de acordo com as normas de irradiação estipuladas, não será necessário transporte escolar.

#### **14. Programa de Execução**

Conforme as propostas de reordenamento da Rede Educativa do Concelho de Constância que se apresentam anteriormente, preconizam-se profundas transformações no parque escolar do concelho, respectivamente ao nível do Pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico.

De acordo com o Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro no Capítulo IV denominado – Construção, apetrechamento e manutenção de estabelecimentos de educação e ensino, artigo n.º 1, refere que “a realização dos investimentos na construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico, previstos na Carta Educativa, é da competência dos municípios” “(...)compreende a identificação, a elaboração e a aprovação de projectos, o seu financiamento e a respectiva execução.”<sup>31</sup>

As propostas de Reordenamento identificadas, representam, no entanto, verbas incomportáveis de forma unilateral pela Câmara Municipal, dependendo a sua concretização da existência de apoios financeiros por parte da Administração Central. Neste sentido, o programa de execução e financiamento que se apresenta, é elaborado segundo estes pressupostos.

#### **Ano de 2007**

1. Início da construção da EB1/JI em Constância junto à EB2,3/S Luís de Camões beneficiando de todas as valências de apoio desta escola assim como das valências do complexo desportivo municipal que se encontra também na área de envolvimento.
2. Obras de manutenção e adaptação da EB2,3/S por forma a permitir a utilização de alguns espaços de apoio pelas crianças/alunos do JI e 1º ciclo do ensino básico.
3. Quando estiver finalizada a construção deste novo equipamento será encerrada a EB1 de Constância e o J. Infância de Constância.
4. A presente proposta terá um custo estimado de cerca de 1.500.000€ (um milhão e quinhentos mil euros).

#### **Ano de 2008**

1. Início da construção da nova EB1/JI na freguesia de Santa Margarida da Coutada, designadamente na Aldeia de Santa Margarida junto à actual EB1 da Aldeia.
2. Quando concluída a construção desta nova escola serão encerrados o J. Infância e a EB1 de Portela, Aldeia e Malpique.

---

<sup>31</sup> Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, Cap. IV, artigo n.º 1 e n.º 2

3. A presente proposta terá um custo estimado de cerca de 1.900.000€ (um milhão e novecentos mil euros).

### **Ano de 2009**

1. Início da construção da nova EB1/JI na freguesia de Montalvo. Uma vez que o Município não possui terrenos para construção da escola nesta freguesia não é possível indicar a localização exacta da mesma. No entanto, iniciou em 2004, negociações para aquisição de um terreno para construção deste equipamento, nesta freguesia.
2. Quando concluída a construção desta nova escola serão encerrados o J. Infância e as duas EB1 de Montalvo.
3. A presente proposta terá um custo estimado de cerca de 1.500.000€ (um milhão e quinhentos mil euros).

## **15. Monitorização e Avaliação**

Porque vivemos numa sociedade dinâmica onde se verificam constantes mudanças, quer de cariz demográfico, sócio-económico ou político, a Carta Educativa deve ser encarada como um processo inacabado que deverá evoluir em constante adequação com a realidade identificada.

Por conseguinte, como refere Édio Martins (DAPP – ME) “a Carta Educativa deverá ter um determinado período de vigência, sendo de prever, desde o início da sua feitura, a realização de revisões periódicas, se possível anuais.” (...)”o processo de monitorização/avaliação da carta educativa permitirá uma permanente e continuada aferição da clarividência e eficácia das propostas formuladas, por forma a que seja possível a detecção precoce de eventuais desajustamentos e que atempadamente se configurem as soluções adequadas.”(...)”A monitorização é, assim, a continuidade natural da Carta Educativa (...)”

Torna-se assim fundamental prosseguir com a recolha e organização de informação tal como foi inicialmente feito para a elaboração deste documento, permitindo esta informação criada e organizada, um conhecimento da situação com uma visão do global e do parcial revestindo-se de um instrumento para a acção e um suporte à tomada de decisão.

Neste sentido, a implementação da Carta Educativa do Município de Constância deve prever um adequado processo de monitorização e avaliação para que se estabeleçam as necessárias reorientações de acordo com as novas dinâmicas do território e do sistema educativo.

### **Faseamento do Processo de Monitorização**

O processo de monitorização da Carta Educativa compreende três fases essenciais: Recolha/Organização da Informação, Instrumentos de Acção e Avaliação de Resultados.

#### **Recolha/Organização da Informação**

O processo de recolha, organização e disponibilização da informação é essencial na monitorização da Carta Educativa, devendo esta informação ser disponibilizada anualmente pelos estabelecimentos e agrupamentos de ensino, autarquia e Direcção Regional de Educação de Lisboa, através de um conjunto de dados fundamentais sobre a oferta e a procura de ensino, bem como de outros relevantes (transportes, acção social escolar, evolução demográfica, socio-económica);

## Planos de Acção

Com base na informação recolhida, organizada e apresentada, elaboram-se pequenos planos de acção (anuais/ bi-anuais, trienais, etc) que permitam definir objectivos e recursos a utilizar, que vão ao encontro das grandes linhas de orientação da Carta Educativa ou que, em alguns casos, impliquem a sua reformulação.

## Avaliação dos Resultados:

No final de cada ano lectivo (ou eventualmente de dois em dois anos lectivos) deverão ser produzidos relatórios de avaliação da própria Carta Educativa e dos Planos de Acção, que poderão levar à mobilização de novos recursos (físicos, humanos ou institucionais).

**Bibliografia:**

Martins, Édio (coordenador), (2000), **Manual para a Elaboração da Carta Educativa**, Departamentos de Avaliação Prospectiva e Planeamento, Lisboa.

Martins, Édio (coordenador), (2000), **Critérios de Planeamento da Rede Educativa**, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, Lisboa.

Gaspar, Maria de Lurdes (2000), **A Carta de Equipamentos de Ensino do Município** de Lisboa; *in* Seminário sobre a Carta Escolar, Lisboa, 2000.

MPAT (1991); Gabinete de Estudos de Planeamento e Administração do Território, **Normas Para Programação de Equipamentos Colectivos**, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (1960); **X Recenseamento Geral da População**, INE, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (1970); **XI Recenseamento Geral da População**, INE, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (1981); **XII Recenseamento Geral da População**, INE, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (1991); **XIII Recenseamento Geral da População**, INE, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2001); **XIV Recenseamento Geral da População**, INE, Lisboa.

Anexos

Anexo I) Legislação

Anexo II) Critérios de planeamento

## **Anexo I - Legislação**

### LEGISLAÇÃO:

A Legislação que enquadra este projecto, é constituída por diversos documentos legais que reflectem as transformações das últimas décadas ocorridas no sistema educativo português.

### **Legislação Genérica:**

- DL 299/84 -Transportes Escolares;
- Lei 46/86 de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo; com alterações introduzidas pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro;
- Despacho Conjunto 28/SERE/88 - Planificação da Rede Escolar;
- Despacho n.º 33/ME/91, de 26 de Março, aprova a tipologia dos estabelecimentos educativos que vigorou até ao início do ano lectivo de 1997/98;
- DL 314/97 - Denominação dos Estabelecimentos do Ensino não Superior;
- Despacho Normativo 27/97 - Participação das Escolas no Reordenamento da Rede;
- DL 115-A/98 - Regime de Autonomia das Escolas;
- Decreto Regulamentar 12/2000 - Constituição dos Agrupamentos de Escolas;
- Decreto-Lei 7/2003 - Conselhos Municipais de Educação e Cartas Educativas;
- Lei n.º 41/2003 - Primeira alteração ao Decreto-Lei que regulamenta os conselhos municipais de educação e elaboração de cartas educativas;
- Proposta de revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo apresentada na Assembleia da República;
- Protocolo Secretaria de Estado da Administração Educativa/ Secretaria de Estado da Administração Local e Associação Nacional dos Municípios Portugueses relativo à articulação entre Administração Central e municípios no que diz respeito às cartas educativas;
- Portaria n.º 951-A/03 de 08-09-2003 - Ministério das Finanças e Ministério da Educação - Estabelece o ajustamento anual da rede escolar para 2003-2004;
- O Programa Especial de Reordenamento da Rede de Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico (PER.EB1), que visa encerrar as escolas do 1º ciclo com menos de 11 alunos e melhorar a qualidade dos estabelecimentos que receberão estes estudantes.

### **Competências das autarquias na Educação e no Ordenamento:**

- LEI 42/98 -Lei das Finanças Locais;
- LEI 159/99- Atribuições e Competências das Autarquias Locais;
- DL 380/99 - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.
- 

### **Legislação sobre o ensino Pré-Escolar:**

- LEI 5/97 - Lei Quadro do Ensino Pré-Escolar;
- DL 147/97 - Sistema Organizativo e Regime Jurídico do Pré-Escolar;
- Despacho Conjunto 258/97 - Equipamento Didáctico e Instalações do Pré-Escolar;
- Despacho Conjunto 268/97 -Requisitos Técnico-Pedagógicos do Pré-Escolar;
- DL 291-97 -Financiamento do Ensino Pré-Escolar;
- DL 89-A/98 -Financiamento do Ensino Pré-Escolar.

### **Legislação sobre o Ensino Básico e Secundário:**

- Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de Agosto - Integração dos alunos portadores de deficiência nos estabelecimentos de ensino nos níveis básico e secundário);
- Despacho Conjunto n.º 15/SEAF/SEEI/97 de 18 de Abril - define regras para a extinção dos postos de Ensino Básico mediatizado;
- Decreto-Lei 6/2001 que consubstancia a reorganização curricular do Ensino Básico, nomeadamente no que diz respeito aos princípios, objectivos, estrutura curricular e avaliação das aprendizagens no Ensino Básico;
- Despacho Conjunto 548-A/2001 -Normas de Matrículas nos Ensinos Básico e Secundário;
- Decreto-Lei 74/2004 que consubstancia a revisão curricular do ensino secundário (princípios da organização/gestão do currículo e avaliação das aprendizagens);
- Portarias nº 550 (A,B,C,D) de 2004 que complementam o DL 74/2004, no que se refere ao funcionamento dos cursos gerais, artísticos, profissionais e tecnológicos do ensino secundário;
- Despacho nº 13765/2004 que introduz algumas alterações ao despacho conjunto nº373/2002 referente a orientações no que se refere a matrículas, distribuição de alunos e constituição de turmas.

**Legislação sobre o Ensino Profissional:**

- DL 70/93 - Organização/Funcionamento das Escolas Profissionais;
- DL 4/98- Organização/Funcionamento das Escolas Profissionais;
- **Despacho Normativo 27/99 - Escolas Profissionais.**

**Legislação sobre o Ensino Particular e Cooperativo:**

- Decreto-Lei n.º 108/88 de 31 de Março - regulamenta o ensino particular e cooperativo e sua integração na rede escolar.

**Anexo II) Critérios de planeamento – Tabela explicativa**

Irradiação	<p>A irradiação de uma escola (distância-tempo máximos entre a escola e os locais de residência dos alunos) é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando-se ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos. Os valores da irradiação variam em função do nível etário dos alunos e dos meios de deslocação utilizados.</p> <p>Na prática, o estabelecimento daqueles valores (e a conseqüente delimitação de uma área de drenagem) deve também atender às características físicas da zona em estudo – orografia, clima, vias de comunicações, rede de transportes – por forma a garantir aos alunos condições adequadas de segurança e de conforto nas suas deslocações diárias entre a escola e os locais onde residem.</p> <p>Nos quadros das páginas seguintes são definidos para cada tipo de estabelecimento de ensino e consoante o meio de deslocação a utilizar, valores preferenciais e máximos de distância e de tempo de percurso escola-habitação.</p>
População base e população a escolarizar	<p>Designa-se por população base o número de habitantes na área de drenagem de um determinado tipo de escola, que serve de suporte e justifica a criação, ampliação, remodelação ou reconversão dessa escola.</p> <p>A população a escolarizar é o subconjunto da população base constituído pelos grupos etários correspondentes aos diferentes níveis de ensino e tipos de escolas, tendo em conta os objectivos da política educativa definidos para cada um desses níveis. Em sentido restrito, o conceito é frequentemente aplicado a um único tipo de escola ou nível de ensino.</p> <p>A expressão quantitativa da população base e da população a escolarizar deve basear-se em dados estatísticos recentes e em previsões demográficas a médio prazo relativas à área em estudo.</p>
Critérios de programação	<p>Na base dos indicadores de programação escolar estão critérios pedagógicos, sociais e de viabilidade de funcionamento e gestão escolar, visando-se o estabelecimento de condições adequadas à realização de um ensino de qualidade. São apresentados os seguintes indicadores:</p> <p>Regime de funcionamento das escolas;</p> <p>Valores mínimos, preferenciais e máximos relativos ao número de</p>

	<p>alunos por turma;</p> <p>O leque total ou parcial de capacidades e lotações das escolas.</p>
Critérios de dimensionamento	<p>Os indicadores relativos ao dimensionamento de terrenos escolares e à área bruta de construção dos diferentes tipos e capacidades de estabelecimento de educação e ensino.</p> <p>Por área bruta de construção (Ab) entende-se a superfície medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores.</p>
Critérios de localização	<p>Expõem-se aqui os critérios que devem orientar os processos de localização dos diferentes tipos de escolas.</p> <p>Inserção da escola no tecido urbano e sua relação de complementaridade com outros equipamentos;</p> <p>Requisitos de segurança e de qualidade ambiental da área envolvente;</p> <p>Infra-estruturas básicas;</p> <p>Características físicas dos terrenos escolares e incompatibilidades de vizinhança.</p>

#### **Anexo II) Critérios de planeamento – Jardim de infância - JI**

Irradiação	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos:</p> <p>Percursos escola – habitação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A pé (preferencialmente): até 15 minutos;</li> <li>- Em transporte público (máximo aceitável): 20 minutos;</li> </ul> <p>Os percursos entre a escola e os locais de residência dos alunos, bem como os modelos e os meios de deslocação, devem ser analisados segundo critérios rigorosos de segurança e de conforto.</p>
População base e população a escolarizar	<p>Variação NUT III dos grupos etários (1991): 3 a 5 anos: 2,4% - 4,6%</p> <p>Mínimo (População base: 900 habitantes) - Nº de crianças: 20;</p> <p>Máximo (População base: 3600 habitantes) – Nº de crianças: 150</p> <p>O número de habitantes foi calculado com base no princípio de que só cerca de 90% das crianças deste grupo etário frequenta o</p>

	Jardim de Infância. A criação de Jardins de Infância com mais de três salas de actividades, aqui preconizados, restringe-se a situações muito particulares, nomeadamente, em áreas com elevados índices de habitantes por km <sup>2</sup> .																		
Critérios de programação	<p>Nº de crianças por educador: mínimo – 20; máximo – 25</p> <p>1 sala de actividades por educador</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ref.</th> <th>Sala</th> <th>Crianças</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>JI</td> <td>2</td> <td>50</td> </tr> <tr> <td>JI</td> <td>3</td> <td>75</td> </tr> <tr> <td>JI</td> <td>4</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>JI</td> <td>5</td> <td>125</td> </tr> <tr> <td>JI</td> <td>6</td> <td>150</td> </tr> </tbody> </table> <p>O processo de criação de um Jardim de Infância com uma única sala de actividades deve, em regra, subordinar-se ao princípio de que o Jardim de Infância deve ser integrado em escolas ou outros equipamentos sociais com os quais não seja incompatível.</p> <p>Atendendo ao grupo etário em estudo, a distância entre o Jardim de Infância e os locais de residência ou de trabalho dos pais das crianças deverá subordinar-se ao princípio geral de grande proximidade.</p>	Ref.	Sala	Crianças	JI	2	50	JI	3	75	JI	4	100	JI	5	125	JI	6	150
Ref.	Sala	Crianças																	
JI	2	50																	
JI	3	75																	
JI	4	100																	
JI	5	125																	
JI	6	150																	
Critérios de dimensionamento	<p>Indicadores de referência:</p> <p>Área Bruta (Ab) de construção: 6 m<sup>2</sup>/crianças</p> <p>Área Bruta de Terreno: 16 m<sup>2</sup>/crianças (terreno: área de terreno mínimas)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ab (m<sup>2</sup>)</th> <th>Terreno (m<sup>2</sup>)</th> <th>Terreno/crianças (m<sup>2</sup>)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>330</td> <td>850</td> <td>17</td> </tr> <tr> <td>450</td> <td>1200</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>580</td> <td>1600</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>700</td> <td>2000</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>830</td> <td>24000</td> <td>16</td> </tr> </tbody> </table>	Ab (m <sup>2</sup> )	Terreno (m <sup>2</sup> )	Terreno/crianças (m <sup>2</sup> )	330	850	17	450	1200	16	580	1600	16	700	2000	16	830	24000	16
Ab (m <sup>2</sup> )	Terreno (m <sup>2</sup> )	Terreno/crianças (m <sup>2</sup> )																	
330	850	17																	
450	1200	16																	
580	1600	16																	
700	2000	16																	
830	24000	16																	

Critérios de localização	<p>Por regra, o Jardim de Infância não deve situar-se na área de influência de outros sub-utilizados e em bom estado de conservação onde seja ministrado o mesmo nível de educação ou ensino.</p> <p>A escola e a envolvente urbana:</p> <p>Inserção correcta da escola no tecido urbano;</p> <p>Proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado;</p> <p>Rede de transportes públicos;</p> <p>Segurança nos percursos, nas áreas envolventes da escola, e nas zonas de acesso imediato à mesma;</p> <p>Adequadas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído);</p> <p>Abastecimento de água e de energia eléctrica, drenagem de esgotos, rede de telecomunicações e recolha de lixos.</p> <p>Terrenos:</p> <p>Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidade);</p> <p>Com características geológicas e geotécnicas que possibilitem fundações directas das construções.</p> <p>Incompatibilidades:</p> <p>Vizinhanças insalubres ou perigosas;</p> <p>Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica;</p>
Observações	<p>A rede nacional de educação pré-escolar, consagrada na Lei-Quadro da Educação Pré-escolar (Lei nº 5/97) e no Decreto-Lei (147/97), engloba a rede de estabelecimentos públicos, privados e de solidariedade social, competindo ao Ministério da educação a sua tutela pedagógica.</p> <p>Para o alargamento e expansão da rede nacional foi igualmente elaborado um conjunto de diplomas que, desenvolvendo aspectos da Lei-Quadro e do Decreto-Lei, regulamentam e explicitam critérios para a sua execução.</p> <p>O despacho conjunto nº 268/97 de 25 de Agosto, define critérios</p>

	<p>pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de educação pré-escolar cuja consulta se torna igualmente indispensável para a elaboração de cartas educativas. Os valores indicados referem-se a áreas de terrenos com declive suave, até 5% de inclinação. Por cada ponto percentual acima de 5% até ao máximo de 10%, a área de terreno deverá ser acrescida de 4%.</p>
--	--

**Anexo II) Critérios de planeamento – Escola Básica do 1º ciclo (EB1)**

Irradiação	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos:</p> <p>Percursos escola – habitação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A pé: distância preferencial até 1 km (15 minutos), máximo aceitável até 1.5 km (30 minutos)</li> <li>- Em transporte público (máximo aceitável): 40 minutos.</li> </ul>															
População base e população a escolarizar	<p>Variação NUT III dos grupos etários (1991): 6 a 9 anos: 4% - 4,7%</p> <p>Mínimo (População base: 2000 habitantes) – População a escolarizar: 80 alunos (4 turmas)</p> <p>Máximo (População base: 4500 habitantes) – População a escolarizar: 300 alunos (12 turmas)</p>															
Critérios de programação	<p>Regime de funcionamento: turno único</p> <p>Nº de alunos/sala: mínimo – 20; máximo – 25</p> <p>1 sala por turma</p> <table border="1" data-bbox="555 1160 957 1388"> <thead> <tr> <th>Ref.</th> <th>Turmas</th> <th>Alunos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EB1</td> <td>4</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>EB1</td> <td>6</td> <td>150</td> </tr> <tr> <td>EB1</td> <td>8</td> <td>200</td> </tr> <tr> <td>EB1</td> <td>12</td> <td>300</td> </tr> </tbody> </table> <p>A capacidade das escolas do 1º CEB não deve ser inferior a 4 nem superior a 12 turmas. Não é aconselhável a criação de escolas apenas com o 1º ciclo. Sempre que possível, deve proceder-se à integração do 1º CEB com o Jardim de Infância e com os ciclos subsequentes do ensino básico.</p>	Ref.	Turmas	Alunos	EB1	4	100	EB1	6	150	EB1	8	200	EB1	12	300
Ref.	Turmas	Alunos														
EB1	4	100														
EB1	6	150														
EB1	8	200														
EB1	12	300														
Critérios de dimensionamento	<p>Indicadores de referência:</p> <p>Área Bruta (Ab) de construção: 6 m<sup>2</sup>/aluno</p> <p>Área Bruta de Terreno: 18 m<sup>2</sup>/aluno (terreno: área de terreno inclui campo de jogos e recreio coberto)</p> <table border="1" data-bbox="555 1937 1109 2074"> <thead> <tr> <th>Ab (m<sup>2</sup>)</th> <th>Terreno (m<sup>2</sup>)</th> <th>Terreno/aluno (m<sup>2</sup>)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>640</td> <td>2200</td> <td>22</td> </tr> </tbody> </table>	Ab (m <sup>2</sup> )	Terreno (m <sup>2</sup> )	Terreno/aluno (m <sup>2</sup> )	640	2200	22									
Ab (m <sup>2</sup> )	Terreno (m <sup>2</sup> )	Terreno/aluno (m <sup>2</sup> )														
640	2200	22														

	<p>930      2700      18</p> <p>1200     3300      16.5</p> <p>1700     4400      14.7</p> <p>As áreas indicadas referem-se a escolas só com 1º CEB e que não possam utilizar equipamentos existentes noutros estabelecimentos próximos, tais como bibliotecas, cantinas e instalações desportivas.</p>
Critérios de localização	<p>A escola deve estar articulada com os outros estabelecimentos de ensino que constam da carta educativa, não devendo situar-se na área de influência de escolas do 1º CEB sub-utilizadas e em bom estado de conservação.</p> <p>A escola e a envolvente urbana:</p> <p>Correcta inserção no meio urbano, com proximidade a jardins públicos e a equipamentos sociais culturais ou educativos;</p> <p>Proximidade entre a escola e as residências dos alunos;</p> <p>Segurança nos percursos e nas zonas de acesso imediato à escola;</p> <p>Boas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído);</p> <p>Abastecimento de água, drenagem de esgotos, energia eléctrica, rede de telecomunicações e recolha de lixos.</p> <p>Terrenos:</p> <p>Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidade);</p> <p>Com características geológicas e geotécnicas que possibilitem fundações directas das construções.</p> <p>Incompatibilidades:</p> <p>Vizinhanças insalubres ou perigosas;</p> <p>Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica;</p>
Observações	Os valores indicados referem-se a terrenos com forma regular e declive até 5%.

## Anexo II) Critérios de planeamento – Escola Básica do 1º ciclo com Jardim de Infância. (EB1/JI)

Irradiação	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos:</p> <p>Sendo o nível etário dos alunos um dos factores de que depende a irradiação de uma escola, a uma escola integrada estão associados tantos valores de irradiação quantos os níveis de educação e ensino que ela integra. Neste sentido vejam-se os valores de irradiação constantes das tabelas relativas aos Jardins de Infância e EB1</p>
População base e população a escolarizar	<p>A uma escola integrada estão associados tantos valores de população a escolarizar quantos níveis de educação e ensino que integra.</p> <p>Variação NUT III dos grupos etários (1991):  3 aos 5 anos: 2.4% - 4.6%  6 aos 9 anos: 4% - 6.7%</p> <p>Mínimo  JI  População base: 900 habitantes – Nº de crianças: 20 (1 sala)  1º ciclo  População base: 1000 habitantes – População a escolarizar: 40 alunos (2 turmas)</p> <p>Máximo  JI  População base: 1800 habitantes – Nº de crianças: 75 (3 sala)  1º ciclo  População base: 4500 habitantes – População a escolarizar: 300 alunos (12 turmas)</p>

Critérios de programação	<p>Regime de funcionamento: turno único</p> <p>Nº de crianças/alunos por sala/turma JI-20 a 25; 1º ciclo – 20 a 25</p> <p>1 sala de actividade ou sala de aula por grupo/turma</p> <table border="1" data-bbox="544 427 1011 898"> <thead> <tr> <th>Ref.</th> <th>Turmas</th> <th>Alunos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EB1/JI</td> <td>3 (2+1)</td> <td>75 (50+25)</td> </tr> <tr> <td>EB1/JI</td> <td>6 (4+2)</td> <td>150 (100+50)</td> </tr> <tr> <td>EB1/JI</td> <td>7 (4+3)</td> <td>175 (100+75)</td> </tr> <tr> <td>EB1/JI</td> <td>11 (8+3)</td> <td>275 (200+75)</td> </tr> <tr> <td>EB1/JI</td> <td>15 (12+3)</td> <td>375 (300+75)</td> </tr> </tbody> </table> <p>Saliente-se que na escola EB1/JI não devem ser excedidas, por nível de educação e ensino, as capacidades e lotações máximas indicadas:</p> <p>3 salas de actividades para a educação pré-escolar; 12 salas de aula para o 1º ciclo do ensino básico.</p>	Ref.	Turmas	Alunos	EB1/JI	3 (2+1)	75 (50+25)	EB1/JI	6 (4+2)	150 (100+50)	EB1/JI	7 (4+3)	175 (100+75)	EB1/JI	11 (8+3)	275 (200+75)	EB1/JI	15 (12+3)	375 (300+75)
Ref.	Turmas	Alunos																	
EB1/JI	3 (2+1)	75 (50+25)																	
EB1/JI	6 (4+2)	150 (100+50)																	
EB1/JI	7 (4+3)	175 (100+75)																	
EB1/JI	11 (8+3)	275 (200+75)																	
EB1/JI	15 (12+3)	375 (300+75)																	
Critérios de dimensionamento	<p>Indicadores de referência:</p> <p>Área Bruta (Ab) de construção: 5.5 m<sup>2</sup>/aluno</p> <p>Área Bruta de Terreno: 18 m<sup>2</sup>/aluno</p> <table border="1" data-bbox="544 1397 1091 1727"> <thead> <tr> <th>Ab (m<sup>2</sup>)</th> <th>Terreno (m<sup>2</sup>)</th> <th>Terreno/aluno (m<sup>2</sup>)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>460</td> <td>1700</td> <td>22.6</td> </tr> <tr> <td>830</td> <td>2700</td> <td>18</td> </tr> <tr> <td>980</td> <td>3100</td> <td>17.7</td> </tr> <tr> <td>1500</td> <td>4200</td> <td>15.3</td> </tr> <tr> <td>1960</td> <td>5300</td> <td>14.2</td> </tr> </tbody> </table>	Ab (m <sup>2</sup> )	Terreno (m <sup>2</sup> )	Terreno/aluno (m <sup>2</sup> )	460	1700	22.6	830	2700	18	980	3100	17.7	1500	4200	15.3	1960	5300	14.2
Ab (m <sup>2</sup> )	Terreno (m <sup>2</sup> )	Terreno/aluno (m <sup>2</sup> )																	
460	1700	22.6																	
830	2700	18																	
980	3100	17.7																	
1500	4200	15.3																	
1960	5300	14.2																	
Critérios de localização	<p>Por regra, a escola não deve situar-se na área de influência de escolas sub-utilizadas e em bom estado de conservação onde sejam ministrados os mesmos níveis de educação e ensino.</p> <p>A escola e a envolvente urbana: Correcta inserção no tecido urbano, Proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de</p>																		

	<p>residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado; Rede de transportes públicos; Segurança nos percursos e nas zonas de acesso imediato à escola; Boas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); Abastecimento de água, drenagem de esgotos, energia eléctrica, rede de telecomunicações e recolha de lixos.</p> <p>Terrenos: Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidade); Com características geológicas e geotécnicas que possibilitem fundações directas das construções.</p> <p>Incompatibilidades: Vizinhanças insalubres ou perigosas; Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica;</p>
Observações	Os valores indicados referem-se a terrenos com forma regular e declive até 5%. Por cada ponto percentual acima dos 5%, ate ao máximo de 10% a área de terreno deverá ser acrescida de 4%.

**Anexo II) Critérios de planeamento – Escola Básica dos 2º e 3º ciclos (EB2,3)**

Irradiação	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos:</p> <p>Percurso escola – habitação</p> <p>A pé: distância preferencial até 1.5 km (30 minutos), máximo aceitável até 2.2 km (45 minutos)</p> <p>Transporte público: máximo aceitável 60 minutos</p> <p>Os percursos entre a escola e os locais de residência dos alunos, bem como os modos e os meios de deslocação, devem ser analisados segundo critérios rigorosos de segurança e de conforto.</p>															
População base e população a escolarizar	<p>Variação NUT III dos grupos etários (1991):</p> <p>10 aos 14 anos: 6.3% - 9.5%</p> <p>Mínimo</p> <p>População base: 3800 habitantes – População a escolarizar: 240 alunos (10 turmas)</p> <p>Máximo recomendado</p> <p>População base: 6300 habitantes – População a escolarizar: 600 alunos (25 turmas)</p> <p>Máximo</p> <p>População base: 7900 habitantes – População a escolarizar: 750 alunos (25 turmas)</p>															
Critérios de programação	<p>Regime de funcionamento: turno único</p> <p>Nº de alunos/turma: 24 (preferencialmente) a 30 (máximo)</p> <p>1 sala de aula por turma (a)</p> <table data-bbox="528 1787 959 2018"> <thead> <tr> <th>Ref.</th> <th>Turmas</th> <th>Alunos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EB2/3</td> <td>10</td> <td>240-300</td> </tr> <tr> <td>EB2/3</td> <td>15</td> <td>360-450</td> </tr> <tr> <td>EB2/3</td> <td>20</td> <td>480-600</td> </tr> <tr> <td>EB2/3</td> <td>25</td> <td>600-750</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a) Em certos casos pode justificar-se a criação de uma EB2,3</p>	Ref.	Turmas	Alunos	EB2/3	10	240-300	EB2/3	15	360-450	EB2/3	20	480-600	EB2/3	25	600-750
Ref.	Turmas	Alunos														
EB2/3	10	240-300														
EB2/3	15	360-450														
EB2/3	20	480-600														
EB2/3	25	600-750														

	com 20 alunos/turma. Os elevados custos de construção e funcionamento de escolas com este limiar de alunos/turma restringem, contudo, o seu campo de aplicação a situações muito peculiares (zonas isoladas, reduzida população a escolarizar, escolas pequenas – EB2,3 com 10 turmas ou EBI)															
Critérios de dimensionamento	<p>Indicadores de referência:</p> <p>Área Bruta (Ab) de construção: 8.2 m<sup>2</sup>/aluno</p> <p>Área Bruta de Terreno: 26 m<sup>2</sup>/aluno</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ab (m<sup>2</sup>)</th> <th>Terreno (m<sup>2</sup>)</th> <th>Terreno/aluno (m<sup>2</sup>)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3000</td> <td>8300</td> <td>27.7</td> </tr> <tr> <td>3800</td> <td>13300</td> <td>29.6</td> </tr> <tr> <td>5100</td> <td>15700</td> <td>26.2</td> </tr> <tr> <td>5800</td> <td>18200</td> <td>24.3</td> </tr> </tbody> </table>	Ab (m <sup>2</sup> )	Terreno (m <sup>2</sup> )	Terreno/aluno (m <sup>2</sup> )	3000	8300	27.7	3800	13300	29.6	5100	15700	26.2	5800	18200	24.3
Ab (m <sup>2</sup> )	Terreno (m <sup>2</sup> )	Terreno/aluno (m <sup>2</sup> )														
3000	8300	27.7														
3800	13300	29.6														
5100	15700	26.2														
5800	18200	24.3														
Critérios de localização	<p>Por regra, a escola não deve situar-se na área de influência de escolas sub-utilizadas e em bom estado de conservação onde sejam ministrados os mesmos níveis de educação e ensino.</p> <p>A escola e a envolvente urbana:</p> <p>Correcta inserção no tecido urbano;</p> <p>Proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado;</p> <p>Rede de transportes públicos;</p> <p>Segurança nos percursos e nas zonas de acesso imediato à escola;</p> <p>Boas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído);</p> <p>Abastecimento de água, drenagem de esgotos, energia eléctrica, rede de telecomunicações e recolha de lixos.</p> <p>Terrenos:</p>															

	<p>Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidade);</p> <p>Com características geológicas e geotécnicas que possibilitem fundações directas das construções.</p> <p>Incompatibilidades:</p> <p>Vizinhanças insalubres ou perigosas;</p> <p>Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica;</p>
Observações	<p>As áreas brutas (Ab) indicadas correspondem a modelos padronizados de programas de espaços. Os valores apresentados não incluem os espaços interiores nem os exteriores cobertos para a disciplina de Educação Física.</p> <p>Face às realidades locais e considerando a vantagem em promover articulação funcional da escola com outros equipamentos, designadamente os desportivos, os programas de espaços das escolas a construir, ampliar ou remodelar, deverão ser aferidos caso a caso.</p> <p>As áreas de terreno apresentadas nos "critérios de dimensionamento" referem-se às medidas mínimas, comportando os espaços para a disciplina de educação física (espaços interiores, exteriores cobertos e ao ar livre). Os valores indicados referem-se a terrenos com declives suaves (até 5%). Por cada ponto percentual de declive acima de 5% e até ao máximo de 10%, a área do terreno escolar deve ser acrescida de 4%.</p> <p>Nota: Os indicadores de referência para áreas de construção e de terreno por aluno (coluna 4) reportam-se a escolas com 30 alunos/turma.</p>

## Anexo II) Critérios de planeamento – Escola Básica Integrada com Jardim de Infância (EB1,2,3/JI)

Irradiação	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos:</p> <p>Sendo o nível etário dos alunos um dos factores de que depende a irradiação de uma escola, a uma escola básica integrada com jardim de infância estão associados tantos valores de irradiação quantos os níveis de educação e ensino ela integra. Neste sentido vejam-se os valores de irradiação constantes das tabelas relativas aos JI, EB1 e EB2,3.</p>
População base e população a escolarizar	<p>Varição NUT III dos grupos etários (1991): 3 aos 5 anos: 2.4%-4.6%; 6 aos 9 anos: 4%-6.7%; 10 aos 14 anos: 6.3%-9.5%.</p> <p>Mínimo</p> <p>Ji</p> <p>População base: 1800 habitantes – Nº de crianças: 40 alunos (2 salas)</p> <p>1º ciclo</p> <p>População base: 2000 habitantes – População a escolarizar: 80 alunos (4 turmas)</p> <p>2º e 3º Ciclos</p> <p>População base: 3800 habitantes – População a escolarizar: 240 alunos (10 turmas)</p> <p>Máximo</p> <p>Ji</p> <p>População base: 1800 habitantes – Nº de crianças: 75 alunos (3 salas)</p> <p>1º ciclo</p> <p>População base: 3000 habitantes – População a escolarizar: 200 alunos (8 turmas)</p> <p>2º e 3º Ciclos</p> <p>População base: 4700 habitantes – População a escolarizar: 450 alunos (15 turmas)</p>

Critérios de programação	<p>Regime de funcionamento: turno único</p> <p>JI e 1º ciclo – 20 a 25</p> <p>2º e 3º ciclo – 24 a 30</p> <p>1 sala de actividades ou de aula por grupo/turma</p> <table data-bbox="539 427 1101 660"> <thead> <tr> <th>Ref.</th> <th>Turmas</th> <th>Alunos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EB1,2,3/JI</td> <td>16 (4+10+2)</td> <td>450 (100+300+50)</td> </tr> <tr> <td>EB1,2,3/JI</td> <td>26 (8+15+3)</td> <td>725 (200+450+75)</td> </tr> </tbody> </table> <p>Estes modelos de escolas correspondem às capacidades máxima e mínima da escola integrada.</p>	Ref.	Turmas	Alunos	EB1,2,3/JI	16 (4+10+2)	450 (100+300+50)	EB1,2,3/JI	26 (8+15+3)	725 (200+450+75)
Ref.	Turmas	Alunos								
EB1,2,3/JI	16 (4+10+2)	450 (100+300+50)								
EB1,2,3/JI	26 (8+15+3)	725 (200+450+75)								
Critérios de dimensionamento	<p>Indicadores de referência:</p> <p>Área Bruta (Ab) de construção: 8 m<sup>2</sup>/aluno</p> <p>Área Bruta de Terreno: 23 m<sup>2</sup>/aluno</p> <table data-bbox="539 1108 1077 1288"> <thead> <tr> <th>Ab (m<sup>2</sup>)</th> <th>Terreno (m<sup>2</sup>)</th> <th>Terreno/aluno (m<sup>2</sup>)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3800</td> <td>10600</td> <td>23.6</td> </tr> <tr> <td>5100</td> <td>16000</td> <td>22.1</td> </tr> </tbody> </table>	Ab (m <sup>2</sup> )	Terreno (m <sup>2</sup> )	Terreno/aluno (m <sup>2</sup> )	3800	10600	23.6	5100	16000	22.1
Ab (m <sup>2</sup> )	Terreno (m <sup>2</sup> )	Terreno/aluno (m <sup>2</sup> )								
3800	10600	23.6								
5100	16000	22.1								
Critérios de localização	<p>Por regra, a escola não deve situar-se na área de influência de escolas sub-utilizadas e em bom estado de conservação onde sejam ministrados os mesmos níveis de educação e ensino.</p> <p>A escola e a envolvente urbana:</p> <p>Correcta inserção no tecido urbano,</p> <p>Proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado;</p> <p>Rede de transportes públicos;</p> <p>Segurança nos percursos e nas zonas de acesso imediato à escola;</p> <p>Boas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído);</p> <p>Abastecimento de água, drenagem de esgotos, energia eléctrica, rede de telecomunicações e recolha de lixos.</p>									

	<p>Terrenos:</p> <p>Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidade);</p> <p>Com características geológicas e geotécnicas que possibilitem fundações directas das construções.</p> <p>Incompatibilidades:</p> <p>Vizinhanças insalubres ou perigosas;</p> <p>Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica;</p>
Observações	<p>Os valores apresentados para as áreas brutas (Ab) não incluem os espaços interiores nem os exteriores cobertos para a disciplina de Educação Física.</p> <p>As áreas de terreno apresentadas nos "critérios de dimensionamento" referem-se às medidas mínimas, comportando os espaços para a disciplina de educação física (espaços interiores, exteriores cobertos e ao ar livre). Os valores indicados referem-se a terrenos com declives suaves (até 5%).</p> <p>Por cada ponto percentual de declive acima de 5% e até ao máximo de 10%, a área do terreno escolar deve ser acrescida de 4%.</p>

**Anexo II) Critérios de planeamento – Escola Secundária (ES)**

Irradiação	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos:</p> <p>Percurso escola – habitação</p> <p>A pé: distância preferencial até 2 km (30 minutos), máximo aceitável até 3 km (50 minutos)</p> <p>Transporte público: máximo aceitável 60 minutos</p>																					
População base e população a escolarizar	<p>Variação NUT III dos grupos etários (1991):</p> <p>15 aos 17 anos: 3.9%-6.1%</p> <p>Mínimo</p> <p>População base: 13300 a 12500 habitantes –Nº de crianças: 390 alunos (18 salas)</p> <p>Máximo</p> <p>População base: 25600 a 24000 habitantes –Nº de crianças: 1170 alunos (39 salas)</p> <p>A população a escolarizar corresponde a uma taxa de frequência do ensino secundário de 75% a 80% para este grupo etário.</p>																					
Critérios de programação	<p>Regime de funcionamento: turno único</p> <p>Número máximo de alunos/turma: 30</p> <p>1 sala de actividades ou de aula por grupo/turma</p> <table data-bbox="539 1682 970 2007"> <thead> <tr> <th>Ref.</th> <th>Turmas</th> <th>Alunos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ES</td> <td>18</td> <td>540</td> </tr> <tr> <td>ES</td> <td>21</td> <td>630</td> </tr> <tr> <td>ES</td> <td>24</td> <td>720</td> </tr> <tr> <td>ES</td> <td>30</td> <td>900</td> </tr> <tr> <td>ES</td> <td>36</td> <td>1080</td> </tr> <tr> <td>ES</td> <td>39</td> <td>1170</td> </tr> </tbody> </table>	Ref.	Turmas	Alunos	ES	18	540	ES	21	630	ES	24	720	ES	30	900	ES	36	1080	ES	39	1170
Ref.	Turmas	Alunos																				
ES	18	540																				
ES	21	630																				
ES	24	720																				
ES	30	900																				
ES	36	1080																				
ES	39	1170																				

<p>Critérios de dimensionamento</p>	<p>Os programas de espaços das escolas a construir, ampliar ou remodelar, deverão ser definidas caso a caso e terem flexibilidade para futuras adaptações nos edifícios escolares, em função da evolução da procura.</p> <p>Indicadores de referência:  Área Bruta (Ab) de construção: 8.5 m<sup>2</sup>/aluno  Área Bruta de Terreno: 24 m<sup>2</sup>/aluno</p> <table border="1" data-bbox="528 663 1086 1039"> <thead> <tr> <th>Ab (m<sup>2</sup>)</th> <th>Terreno (m<sup>2</sup>)</th> <th>Terreno/aluno (m<sup>2</sup>)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>5300</td> <td>14500</td> <td>26.9</td> </tr> <tr> <td>5900</td> <td>15000</td> <td>23.8</td> </tr> <tr> <td>6400</td> <td>17000</td> <td>23.6</td> </tr> <tr> <td>7100</td> <td>18000</td> <td>20.0</td> </tr> <tr> <td>8500</td> <td>22000</td> <td>20.4</td> </tr> <tr> <td>9100</td> <td>23000</td> <td>19.7</td> </tr> </tbody> </table> <p>As áreas brutas indicadas correspondem a modelos teóricos de uso de espaços que não incluem a oferta de cursos de mecânica e construção civil.</p>	Ab (m <sup>2</sup> )	Terreno (m <sup>2</sup> )	Terreno/aluno (m <sup>2</sup> )	5300	14500	26.9	5900	15000	23.8	6400	17000	23.6	7100	18000	20.0	8500	22000	20.4	9100	23000	19.7
Ab (m <sup>2</sup> )	Terreno (m <sup>2</sup> )	Terreno/aluno (m <sup>2</sup> )																				
5300	14500	26.9																				
5900	15000	23.8																				
6400	17000	23.6																				
7100	18000	20.0																				
8500	22000	20.4																				
9100	23000	19.7																				
<p>Critérios de localização</p>	<p>A escola e a envolvente urbana:  Correcta inserção no tecido urbano,  Proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado;  Rede de transportes públicos;  Segurança nos percursos e nas zonas de acesso imediato à escola;  Boas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído);  Abastecimento de água, drenagem de esgotos, energia eléctrica, rede de telecomunicações e recolha de lixos.</p> <p>Terrenos:  Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição</p>																					

	<p>solar, regime de ventos, humidade);</p> <p>Com características geológicas e geotécnicas que possibilitem fundações directas das construções.</p> <p>Incompatibilidades:</p> <p>Vizinhanças insalubres ou perigosas;</p> <p>Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica;</p>
Observações	<p>A escola não deve ser abrangida pelo raio de acção de outras existentes sub-utilizadas e em bom estado de conservação, onde seja ministrado o mesmo nível de ensino.</p> <p>As áreas brutas (Ab) indicadas correspondem a modelos padronizados de programas de espaços. Os valores apresentados não incluem os espaços interiores nem os exteriores cobertos para a disciplina de Educação Física.</p> <p>As áreas de terreno apresentadas nos "critérios de dimensionamento" referem-se às medidas mínimas, comportando os espaços para a disciplina de educação física (espaços interiores, exteriores cobertos e ao ar livre). Os valores indicados referem-se a terrenos com declives suaves (até 5%). Por cada ponto percentual de declive acima de 5% e até ao máximo de 10%, a área do terreno escolar deve ser acrescida de 4%.</p>